



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 17, TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 16ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 6 DE MARÇO DE 2017

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear os 50 anos de implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda do Exército	8
1.2.2 – Execução do Hino do Estado do Amazonas pela Banda do Exército	8
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Eduardo Braga)	8
1.2.4 – Oradores	
Srª Rebecca Martins Garcia, Superintendente da Zona Franca de Manaus	12
Senador Valdir Raupp	15
Senador Omar Aziz	18
Senadora Vanessa Grazziotin	21
Srª Alessandra Campêlo, representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	24
Senador Gladson Cameli	26
Sr. Nelson Azevedo dos Santos, representante da Confederação Nacional da Indústria	28
Sr. José Jorge Nascimento Júnior, representante do Governo do Estado do Amazonas	30
1.3 – ENCERRAMENTO	36
2 – ATA DA 17ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MARÇO DE 2017	
2.1 – ABERTURA	39



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	39
2.2.2 – Oradores	
Senadora Vanessa Grazziotin – Críticas à proposta de reforma da previdência apresentada pelo Governo Federal; e outro assunto.	39
Senador Ricardo Ferraço – Apoio ao fim do foro privilegiado.	48
Senadora Gleisi Hoffmann – Considerações sobre as reivindicações que nortearão o próximo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.	50
Senador Reguffe – Defesa do fim do foro por prerrogativa de função.	57
Senador Paulo Paim – Preocupação com a forma como o Governo Federal vem tratando a reforma da previdência; e outros assuntos.	62
Senadora Ana Amélia, como Líder – Críticas à adoção de posições extremadas na discussão da reforma da previdência; e outros assuntos.	70
Senador Valdir Raupp – Apelo para a urgência na restauração da BR-364; e outro assunto.	74
Senador Ataídes Oliveira – Expectativa com a deliberação em Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 147/2016, o qual estabelece medidas de combate à corrupção.	76
Senador Fernando Bezerra Coelho, como Líder – Destaque para a comemoração dos 200 anos do início da Revolução Pernambucana.	79
2.3 – ENCERRAMENTO	80

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 17ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Senadora Gleisi Hoffmann, de participação de S. Ex ^a em missões realizadas nos períodos de 5 a 7 de outubro último; e de 6 a 8 de novembro último (Ofícios nºs 21 e 22/2017).	82
--	----

3.1.2 – Documento encaminhado à publicação

Senador Flexa Ribeiro	84
-----------------------	----

3.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 47/2017, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão que "autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro", sancionado e transformado na Lei nº 13.416/2017.	88
Nº 12/2017 (nº 50/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.	89



3.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 31/2017, do Senador Ricardo Ferraço, que <i>susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</i>	129
---	-----

3.1.5 – Requerimentos

Nº 87/2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Victor Souza de Carvalho.	141
---	-----

Nº 88/2017, do Senador Paulo Paim, de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.	145
---	-----

3.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, quinta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 214/2014.	149
--	-----

Término do prazo, em 24 de fevereiro último, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 401 e 472/2012, que tramitam em conjunto; e do Projeto de Resolução nº 3/2017.	149
--	-----

PARTE III**4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO****4.1 – RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADE LEGISLATIVA DE FEVEREIRO DE 2017**

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	150
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	153
7 – LIDERANÇAS	154
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	157
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	162
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	163
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	202

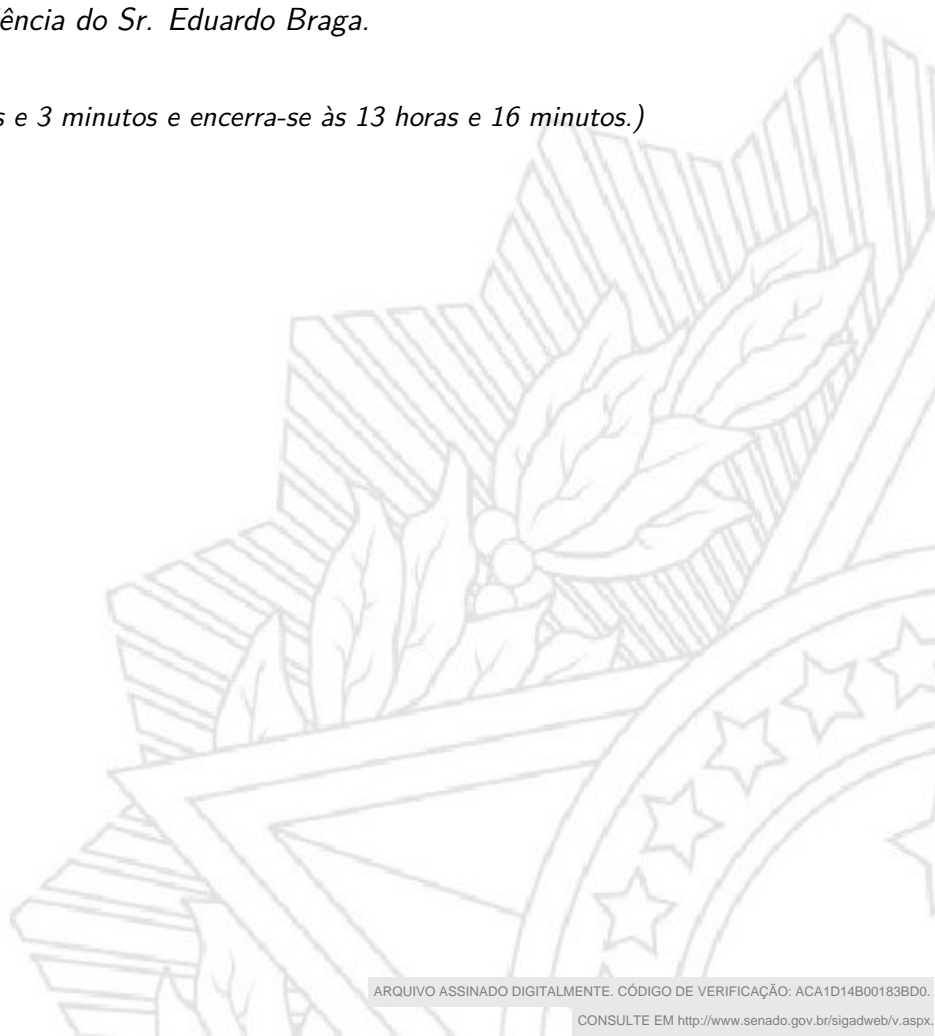


16ª Sessão, Especial,
em 6 de Março de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Braga.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 3 minutos e encerra-se às 13 horas e 16 minutos.)



ATA



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pedindo a benção de Deus, declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear os 50 anos de implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Convido para compor a Mesa do Senado o Sr. Secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas, Sr. José Jorge Nascimento Júnior; a Superintendente da Zona Franca de Manaus, a Sr^a Rebecca Martins Garcia; representando, neste ato, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a Deputada Estadual Alessandra Campêlo.

Convido também o Senador Valdir Raupp e a Senadora Vanessa Grazziotin, para compor a Presidência e a Mesa desta solenidade, tendo em vista que este não é um programa apenas do Estado do Amazonas, mas de toda a Região Amazônica aqui representada por Senadores de diversos Estados da Amazônia brasileira.

Convido também, representando todas as entidades que representam a indústria, os trabalhadores e os empreendedores, o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Nelson Azevedo dos Santos.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional e do Hino do Estado do Amazonas, pela banda do Exército.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Procede-se à execução do Hino do Estado do Amazonas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Convido o Senador Omar Aziz para compor a Mesa desta solenidade.

Quero também registrar a presença da Deputada Federal Conceição Sampaio, do Deputado Wanderley Dallas e do Deputado Dermilson.

Registro a presença do Prefeito Anderson, do interior do Estado do Amazonas; do Senador Pauderney Avelino, do Estado do Amazonas; e do Senador Ciro Nogueira, Presidente do PP.

Quero cumprimentar também a presença do representante do Ministério do Estado da Indústria e Comércio, Sr. Marcos Jorge de Lima. Quero aqui cumprimentar também os representantes das Forças Armadas, demais Ministérios e autoridades aqui presentes, bem como quero cumprimentar a presença dos senhores representantes dos empresários e dos representantes da classe trabalhadora do Estado do Amazonas.

Superintendente da Zona Franca de Manaus, Dr^a Rebecca Garcia, na pessoa de quem eu quero cumprimentar a todos, esta solenidade em homenagem à Superintendência da Zona Franca de Manaus é um justo reconhecimento do trabalho desempenhado ao longo dos seus 50 anos de história.

A Zona Franca de Manaus chega aos 50 anos com o duro e desafiante dever de se reinventar. Lutamos pela prorrogação do nosso principal modelo econômico e garantimos a permanência de seus incentivos fiscais até o ano de 2073, mas isso foi apenas o início de um trabalho maior.

Temos mais 53 anos para encontrar os caminhos que vão garantir a consolidação da economia regional, sem a dependência fiscal do modelo.

Precisamos rever alguns processos produtivos básicos, para que possamos ter ainda mais atratividade no polo industrial, para fabricar novos produtos na Amazônia brasileira.

Além da questão industrial, defendo que a Zona Franca precisa agregar novos mercados que possam gerar emprego e renda para o povo amazonense e para toda a Amazônia.



A Zona Franca de Manaus representa, hoje, o maior e mais bem-sucedido programa de estímulo à indústria sem agressão ao meio ambiente. Não é por outro motivo que se aprovou a extensão deste modelo econômico até o ano de 2073, mediante a promulgação da Emenda Constitucional nº 83, de 2014, cuja relatoria tive a honra de conduzir no âmbito do Senado Federal.

A Suframa é perene em conquistas no setor produtivo e acumula bons resultados. Somente o Governo do Estado do Amazonas recolhe, em média, R\$1,4 bilhão em impostos que são usados para custear desde a Universidade do Estado do Amazonas às unidades de Centro de Educação Tecnológica do nosso Estado.

No âmbito federal, o Estado do Amazonas arrecada mais de R\$12 bilhões anuais em tributos federais.

Com altos e baixos, em todos esses anos, a Zona Franca de Manaus cumpriu o papel de levar o desenvolvimento para os Estados da Região Norte e desconcentrar a produção industrial no País.

Ao longo de nossa história, a Zona Franca, como é chamada pelo nosso povo, passou por vários períodos de crises e superações, até chegar ao atual momento, em que se consolidou como um dos mais relevantes parques industriais do País, com cerca de 460 empresas, com faturamento aproximado de R\$75 bilhões.

Até alcançar essa expressiva estatística, houve uma história que já chega a 50 anos, e é este o motivo de estarmos reunidos aqui hoje.

A Suframa começou a render frutos no ano de 1969, quando a empresa Beta, fabricante de joias, conseguiu implantar o projeto inaugural da Zona Franca e se instalou na Rua Belo Horizonte. Pouco depois, consolidou-se a primeira fábrica no Distrito Industrial de Manaus: a Companhia Industrial Amazonense, atuando no setor de metalurgia.

Na década de 1970, evidenciou-se que os incentivos da Zona Franca favoreciam o progresso não só do Estado do Amazonas, mas de todo o País, pois os índices mínimos de nacionalização contribuíram, efetivamente, para o surgimento de empresas de componentes e de insumos em várias regiões, entre elas a do Estado de São Paulo. Naquela época, para aqueles que não conhecem a nossa história e o nosso modelo, para cada dólar gasto com importações, a Zona Franca gastava outros quatro dólares em mercadorias nacionais.

O esforço conjunto dos empresários e do Poder Público gerou bons resultados e contribuiu para alcançar vários setores da economia nacional, assim como elevou Manaus à condição de polo industrial, com grande influência na renda do País.

Quando o PIB brasileiro ou o sul-americano vai bem, as empresas da Zona Franca ampliam a geração de empregos e os investimentos, fortalecendo o crescimento econômico no bioma amazônico. Os momentos de crise, por sua vez, simbolizaram e simbolizam a oportunidade para a reestruturação do modelo de nossa Zona Franca, como ocorreu nos anos 90, quando a Suframa enfrentou uma política comercial de governo pautada na abertura às exportações. Houve demissão em massa e o sistema da Zona Franca que estava em vigor foi reformado. Aquele foi um período de transição e, ao mesmo tempo, de muita dor, que culminou com a instituição da Lei de Informática e a implantação do Processo Produtivo Básico (PPB).

Desde então, o PPB, como passou a ser chamado, consolidou-se como um mecanismo de exigência de contrapartida do Governo Federal aos empresários para a concessão de incentivos fiscais dentro da Zona Franca, bem como no âmbito da indústria de bens de informática,



telecomunicações e automação em diversas outras localidades. Em linhas gerais, o beneficiário do programa deve cumprir processos produtivos básicos para fazer jus a desonerações tributárias.

Durante a evolução da Suframa, em suas cinco décadas de história, ficou claro que pode haver desenvolvimento sustentável em ambientes de intensa cobertura verde, em plena Floresta Amazônica. Não seria, portanto, a ocorrência da floresta nativa que impediria o progresso do nosso Estado e de nossa região. Ao contrário, o crescimento orientado pelo correto manejo florestal, com práticas sustentáveis de produção, pode favorecer a preservação da floresta e, ao mesmo tempo, garantir emprego e renda à população. A exploração dos recursos naturais não implica necessariamente a destruição da cobertura vegetal e do meio ambiente.

Na mesma direção, com a finalidade de incentivar a economia sem prejudicar as áreas de floresta, enquanto Governador do Estado, criamos o programa Zona Franca Verde, que consiste numa política de estímulo ao desenvolvimento regional mediante utilização de matéria-prima da própria Amazônia.

Trabalhamos duro para implantar o programa Zona Franca Verde, que permite um mercado não apenas de madeira legal, manejada e organizada, mas também de outros produtos regionais. Pensamos e implantamos um modelo econômico que gera empregos na extração, transporte e beneficiamento dessa madeira em forma de produtos como tábuas, pisos, móveis, portas e janelas. O programa Zona Franca Verde é um arranjo produtivo que pode gerar milhares de novos empregos em nosso Estado e em nossa região, principalmente nos Municípios do interior. Esses empregos hoje infelizmente não existem nem no Amazonas nem na Amazônia brasileira.

O modelo de exploração sem desmatamento é amplamente utilizado em outros países. Cito os exemplos do Canadá, onde o mercado de madeira rende US\$23 bilhões, sem que isso implique redução da área florestal; e dos Estados Unidos, onde a população desenvolve uma ligação cultural e educacional com a floresta. Por isso, milhões de americanos visitam as reservas florestais, todos os anos, em atividades de turismo e de pesquisa.

No Brasil, em nosso entendimento, poderíamos fortalecer programas como a Zona Franca Verde e incentivar a proteção ambiental com a exploração racional dos recursos naturais, criando um modelo que seja nosso, mas em constante observação às ações promovidas em outros países.

As soluções criativas e sustentáveis são uma característica dos brasileiros, dos amazonenses e dos amazônidas, cuja formação populacional tem raízes em comunidades tradicionais, acostumadas a extrair recursos da natureza sem causar impactos ambientais.

Ao somarem-se as contribuições do Poder Público, dos empresários e da população local, aos poucos, Manaus se tornou o que é hoje: uma metrópole com um dos maiores PIBs industriais do Brasil – fora da costa, do litoral, com certeza, o maior PIB industrial do País. O Polo Industrial de Manaus fabrica bens de consumo diário, que alcançam lares em todo o Brasil, como televisores, motocicletas, canetas esferográficas, *tablets*, *smartphones*, *notebooks*, entre muitos outros. Cerca de 95% da produção do polo industrial amazonense é destinada ao mercado nacional.

Ao cumprir processos produtivos básicos como requisito para a obtenção de benefícios, as empresas adensaram a cadeia produtiva na região. Os bens são elaborados com alto valor agregado de produção, levando desenvolvimento e empregos para a Amazônia, pois quanto maior o número de processos fabris desenvolvidos no Brasil, maior tende a ser o domínio nacional da tecnologia da fabricação. Por esse motivo, o modelo iniciado na década de 1990, que instituiu o Processo Produtivo Básico, reduziu a ocorrência de empresas que se instalavam em Manaus com a



única intenção de montar os produtos para obter benefícios, sem o real planejamento de atividades fabris no local.

Atualmente os casos de emprego de tecnologia nacional são bem evidentes e têm a sua expressão mais significativa no segmento de motocicletas, ciclomotores e motonetas, no qual são empregados 13 mil trabalhadores, além de serem acionados mais de 70 outros fabricantes de componentes que também geram emprego e renda para a cadeia de produção. Há bens de duas rodas, produzidos no Polo Industrial, com mais de 90% das peças fabricadas no Brasil. É importante a Nação brasileira tomar conhecimento disso. Esses dados demonstram como nossas indústrias podem ser competitivas quando há fomento em sua origem.

A prática de proteção à indústria nascente é reconhecida pela Organização Mundial de Comércio e é amplamente praticada por outros países. A Suframa demonstra que nossa inserção internacional como país industrializado não pode negligenciar o papel do Estado como indutor do adensamento produtivo, assim como ocorreu e ainda ocorre nas economias desenvolvidas de Japão, Estados Unidos, Alemanha, França, entre outras, sobretudo neste momento de onda protecionista evidenciada nas eleições recentes de Donald Trump e no plebiscito realizado no Reino Unido, em que os ingleses optaram pela saída da União Europeia.

Os 50 anos da Suframa, portanto, são uma oportunidade para refletirmos sobre as nossas políticas industriais. Humildemente, a meu ver, não deveríamos adotar políticas que sigam o caminho da abertura irrestrita aos bens importados, enquanto o que presenciamos no comércio internacional é uma guinada para o protecionismo. Por tudo isso, entendo que o modelo Zona Franca celebra seu jubileu de ouro com fôlego juvenil, em razão da atualidade e pertinência do programa.

O modelo Zona Franca de Manaus gera e reparte riquezas, fortalece a economia e a indústria nacional, além de preservar a Floresta Amazônica em pé. É um modelo econômico preocupado com o verde, ou seja, essa contabilidade ambiental precisa fazer parte dessa equação quando discutimos os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

O exercício de se reinventar é árduo, difícil, desafiador, mas a garra e a coragem de nossos trabalhadores, junto com a ousadia, a inteligência e a visão de futuro de nossos empresários, farão com que a Zona Franca de Manaus, essa jovem senhora, no alto dos seus 50 anos, encontre o caminho da prosperidade e a sua consolidação nos anos que virão.

Para finalizar, eu gostaria de ressaltar que um trabalho estratégico como o da Suframa, se é bom para a Amazônia, é bom para o Brasil. São 50 anos de incentivos ao desenvolvimento, com resultados contundentes. Nos próximos anos, esperamos que sejam criadas novas ações de fortalecimento para o Polo Industrial de Manaus. A Zona Franca revelou-se um modelo justo de desenvolvimento ao consolidar uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento sustentável com efeitos positivos para a economia local e de todo o Brasil.

Importante dizer que o programa Zona Franca Verde transformou-se num programa nacional quando implementado e adotado pelo Governo brasileiro e entregue para a jovem senhora Suframa desenvolvê-lo e implementá-lo em toda a Amazônia.

Por tudo que mencionamos e pelo papel que tenho desempenhado, cumprimento, uma vez mais, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e agradeço imensamente a oportunidade que nos foi dada, ao povo da Amazônia e do Amazonas, para que nós possamos, através da Zona Franca e da Suframa, contribuir com o desenvolvimento do nosso País.



Senhores e senhoras aqui presentes, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Prefeitos, passaremos agora a ouvir os senhores convidados. (*Palmas.*)

Agradeço a Senadora Vanessa e os demais convidados.

Passaremos agora a ouvir os nossos convidados. Já temos aqui inscritos o Senador Valdir Raupp e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu passarei primeiro a palavra...

Opa, tu te inscreveste, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O Senador Omar Aziz pede para se inscrever.

O Senador Omar Aziz está inscrito para fazer uso da palavra.

Antes de passar aos inscritos, passo a palavra à Superintendente da Zona Franca de Manaus, para falar em nome da instituição.

Também está inscrita, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a Deputada Alessandra Campêlo.

Com a palavra a Sr^a Superintende, Rebecca Garcia.

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Senador Eduardo Braga, proponente desta sessão; o Sr. Senador Omar Aziz; o Senador Valdir Raupp; a Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin; representando o Governo do Estado do Amazonas, o Sr. Secretário de Planejamento, José Jorge Nascimento Júnior, até há pouco tempo amigo nosso, companheiro da Suframa; a Sr^a Deputada Estadual Alessandra Campêlo, representando neste ato a Assembleia Legislativa; e, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sr. Nelson Azevedo, em nome de quem cumprimento todas as entidades de classe aqui presentes, todos aqueles que vieram representando a indústria, a classe trabalhadora, todos os senhores e senhoras que estão neste ato e que nos ajudaram a construir, durante todos esses 50 anos, a história da Zona Franca de Manaus.

Eu queria cumprimentar todos os Parlamentares federais que aqui se encontram, Deputados Federais, todos os Senadores que aqui se encontram e agradecer este momento que nós estamos vivendo na luta de defender o nosso Estado, de defender a nossa política de incentivos, que, na verdade, acredito não ser uma política de incentivos, mas sim uma política de contrapartida às diferenças que a nossa Região apresenta ao resto do País.

Eu queria deixar registrado aqui que a comemoração dos 50 anos da Zona Franca de Manaus e da Suframa é de grande relevância para toda a área de atuação da autarquia, que inclui os Estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, e para o nosso País também.

Os fatos e momentos históricos nos levam a refletir sobre a capacidade de superação desse modelo e sobre as suas perspectivas para o futuro. E aproveito aqui, antes de começar a rever um pouco dessa história, para lembrar o escritor uruguaio Galeano, que dizia o seguinte: "A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la". Então, aqui a gente já deixa um convite a todos os Parlamentares, tanto da Câmara Federal quanto do Senado, para conhecerem a nossa Região, para conhecerem o nosso modelo de desenvolvimento.

É muito importante que aqueles que defendem a boa política e a boa economia do nosso País conheçam esse modelo.



Gostaria também de cumprimentar o nosso Secretário Executivo Marcos Jorge, que está neste ato representando o nosso Ministro Marcos Pereira. Ambos têm sido grandes parceiros da região da Amazônia Ocidental, dos Estados que compõem a Amazônia Ocidental e o Amapá.

Em 28 de fevereiro de 1967 o Presidente Castello Branco assinava o Decreto Lei nº 288, que alterava as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e reformulava a Zona Franca de Manaus para que, como um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas, permitisse o desenvolvimento da região em face dos fatores locais e da grande distância que se encontravam dos centros consumidores e produtores do Brasil, e ainda se encontram.

Era o início de um novo ciclo, com perspectivas promissoras de desenvolvimento para a região, especialmente para a cidade de Manaus, que após a queda da produção da borracha e da juta, no início do século XX, encontrava-se sem perspectivas econômicas.

O comércio local rapidamente chegou a empregar 80 mil pessoas e mais de 1.300 novas empresas surgiram como segmento, que também promovia pacotes turísticos para atrair visitantes interessados nos artigos importados da Zona Franca de Manaus.

Em Manaus começaram a se implantar os primeiros projetos industriais. O Amazonas precisava criar empregos para evitar que os amazonenses migrassem para outras regiões, e a Zona Franca era justamente o projeto de desenvolvimento concebido pelo Governo Federal para a ocupação racional da região por brasileiros.

Essa fase inicial durou até 1975, quando as empresas passaram a cumprir os índices mínimos de nacionalização para produtos industrializados na Zona Franca e comercializados nas demais localidades do território. Inicia-se nesse momento o incremento da indústria nacional.

A Zona Franca era a opção de acesso às novidades de importados de todo o mundo. Por conta dessa corrida às compras, a cidade ampliou seus serviços, ganhou hotéis de quatro e cinco estrelas, um aeroporto internacional e atraiu investidores das mais diversas procedências.

Nesse período, a economia brasileira sofreu o impacto de fenômenos externos, como a desvalorização do dólar americano, a valorização da moeda japonesa e o excesso de protecionismo das economias industrializadas. Internamente, o recuo das exportações e a queda do poder aquisitivo do povo brasileiro, com a alta da inflação, fez com que o País entrasse nos anos 90 em grave processo de recessão. Esse cenário impactava fortemente as empresas do Distrito Industrial de Manaus.

Com prazo inicial para durar até 1997, a Zona Franca de Manaus teria o seu prazo de vigência prorrogado por mais 10 anos. Reconhecida como modelo de desenvolvimento regional, a Zona Franca de Manaus ganharia novo fôlego com a sua prorrogação por mais 25 anos, até 2013, prevista no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, que teve o Deputado do Amazonas Bernardo Cabral como Relator Geral da Assembleia Constituinte.

Nos anos 1990, a abertura econômica do País, estabelecida pela nova política industrial e de comércio, previa a redução do Imposto de Importação para outras regiões, causando demissão em massa na Zona Franca de Manaus.

Em 1996, a produção de televisores em cores, um dos principais itens fabricados na Zona Franca de Manaus, chegou a 8,7 milhões de aparelhos, o que colocou o Brasil na posição de terceiro maior produtor mundial desse produto.



Nesse período, a exigência dos índices mínimos de nacionalização pelo Governo Federal possibilitou o surgimento de uma indústria nacional de componentes e insumos em várias regiões, sobretudo no Estado de São Paulo, de forma que, para cada dólar gasto com importações, a Zona Franca de Manaus comprava o equivalente a quatro dólares no mercado nacional. Alguns produtos, como as motocicletas de 125 cilindradas, por exemplo, alcançaram índices de até 100% de nacionalização e os televisores, até 93%.

Aproveito para cumprimentar a Abraciclo, aqui representada, que teve grande importância nessa verticalização da produção das motocicletas no polo industrial de Manaus.

Em 05 de agosto de 2014 era promulgada a Emenda Constitucional nº 83, prorrogando por mais 50 anos...

(Soa a campanha.)

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – ...a Zona Franca de Manaus. Foi um período de intensos debates em torno da PEC nº 103/2011, que teve como Relator da Comissão Especial na Câmara o Deputado Federal Átila Lins e como Relator no Senado o Senador Eduardo Braga.

Com vigência assegurada até 2073 pela emenda constitucional, a Zona Franca de Manaus conquistaria a segurança jurídica necessária para atrair novos investimentos, fator decisivo para o fortalecimento desse modelo exitoso e de desenvolvimento regional. Sem dúvida, uma conquista importante, que teve o empenho de muitos Parlamentares, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores e de tantas outras pessoas e instituições mobilizadas em favor do modelo Zona Franca de Manaus.

Além de administrar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, a Suframa...

(Interrupção do som.)

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Já vou concluir.

...a Suframa, ao longo dos seus 50 anos, sempre atuou com o intuito de estimular o desenvolvimento socioeconômico para toda a Região.

Ao lembrar aqui os fatos marcantes da história da Zona Franca de Manaus, também é importante destacar o trabalho de todos os dirigentes que estiveram à frente da Suframa ao longo desses 50 anos e dos servidores e colaboradores da autarquia que se dedicaram, e ainda se dedicam, à missão de fazer da Zona Franca de Manaus a base de sustentação e a mola propulsora do desenvolvimento na Amazônia Ocidental e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá, sempre, lembrando, com muita responsabilidade ambiental.

Temos consciência de que estamos nos recuperando de uma das maiores crises vivenciadas pela Suframa, do ponto de vista político e econômico, em âmbito estadual, nacional e internacional.

Por isso mesmo, entendemos que é nosso dever arregaçar as mangas e trabalhar com confiança e coragem para, mais uma vez, superarmos os desafios que se apresentam. O objetivo é estimular o Polo Industrial de Manaus, para que possa novamente alcançar e superar os *records* alcançados em produção, faturamento e geração de empregos. Além disso, dar sustentação à diversificação da economia regional, estimulando a geração de emprego e renda em toda a área de atuação da Suframa, com base na matéria-prima regional.

Entre as principais ações em andamento com vistas ao futuro estão a Zona Franca Verde; o Plano Diretor Industrial; a adesão ao GesPública – Programa Nacional de Gestão Pública e



Desburocratização; o PAC, com a política de atendimento ao cidadão; a criação da ouvidoria e a designação da autoridade de monitoramento do serviço de informação ao cidadão; a política de gestão de risco; plano de logística sustentável que vise implementar boas práticas de sustentabilidade; a modernização de procedimentos; melhorias nos processos de pesquisa e desenvolvimento – P&D; convênios e orçamentos; PPB; avanços no estabelecimento dos processos produtivos básicos; Plano Nacional da Cultura Exportadora, no qual a Suframa coordena o Comitê Gestor do PNCE com a participação de 18 instituições e 69 empresas inscritas; a reativação do posto de atendimento no Aeroporto Eduardo Gomes; o grupo de trabalho de simplificação no MDIC, do qual a Suframa faz parte; a revisão dos marcos regulatórios. Aqui, encontra-se também a Medida Provisória nº 757, aquela que trata da antiga TSA, agora TCIF, para ser distribuída. Está sendo decidido quem será o relator.

Isso traz uma possibilidade de voltarmos a ter os recursos da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento de toda a região. E é muito importante lembrar que esses recursos, durante vários anos, foram fundamentais para o desenvolvimento daquela região, principalmente, para os nossos Estados menores: para o Acre, para Rondônia, para Roraima e para o Amapá, além do Amazonas, é claro. E o resgate do posto de atendimento no Município do Rio Preto da Eva, onde se encontra o nosso polo agropecuário.

Todas essas ações têm o principal objetivo de fortalecer a Zona Franca, o Polo Industrial de Manaus e toda a área de atuação da Suframa, contribuindo, efetivamente, para o desenvolvimento socioeconômico.

(Soa a campainha.)

A SR^a REBECCA MARTINS GARCIA – Portanto, Senadoras e Senadores, senhoras e senhores, é com muito otimismo e confiança no futuro promissor que agradecemos esta homenagem à Zona Franca de Manaus por esta Casa, na certeza de contar com a compreensão de todos de que esse é, sem dúvida, um modelo exitoso de desenvolvimento regional que, ao longo de sua existência, tem contribuído de forma efetiva para diminuir as disparidades socioeconômicas existentes no nosso País e uma importante alternativa de atividade econômica, diferente da exploração predatória dos ativos ambientais da Amazônia brasileira, um projeto que tem o grande desafio de promover o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Convido o Secretário Executivo do Ministério de Indústria e Comércio, neste ato representando o Sr. Ministro Marcos Pereira, Sr. Marcos Jorge de Lima para compor a mesa.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Valdir Raupp, cumprimentando a Sr^a Superintendente pelo pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão de homenagem e autor do requerimento desta sessão, Presidente Eduardo Braga, Procuradora Especial da Mulher do Senado, Senadora também do Amazonas Vanessa Grazziotin, representando o Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Sr. Marcos Jorge de Lima, representante do Governador do Estado do Amazonas, Dr. José Jorge do Nascimento Júnior, representante da Assembleia Legislativa do Amazonas, Sr^a Deputada Estadual Alessandra Campêlo, Sr^a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Deputada Rebecca Martins Garcia, Sr. Senador da República Omar Aziz, representando



a Confederação Nacional da Indústria Sr. Nelson Azevedo dos Santos, Deputada Conceição Sampaio, do Estado do Amazonas, Deputado Pauderney Avelino, em seu nome cumprimento todas as Sr^{as} e os Srs. Deputados aqui presentes.

Senhoras e senhores, é com muita alegria e com muita satisfação, até com certo orgulho, que nesta sessão especial comemoramos os 50 anos de existência da Superintendência da Zona Franca de Manaus, completados oficialmente no último dia 28 do mês passado. Na sua abrangência, estão contemplados os Estados do Amazonas, de Rondônia, do Acre, de Roraima e do Amapá e as cidades de Macapá e Santana, que também são zonas de livre comércio.

Faz-se aqui merecida homenagem a um órgão que, sem sombra de dúvida, contribuiu significativamente para a diminuição das graves desigualdades regionais existentes no Brasil, na década de 1960. De lá para cá, a Suframa desempenhou um papel marcante na coordenação das atividades inerentes à implantação e à consolidação da Zona Franca de Manaus, com impactos positivos sobre o desenvolvimento de toda a região norte do Brasil.

Em Rondônia, a Suframa sempre teve uma atuação relevante, principalmente nos projetos de piscicultura, na produção de leite, no comércio, na indústria e no apoio aos Municípios com patrulhas mecanizadas e maquinários. Infelizmente, Sr^a Superintendente, não da época da senhora como Superintendente, mas há algum tempo, há uns dez, doze anos, um pouco mais, os recursos da Zona Franca de Manaus estão sendo contingenciados, todos contingenciados.

Quando Governador do meu Estado, há 20 anos, nós conseguimos que os recursos arrecadados pela Suframa fossem divididos entre os Estados e as prefeituras de capitais. Até o Estado distribuía equipamentos para os Municípios do interior desses demais Estados.

Hoje, infelizmente, isso não acontece mais. Sei que a Superintendente falou sobre esse contingenciamento, e é uma necessidade para que a Suframa possa se fazer presente nas cidades interioranas, nos menores Estados, como já foi dito, da Região Norte do Brasil. Foi com muito otimismo que vi há poucos dias o Conselho de Administração dessa autarquia aprovar 37 projetos industriais de serviços, com investimentos fixos estimados em US\$310 milhões e um total estimado em US\$1,036 bilhão.

Aqui estão dois ex-governadores do Estado do Amazonas, o Governador Eduardo Braga e o Governador Omar Aziz, que sabem da importância da Zona Franca de Manaus, como já foi dito aqui inúmeras vezes.

Desse total de projetos aprovados, 16 são de implantação de novas empresas, e outros 21, de ampliação, atualização e diversificação do Polo Industrial de Manaus. Isso significa o quê? Significa dizer que a nossa economia está sendo retomada, que novas empresas estão sendo implantadas não só na Zona Franca de Manaus mas em todo o Brasil, e outras estão se remodelando para um período próximo de crescimento da nossa economia.

O atual ambiente favorável à retomada do crescimento econômico brasileiro, com a redução dos juros e com a manutenção da inflação no centro ou até abaixo do centro da meta, permite esperar que esse montante de investimentos em novos projetos catalise ainda mais o processo de consolidação da Zona Franca de Manaus. É um modelo exitoso, que combina o desenvolvimento econômico para o Estado e para toda a Região Norte com a conservação da qualidade do ambiente amazônico, ao mesmo tempo em que ajuda na infraestrutura e no fomento à produção.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eis aí o que chamamos de desenvolvimento sustentável. Como já foi dito pelo Presidente Eduardo Braga, a Zona Franca de Manaus tem servido como um amortecedor de tensão na floresta – tanto é que o Estado do Amazonas, onde está sediada a Zona



Franca de Manaus – com aproximadamente 500 indústrias, gerando também 400 mil, 500 mil empregos –, tem preservado as florestas, sobretudo, quase intactas, do Estado do Amazonas. O maior Estado brasileiro, com quase um terço do território nacional, chega a 98% de preservação ambiental. Será que se não houvesse lá o Polo Industrial de Manaus nós teríamos hoje 98% das florestas do maior Estado brasileiro, o maior Estado do mundo, quase intactas?

Nesse sentido, a Suframa tem feito importantes avanços em sua gestão da Zona Franca de Manaus, e as mudanças visam melhorar seu sistema de cadastro de mercadorias nacionais, agilizar o desembaraço aduaneiro, reduzir custos, diminuir o tempo de resposta às empresas sobre os projetos, pesquisas e desenvolvimento, bem como promover alterações nos processos de acompanhamento e fiscalização dos projetos industriais e agropecuários.

Trata-se de um louvável esforço, sem dúvida, que nos faz recordar os principais objetivos da criação da Zona Franca de Manaus, ou seja, operar como instrumento da geração de empregos, da descentralização econômica, da melhoria da qualidade de vida da população e da conservação ambiental. Não há, portanto, como o Senado Federal, a Casa que representa a Federação, deixar de reconhecer o exemplo dado pela Zona Franca de Manaus e pela Suframa nos papéis que desempenham.

Temos, sim, que prestar merecidas homenagens a esses importantes sustentáculos da economia da Região Norte do Brasil, verdadeiros modelos de incentivo à produtividade em termos mundiais. É principalmente graças ao trabalho da Suframa que conseguimos abandonar a pasmaceira econômica que congelava a economia da Região Norte desde o fim do ciclo da borracha, tornando possível levar desenvolvimento, emprego, renda e qualidade de vida àquela população, visando a extinção das desigualdades regionais no nosso País.

Ao longo desses 50 anos, a Suframa vem construindo na Amazônia uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento sustentável. Mas, para que o órgão possa melhorar ainda mais a sua atuação, é necessário que não haja mais contingenciamentos de recursos, como tem ocorrido nos últimos anos; para tanto, valeu-se de uma legião de competentes, idealistas e entusiasmados colaboradores que, com muita dedicação, ajudaram a criar uma nova economia na região, dando-lhe outra identidade.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Por isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores, entendo que esta data merece um registro especial. Desse modo, concluímos nosso breve pronunciamento, rendendo o devido tributo aos incansáveis profissionais que compõem o quadro de colaboradores da Suframa. E não há dúvida de que sua valiosa contribuição para a prosperidade nacional serve de exemplo às gerações atuais e abre novos horizontes às gerações futuras.

Eu encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo à nossa Superintendente, a Deputada Rebecca: que olhe um pouco mais para Rondônia; eu sei que vai olhar para o Acre, para Roraima, para o Amapá. Olhe para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, que virou um bate e volta de carretas destruindo a rodovia, destruindo a cidade e sem nenhum investimento da Suframa. Ajude Guajará-Mirim, uma cidade histórica de Rondônia.

O Dr. Phelippe Daou, que não está mais entre nós, que foi um grande baluarte da Amazônia brasileira, que vendeu...

(Interrupção do som.)



O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... e ainda vende, na sua rede de comunicações, a imagem, a boa imagem da nossa Amazônia brasileira,... (*Fora do microfone.*) ... pediu muito por Guajará-Mirim, pediu muito por Rondônia, pediu muito por esses Estados que são da abrangência da Zona Franca de Manaus. Então, em respeito à memória de Phelippe Daou, tanto na reabertura da nossa 319, Senador Eduardo Braga, Deputada Rebeca, Senador Omar Aziz, Srs. Deputados... A Zona Franca poderia ser outra com a nossa BR-319 restaurada, recuperada como já foi em tempos passados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao Senador Valdir Raupp, passo a palavra, em permuta com a Senadora Vanessa, ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que preside esta sessão dos 50 anos do nosso Polo Industrial, da nossa Zona Franca de Manaus. Quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, que lembra uma luta histórica nossa, do Amazonas, que é a BR-319.

Agradeço imensamente à Senadora Vanessa pela gentileza em trocar, porque eu tenho um compromisso daqui a pouco e terei de me ausentar; por isso não estou presente à mesa, não é por falta de... Eu iria sentar à mesa e teria de levantar. Então, Eduardo, foi essa a questão maior.

Quero aqui cumprimentar o meu querido Elmano Férrer, Senador brasileiro que está aqui nos prestando solidariedade. Quero cumprimentar a Superintendente da Suframa, Deputada Rebecca; o representante do Ministério da Indústria e do Comércio; o Secretário de Planejamento; o nosso Nelson Azevedo, que aqui representa a Confederação Nacional; o Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, que está aqui presente também; a Deputada Alessandra Campêlo e, na sua pessoa, os Deputados Dallas e Dermilson, aqui presentes; o Deputado Pauderney e essa Deputada atuante que é a Deputada Conceição Sampaio; e agradecer a presença de todos, até porque, como disse o Senador Raupp há pouco, é a Amazônia que precisa muito do desenvolvimento, não só o Amazonas.

Eu preparei um discurso, senhores e senhoras, mas, pela explanação feita pelo Senador Eduardo Braga e pela Deputada Rebecca, já fizemos uma retrospectiva do que foi a Zona Franca há 50 anos; e ela não teria 50 anos, mas 60, porque ela foi criada em 1957 e instalada em 1967, dez anos depois.

Não é uma questão política, mas, como eu sou uma pessoa justa, eu tenho que agradecer muito à ex-Presidente Dilma Rousseff por ter prorrogado a Zona Franca. Não era uma decisão fácil, mas ela tomou uma decisão, assumiu um compromisso com o Estado do Amazonas e prorrogou por 50 anos. Não vou entrar no mérito de outras questões, mas há de se reconhecer o papel importante que a ex-Presidente Dilma Rousseff teve nessa prorrogação. E 50 anos passam rápido. Muitos de vocês já viviam no Amazonas quando a Zona Franca foi instalada, em 1967. Então, parece que 50 anos é um tempo que está distante... Está distante para mim, que talvez não chegue a mais 50 anos, está distante para muitos de nós aqui, mas para toda uma gama de pessoas que moram na nossa região não está distante, é um futuro próximo, como foram rápidos esses 50 anos.

Nós tivemos, de 1967 a setenta e poucos, uma economia diferenciada. Nós tínhamos lá um comércio forte de venda, não tínhamos uma indústria. Depois de 1990, com a abertura, nós tivemos que nos adaptar a uma nova realidade. Superamos, criamos o processo produtivo, foi



criado o processo, e nos tornamos um dos maiores polos industriais, com certeza absoluta, da América. Isto é Manaus. Só que nós temos um grande problema: nós somos os primeiros a receber diretamente o efeito de uma crise e os últimos a sair dela. Nós nunca somos... Somos os primeiros a receber. Quando o Brasil entra em crise, a Zona Franca é a primeira a receber. E quando o Brasil tenta se recuperar, nós vamos ser os últimos a sair dessa crise. Tivemos alguns momentos difíceis – e aí foi citado o setor de duas rodas. O setor de duas rodas... Houve um momento em que o financiamento fez com que nós aumentássemos enormemente a produção de motos. Isto não vai acontecer mais. Nós temos que nos readequar a uma nova realidade, para que a gente possa continuar trabalhando e gerando empregos e oportunidades – não só no Amazonas.

Foi colocada aqui uma coisa importante: nós somos sobreviventes, porque não temos infraestrutura, não temos logística, não podemos quase nada, e conseguimos viver 50 anos com a Zona Franca de Manaus – e isto contra muitos que não querem, até hoje, e defendem isso abertamente, a não isenção dada. E eu digo: é uma isenção dada ao Amazonas, hoje, em que nós damos uma contrapartida que coloca o Brasil como exemplo de questões ambientais; é porque nós preservamos 98% da nossa floresta.

E, aí, também é um momento de discussão. Neste momento, você ouve muitas pessoas discutirem: "E o Amazonas? Você tem Manaus. E o Amazonas?". Ao Amazonas não é permitida a exploração mineral; ao Amazonas não são permitidas as *commodities* que hoje mantêm o Centro-Oeste brasileiro com uma perspectiva para 2030 de crescermos nesse setor enormemente, porque o consumo de comida será maior em 2030, maior em 2050, e a tendência é, onde há uma produção, aumentar essa produção, melhorar essa produção e ter a valorização das *commodities* brasileiras. A Zona Franca não é isso. O Amazonas não tem condições de ter isso. Não é porque nós não queremos.

Agora mesmo – há pouco aqui, ouvi o Roque, lá do Apuí... Veja bem: nós estamos discutindo uma reserva, em que estamos pedindo apenas que se retire, de um decreto que foi feito, 7%. Não é toda a reserva: são só 7%, onde já há uma produção! E parece que o mundo está caindo sobre a cabeça dos amazonenses e daqueles que tentam sobreviver ali no sul do Amazonas.

Por isso, eu preparei, sim, um discurso. Nesse discurso, eu iria fazer uma retrospectiva daquilo que nós fizemos nesses 50 anos, mas eu penso daqui para a frente. O que é possível se fazer? É possível, sim, que o Governo olhe com um olhar diferenciado para a BR-319; é possível asfaltar a 319 hoje, mantendo intacta a floresta que por ali circunda. Nós temos tecnologia para isso, nós temos como fiscalizar isso. O amazonense é ciente da sua responsabilidade em preservar a Amazônia, principalmente dos últimos anos para cá, quando essa consciência se elevou bastante. Por que não explorar os minérios que temos no nosso Estado?

Veja bem... E aí disseram o Senador Raupp, que foi governador de Rondônia, e o Eduardo, que foi governador do Amazonas: o que fazer no Amazonas na calha do Rio Negro? O que fazer para aquele povo que vive ali? Viver de quê? O Rio Negro é um rio pobre em peixe; as terras do Rio Negro não são cultiváveis. O que nós temos ali é minério, que não podemos explorar, e, quando exploramos, temos dificuldades.

Por isso, quero, primeiro, agradecer a presença de muitos dos senhores e senhoras que estão aqui. Quero agradecer muito. É o apoio necessário, político, que temos. Eu, Eduardo e Vanessa não estamos fazendo isso como Senadores. Nós estamos fazendo isso como amazônidas e como amazonenses que somos. É nossa obrigação fazermos isso aqui. Não é favor nenhum. A presença de muitos de vocês aqui nos dá o apoio necessário para que possamos continuar lutando e olhar,



porque 50 anos passam rapidamente. Não achem que 50 anos demora; 50 anos passam rapidamente. E pensar daqui para frente os próximos 50 anos.

A Zona Franca é amazônica, mas ela está a serviço hoje do Brasil, porque ela preserva as suas florestas, o que dá ao Brasil tranquilidade para sentar à mesa com qualquer país que defenda a preservação e dizer: nós temos uma Amazônia, no Amazonas...

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... que tem uma indústria que não polui, que gera emprego, que produz para o Brasil, que gera emprego no Brasil quase todo, que tem componentes sendo produzidos – e aqui foi citado São Paulo, onde sempre foram gerados muitos empregos.

Hoje, nós temos outra preocupação: como mantê-la com competitividade para os próximos 50 anos, como melhorar a sua infraestrutura, como melhorar a sua logística.

Eu conversava ontem com alguns taxistas antes de entrar no avião para vir a Brasília. Eles me diziam: "Omar, havia 23 voos noturnos aqui. Hoje, só há 8". E aqui faço um apelo, de público, ao Deputado Pauderney Avelino e à Deputada Conceição. O Senado já fez a sua parte, fez um decreto legislativo, em menos de 24 horas, proibindo a cobrança de bagagens. Peço ao Deputado Pauderney que converse com o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, para que coloque em votação o decreto legislativo que acaba com...

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... a cobrança de bagagens nos aviões brasileiros. Já basta o preço da passagem ser um absurdo e a quantidade pequena de voos. Ainda querem cobrar as bagagens das pessoas que viajam neste País? É uma decisão política nossa, que o Senado já tomou.

A Anac tem que se posicionar em relação a isso, principalmente para a nossa região, para a região em que vivemos, que compreende Rondônia, Roraima, Amazonas, Acre, Pará, Estados que são prejudicados pela dificuldade de logística, pela dificuldade de ter um compromisso, para que possamos ter o escoamento da nossa produção e para que possamos, realmente, ter um produto mais competitivo, fora os custos do Brasil. O custo do Amazonas hoje, em termos de logística e de escoamento, é muito alto para que possamos ter uma indústria competitiva.

Por isso, Senador Eduardo Braga, que preside esta sessão, Senadora Vanessa, que representa o nosso Estado, juntamente comigo...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... alertar que tanto eu, quanto os Senadores fazemos a nossa obrigação, que não estamos parados, que estamos trabalhando para que haja agilidade na aprovação dos PPBs. Que o Governo possa se despir de vaidade nos seus ministérios, para que possamos definitivamente, Senadora Vanessa, Senador Eduardo Braga, dar condições para o Centro de Biotecnologia da Amazônia poder trabalhar, com financiamento de pesquisa, para que possamos, aí sim, sustentavelmente, gerar milhares de empregos na nossa Região, gerar riqueza na nossa Região.

Sem conhecimento, nós não vamos gerar essas riquezas. Não há conhecimento. Nós temos lá um Centro de Biotecnologia, que funciona precariamente por falta de vontade política. E não digo



que seja somente do Michel Temer, mas também do Lula, da Dilma, do Fernando Henrique Cardoso, quando criou o Centro de Biotecnologia...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... que viraram as costas, colocaram quatro ou cinco ministérios como responsáveis por aquele órgão – o Ministério da Ciência e Tecnologia, o de Meio Ambiente, o da Educação, a Casa Civil –, e não há um entendimento para que criemos o CNPJ e, com isso, possamos dar condições de trabalhar, de trazer pessoas qualificadas, para que possamos fazer as pesquisas necessárias àquilo que o amazonense espera de nós: ter o conhecimento da nossa própria região.

Que Deus abençoe o Brasil, que Deus abençoe o Amazonas, que a Zona Franca, o Polo Industrial de Manaus, seja pujante para beneficiar todos os amazônidas que vivem naquela Região, que precisam, sim, dessa nossa realidade, que é o Polo Industrial.

Muito obrigado pelo convite, Senador. Assinei, apoiando a sua iniciativa.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quero agradecer a presença de todos que vieram aqui prestigiar: não ao Senador Eduardo Braga, não à Senadora Vanessa Grazziotin, mas sim ao povo amazonense e ao povo que vive na Amazônia, pelo Polo Industrial e pelos 50 anos da Zona Franca de Manaus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço ao Senador Omar e passo a palavra à próxima Senadora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, a quem cumprimento em primeiro lugar, que foi o autor e obteve de nós o apoio para a realização desta sessão, que considero histórica, de comemoração dos 50 anos da Zona Franca de Manaus.

Não sei que outro modelo de desenvolvimento econômico, social, regional, calcado, baseado na concessão de incentivos fiscais, tem o privilégio de comemorar os 50 anos, como estamos comemorando hoje.

Senador Eduardo Braga, pensei também em deixar de lado o meu pronunciamento ou diminuir o pronunciamento, mas entendo que a importância desses 50 anos me permite, sim, um tempinho a mais, para que possa deixar registrado nos *Anais* o que representa não só para o Amazonas, para a Amazônia, mas para o Brasil inteiro a Zona Franca de Manaus.

Cumprimento V. Ex^a, portanto, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, Senador Thieres, que está aqui conosco, Senador Elmano Férrer, Senador Omar, que também esteve, até este momento, conosco.

Quero cumprimentar o representante do Ministro da Indústria e Comércio, o Sr. Marcos Jorge de Lima; cumprimentar o Sr. José Jorge do Nascimento Júnior, representando aqui o Governador do Estado do Amazonas; cumprimentar a Deputada Estadual Alessandra Campêlo, que aqui representa a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Em cumprimentando a Deputada Alessandra, cumprimento o Deputado Dallas, o Deputado Denilson e o Deputado Jorge Everton, do Estado de Roraima, que também prestigia esta sessão.



Quero cumprimentar o Dr. Nelson Azevedo e, por fim, a nossa querida Deputada Rebecca Garcia, que é a Superintendente da Zona Franca de Manaus, que, com muita competência, vem enfrentando esses desafios. Como ela mesma disse, Senador Raupp, é um momento extremamente delicado para a Zona Franca de Manaus e para a Suframa, porque é um momento extremamente delicado para o nosso próprio País.

Quero cumprimentar os representantes militares, das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, embaixadoras e embaixadores que aqui estão. Cumprimento a Embaixadora Lorena, da Nicarágua, que aqui está, a Deputada Conceição Sampaio, o Deputado Pauderney Avelino, que também esteve até há pouco conosco.

Quero dizer que é muito orgulho e acho que tenho um orgulho até maior, porque não sou amazonense de nascimento, mas sou amazonense de criação. Vivo há tanto tempo naquela terra, que acompanhei boa parte do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Hoje eu tenho muita gratidão e um orgulho maior ainda de poder ocupar esta tribuna, falar em nome do meu Estado e cumprimentar os 50 anos da Zona Franca de Manaus.

Como todos nós sabemos e dominamos, desde o período colonial, a Amazônia é considerada estratégica, porque efetivamente o é, e objeto de cobiça das principais potências estrangeiras, seja em razão da existência da maior reserva de água doce do Planeta, que tem um enorme potencial de navegação, seja pelas riquezas ainda desconhecidas e pouco dominadas de uma vasta floresta, a maior do Planeta.

A ocupação econômica do Norte do País sempre se assentou nos princípios da garantia da unidade territorial e da integração do interior do País ao dinamismo das regiões litorâneas.

Após inúmeras tentativas de colonização direcionadas, foi somente no final do século XIX que o progresso efetivamente começou a chegar à região. Em razão dos lucros que oferecia a atividade extrativista, sobretudo a extração e a comercialização da borracha, Manaus ganhou uma fisionomia europeia, com um arrojado plano de urbanização, substituindo a precária infraestrutura pelos mais modernos sistemas de saneamento, transporte e energia da época.

Mas tal período não encontrou sustentabilidade. Logo nas primeiras décadas do século XX, com o fim do ciclo da borracha, Manaus retornou à estagnação econômica, e várias tentativas governamentais não conseguiram trazer o desenvolvimento à região. A Amazônia Legal, principalmente a sua parte ocidental, permaneceu à margem dos fluxos de investimento de uma industrialização mais consistente.

É nessa época que se fundamenta a criação, de fato, da Zona Franca de Manaus, em 1967, como dito aqui já. Foi aprovada uma lei de 1957, mas a implantação ocorreu efetivamente no governo militar, em 1967. Outras tentativas de estabelecimento de uma Zona Franca já haviam ocorrido, entretanto, sem sucesso. Mas, há 50 anos, o Brasil deu um passo decisivo para o desenvolvimento regional e para a integração da Amazônia ao resto do País, o que foi fundamental também para a garantia e o fortalecimento da nossa soberania nacional.

E os resultados dessa iniciativa logo se mostraram evidentes. Os incentivos fiscais e extrafiscais, não apenas dos tributos federais (II, IPI), mas também os incentivos de tributos estaduais e municipais, logo deram a sua primeira manifestação, mostrando, naquele primeiro momento, que houve uma significativa importação de produtos, o que fez com que o comércio, na primeira fase da Zona Franca de Manaus, evoluísse significativamente. Mas junto com ele iniciou-se também a implantação das primeiras plantas industriais, iniciando a construção do Polo Industrial de Manaus.



Esse dinamismo, contudo, sofreu os impactos dos ajustes no balanço de pagamentos, após a metade da década de 70, que forçou a definição de índices mínimos de nacionalização e de cotas de importação aos setores comercial e industrial.

Na indústria, nós até hoje temos os tais falados aqui PPBs (Processos Produtivos Básicos), que garantem o mínimo de nacionalização. E eu não diria hoje mais o mínimo, mas um percentual significativo de nacionalização dos nossos produtos, de geração de emprego e do próprio desenvolvimento da indústria e da tecnologia.

Então, a partir daí, diminui-se a presença do comércio, e passa a assumir um papel muito importante o setor industrial produtivo.

Na década de 80, o Polo Industrial já disponibilizava grande parte das mercadorias consumidas no Brasil, reduzindo importações e gerando divisas para o Brasil – é bom que não nos esqueçamos de que a Zona Franca de Manaus nasceu, exatamente, para substituir as importações. Quase todos os brasileiros tinham, como têm até hoje, nas suas casas, produtos com o tão conhecido *slogan*: "Produzido no Polo Industrial de Manaus – Conheça a Amazônia". E nós lutamos muito – e hoje já existe, a Suframa já implanta – por um selo verde, que mostra – e acho que isso é o principal elemento – o quanto a instalação, a manutenção e o desenvolvimento desse Polo Industrial de Manaus contribui para a preservação das nossas florestas, que falarei a seguir.

Conseguimos constitucionalizar a nossa Zona Franca a partir da Constituição de 1988 e obtivemos, como também dito aqui, a prorrogação por mais 50 anos – ou seja, teremos uma Zona Franca garantida até o ano de 2073 –, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, que, assim como o governo que ela sucedia, teve um carinho e uma atenção especial e particular ao modelo Zona Franca de Manaus.

Os anos que se seguiram à Constituição de 1988...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... foram de enormes desafios ao desenvolvimento de Manaus e à nossa Zona Franca. A abrupta abertura comercial promovida no início dos anos 90 pelo então Presidente Collor fez com que a Zona Franca sofresse significativamente. A maioria das nossas linhas de produção foram fechadas, mas as que se mantiveram conseguiram superar todas as dificuldades e se desenvolveram. Fomos com muita dificuldade – e eu vejo o Périco aqui, representando o centro das indústrias, balançando a cabeça –, mas com muito compromisso também de todas as indústrias lá instaladas, recuperando a sua capacidade produtiva.

Em relação aos avanços ambientais, que aqui foram bastante falados, hoje, nós temos uma floresta preservada em 98% não por acaso, mas temos essa floresta preservada exatamente...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... por conta da diminuição da pressão do interior em relação ao nosso desenvolvimento.

Então, quero aqui ressaltar, ainda, que os nossos incentivos fiscais também não são tantos assim como dizem, porque, no começo desta década, o Amazonas sozinho contribuía com a arrecadação de 60% de todos os tributos federais da região – 60% de todos os tributos federais da Região Norte –, e, segundo estudos da Suframa, para cada R\$1 incentivado, são arrecadados em tributos R\$1,37, ou seja, se colocarmos na balança, a Zona Franca de Manaus mais contribui aportando recursos para o País do que retirando recursos do País.



(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nada foi capaz de enfraquecer este modelo, nem mesmo a guerra fiscal a que fomos submetidos, porque, todos sabemos, os incentivos legais, constitucionais são da Zona Franca de Manaus. Sofremos muito com sobretaxação de nossos produtos, sobretudo pelos Estados mais desenvolvidos do País, como o caso de São Paulo, mas nunca isso foi capaz de acabar e exterminar com o nosso modelo de desenvolvimento.

E mais: quando a União Europeia, recentemente, denunciou algumas políticas de incentivos fiscais do Brasil, que incluiu o Inovar Auto, o setor de informática... Incluiu também a Zona Franca de Manaus, mas rapidamente retirou a Zona Franca de Manaus, porque reconheceu, como o mundo inteiro – a própria Organização Mundial do Comércio reconhece –, que esses incentivos têm sido fundamentais não só para o desenvolvimento regional, mas principalmente para a preservação das florestas e, assim, à contribuição que a nossa Amazônia dá para o combate ao aquecimento global.

Então, é dessa forma, com essas poucas palavras. Eu aqui vou cortar bastante do meu pronunciamento, porque eu quero deixar as minhas homenagens à Zona Franca de Manaus. Eu, quando escrevi na minha coluna, semana passada, publicada terça-feira no jornal *Folha de S. Paulo* – aqui me trazem uma cópia –, eu conclui dizendo o seguinte: ao completar 50 anos, a Zona Franca precisa ser vista não como a Zona Franca de Manaus, mas como a Zona Franca do Brasil. E efetivamente ela é, porque a contribuição que a Zona Franca dá, que essa política de incentivos fiscais dá não é somente ao Amazonas, à Amazônia, mas a todo o nosso País e a toda a nossa gente.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, parabéns a todos, parabéns ao povo amazonense, parabéns aos empresários, trabalhadores, àqueles que geriram o poder público. Aqui temos, como dito já, dois ex-Governadores, Eduardo Braga e Omar Aziz. Parabéns a todos.

A nossa união fez com que a Zona Franca não apenas se mantivesse, mas se fortalecesse – mesmo nos momentos difíceis como agora – e continuasse se desenvolvendo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu gostaria de registrar também a presença do Senadores Thieres Pinto, pelo Estado de Roraima, aqui presente; do Senador Elmano Férrer – também estava aqui presente até ainda há pouco. Quero também registrar a presença do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário, Dr. Adalberto Tokarski, aqui presente. E gostaria também de ressaltar a presença do Dr. Wilson Périco, pelo Centro da Indústria.

Passo a palavra a nossa Deputada Alessandra Campêlo, que falará em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

A SR^a ALESSANDRA CAMPÊLO – Senhores e senhoras presentes, quero cumprimentar, em primeiro lugar, o meu companheiro de partido, Presidente desta sessão, e parabenizá-lo pela iniciativa, o Senador Eduardo Braga. Cumprimento, da mesma forma, os dois Senadores do meu Estado, a competente Procuradora Especial da Mulher do Senado, a Senadora



Vanessa Grazziotin. Da mesma forma cumprimento o Senador Omar Aziz, que teve que sair daqui do evento. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Valdir Raupp, de Rondônia, que também compõe a Mesa. Cumprimento o representante do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Sr. Marcos Jorge Lima. Cumprimento o representante do Governador do Estado do Amazonas, o Sr. José Jorge Nascimento Júnior, que hoje está no Governo do Estado, mas foi servidor da Superintendência da Zona Franca de Manaus por muitos anos. Cumprimento a Superintendente da Zona Franca de Manaus, a Sr^a Rebecca Martins Garcia, nossa competente superintendente. Cumprimento o representante da Confederação Nacional da Indústria, o Sr. Nelson Azevedo dos Santos, querido amigo. Eu gostaria, em nome do Dr. Wilson Périco, do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, cumprimentar a todos os representantes das indústrias aqui presentes, assim como os representantes também dos trabalhadores. Quero cumprimentar a querida amiga Conceição Sampaio, nossa Deputada Federal, e, da mesma forma, cumprimentar o Deputado Federal Pauderney Avelino. Cumprimento ainda meus colegas de Parlamento: Deputado Wanderley Dallas e Deputado Dermilson Chagas.

Senhores, serei breve no meu pronunciamento. Não farei aqui mais um histórico da Zona Franca, porque acho que todos nós tivemos uma aula, aqui, de como surgiu e de como chegou até aqui a Zona Franca de Manaus. Acho que a nossa geração – e eu conversava com o Senador Eduardo Braga, na semana passada, sobre a Zona Franca de Manaus – teve o mérito e a competência de conseguir prorrogar a Zona Franca de Manaus. Isso, obviamente, tem que ser dito. A questão temporal já foi vencida por nós. Nós temos a garantia da Zona Franca de Manaus até 2073. Então, acho que temos que falar agora dos desafios. Conseguimos superar, há muitos anos, há 50 anos, a falência econômica do Estado, após os áureos tempos da borracha. E, durante 50 anos, vimos trazendo a Zona Franca de Manaus. Então, o problema temporal foi resolvido. Até 2073 está garantida, mas nós temos que falar agora dos novos desafios.

E, como representante do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, o que eu venho fazer aqui, no Congresso Nacional, em nome dos meus colegas Deputados, é exatamente pedir o apoio deste Congresso – o apoio do Senado, o apoio da Câmara dos Deputados –, mas o apoio também dos Poderes Executivo e Judiciário.

No Judiciário, por exemplo, temos aí dezenas de casos ainda não julgados, dezenas de casos de matérias jurídicas que tratam sobre créditos que ainda não foram julgadas e se arrastam há mais de 15 anos. Isso precisa ser visto. Isso precisa ser resolvido. Nós temos diversas empresas que vão para outras regiões através de liminares que suspendem o pagamento de alguns impostos. Por isso, nós precisamos também do Poder Judiciário.

A nossa Zona Franca já chegou a ter mais de 130 mil empregos. Hoje nós temos cerca de 85 mil empregos no nosso polo industrial. São 45 mil empregos diretos, de carteira assinada, de pessoas que perderam seus empregos, sua renda, seu plano de saúde, a oportunidade de ajudar a sua família; e, indiretamente, temos aí pelo menos 200 mil empregos, postos de trabalho que deixaram de ser ocupados durante todo esse processo dessa crise econômica que afetou o nosso País. Então, são 200 mil pessoas, só no Estado do Amazonas, que deixaram de ter seus empregos por conta da crise que afetou o polo industrial de Manaus. Isso deixa latente a nossa dependência. Hoje, cerca de 98% da economia do Estado do Amazonas dependem do polo industrial de Manaus, e isso não é um problema só do Amazonas, não é um problema só da Amazônia, é um problema do País, porque nós temos também 98% de floresta preservada.



Nós precisamos, senhores, reinventar a Zona Franca de Manaus, reinventar o polo industrial de Manaus, mas reinventar, ou melhor, inventar o verdadeiro desenvolvimento para a Região Amazônica.

Nós precisamos de uma política nacional para desenvolver a biotecnologia e para aproveitar a nossa biodiversidade. Isso não é tarefa só da Amazônia. Isso é tarefa do Estado brasileiro.

Nós precisamos de investimento no setor primário, através do Governo Federal sim, mas através do Governo do Estado sim. Hoje isso está praticamente extinto no meu Estado. O Governo estadual pouco tem investido no nosso setor primário e na nossa biodiversidade e potencialidades naturais.

Queremos pedir, Srs. Parlamentares, senhores do Poder Judiciário e do Poder Executivo também... queremos pedir aqui quase que um *habeas corpus*. O art. 5º, da Constituição Federal, nos permite a livre locomoção, o direito de ir e vir. A nós, do Amazonas, isso é vedado – Amazonas e Roraima. Nós não temos acesso ao resto do País por estrada.

Então, é algo, assim, absurdo, em 2017, ainda estarmos discutindo isso. Essa polêmica da BR-319 se arrasta por décadas, e nós queremos apenas o direito constitucional de ir e vir, o direito de fazer realmente parte do Brasil, de estarmos ligados ao Brasil. E não se pode mais admitir que essa polêmica continue.

A BR-319 precisa ser trafegável. Nós também temos o direito de nos locomover para o restante do País. Isso, para o nosso polo industrial, é de extrema importância. E é uma questão de sobrevivência para o nosso Estado.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, senhores presentes, de pedir uma atenção especial na condução da reforma fiscal. Ela pode ser ameaçadora para o polo industrial de Manaus, mas pode também ser muito benéfica para todo o País, incluindo o polo industrial de Manaus. Por isso, precisamos estar muito atentos.

Precisamos que o Estado brasileiro, de uma vez por todas, resolva a questão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, porque não adianta a gente vir aqui falar da bioindústria, da biodiversidade, do desenvolvimento de novas tecnologias a partir dos nossos recursos naturais, se nós não tivermos pelo menos o Centro de Biotecnologia da Amazônia funcionando. E é um absurdo que entre Governo Federal e saia Governo Federal, e um jogue para o outro, e o Centro vai passando de ministério em ministério, funcionando de forma precária.

Senhores, para concluir, eu gostaria de dizer que, durante todo esse tempo, coube principalmente a nós, amazônidas, e a nós, amazonenses, que temos a maior parte da Floresta Amazônica, coube a nós a tarefa de preservar essa floresta, mas eu acho que nós temos que olhar daqui para frente, entendendo que cabe ao Estado brasileiro garantir as condições, para que essa preservação continue.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo à Deputada Alessandra Campêlo, chamo o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Braga, autor desta sessão solene; meus pares, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados Federais e Deputados Estaduais; Secretários de Estado e autoridades. Quero cumprimentar a minha colega de



Parlamento e hoje Superintendente da Suframa, a ex-Deputada Federal Rebecca Garcia, que, com muita honra, recebemos aqui nesta Casa do Senado Federal.

Eu não vou ser repetitivo, nem vou me alongar no meu discurso. Vou direto ao assunto que me chama muita atenção, que é – para mim e para o meu Estado, o Estado do Acre – a importância do PLS 61, de 2016. Por que não vou me alongar? Porque muito foi dito pelos que discursaram aqui, anteriormente. E eu sei a importância que é a Suframa.

Nós aqui temos o compromisso – e o Governo Federal tem este compromisso – de fortalecer todas as instituições, como Suframa, Sudam, Sudeco, enfim, todas que compõem o Estado maior, o Estado brasileiro, e que nos ajudam.

Esse projeto, esse PLS 61, de 2016, de minha autoria, tem por finalidade corrigir a distorção do Decreto nº 8.597, de 2015, responsável pela regulamentação da Zona Franca Verde, que prejudicou os Municípios acrianos de Brasileia, Epitaciolândia, e a minha terra natal, Cruzeiro do Sul, ao delimitar a área dessas cidades para receber os incentivos da Zona Franca Verde somente a 20km².

O raio demarcado é muito pequeno e deixou muitas empresas fora do alcance dos incentivos. Agora, precisamos aprovar o projeto, para ampliar, Sr. Presidente, a área e corrigir essa distorção – tanto que estive já em audiência com a nossa Superintendente Rebecca Garcia, no Estado do Amazonas, tratando desse assunto. E conto com o apoio desta Casa.

Senhoras, senhores, a Amazônia é imensa. Ela é grande. Muitos que não a conhecem não sabem as dificuldades que nós temos para gerar emprego, gerar renda, devido às distâncias que compõem os Estados brasileiros.

No Amazonas, na cidade de Manaus, por exemplo, na qual morei, há muito tempo – estudei e me formei lá –, é um exemplo. E a Zona Franca cumpre um papel tão fundamental para os Estados da Região Norte, que há muitos acrianos que trabalham nas fábricas do Distrito Industrial. E é um exemplo de progresso, é um exemplo de gerar emprego e de gerar renda. E, para gerar emprego e gerar renda, nós temos que ter a consciência de que o Norte faz parte do Brasil, de que o Norte precisa ser desenvolvido.

Quando se fala em Amazônia, só se fala em preservação – e eu não vejo desmatamento, pelo menos no meu Estado. Você pega um avião de Cruzeiro do Sul a Manaus, só por cima de mata.

E precisamos aquecer a economia local, porque o Estado e as prefeituras não aguentam mais o sufoco.

Então, o Governo Federal, o Governo brasileiro, nós, do Congresso Nacional, temos que dar direito a todos; temos que construir pontes, não derrubar pontes.

Era isso o que eu queria dizer.

Parabéns, Senador Eduardo Braga, por esta tão importante solenidade, aqui, no Senado Federal.

Parabéns, Rebecca Garcia, nossa Superintendente. Conte conosco.

Eu tenho defendido nesta Casa que nós temos que fortalecer a Bancada Federal da Região Norte, Senador Eduardo Braga, porque um só não consegue, mas, se formos nós todos, unidos, tenha a certeza de que o Palácio do Planalto irá nos ouvir e criar as pontes – como tanto eu digo –, para que possamos realmente desenvolver a Região Norte, mas sem desmatar.

Muito obrigado.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Cumprimentando o Senador Gladson Cameli e agradecendo a sua participação, passo a palavra ao Sr. Nelson Azevedo, representando, neste ato, a Confederação Nacional da Indústria.

O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – O Sr. Presidente desta sessão, Senador Eduardo Braga, no linguajar dos nossos Parlamentares, é o autor dessa propositura. Em nome dele, eu gostaria de saudar e cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, sem deixar de mencionar os nossos – a Vanessa e o Omar, que já saiu –, e estender também aos Deputados Federais aqui presentes. Já saiu também o Pauderney, mas nem por isso vou deixar de citá-lo.

Para a gente é uma honra muito grande representar o nosso titular e, na qualidade, respondendo pela Presidência da Federação das Indústrias, ser o indicado pela nossa Confederação das Indústrias para estar aqui presente.

Quero também cumprimentar o Marcos Jorge, companheiro de longa data – eu, como Presidente do Rio Negro, e ele, Presidente do Baré, de Roraima, lutando lá –; o grande amigo também, representando o Governo do Estado aqui, que é o nosso Secretário de Planejamento, Jorge Júnior, como é conhecido por todos nós; a Deputada Alessandra Campêlo; os demais companheiros Deputados do Estado do Amazonas, Deputados Estaduais aqui presentes. Realmente para nós é um motivo de muito orgulho ver aqui que nós estamos presentes participando de um evento tão importante para nós.

Aqui também não poderia deixar... Como eu estou seguindo aqui a relação, gostaria de cumprimentar especialmente a nossa Superintendente da Suframa, Rebecca Garcia; juntamente com os demais funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus que aqui estão presentes. Realmente eu acho que são merecedores de todo o aplauso, porque têm tocado uma autarquia que precisa de muito apoio. Eu sempre digo, Senador Eduardo Braga, que atualmente a Suframa está que nem a gente, é um pedinte a mais. Nós precisamos realmente que ela seja fortalecida, que busque a sua autonomia. Isso é muito bom.

Eu queria também não deixar de cumprimentar um companheiro que já foi no passado e que está aqui presente, o Prefeito Anderson Sousa, do meu Rio Preto da Eva. Aqui estão presentes também, Sr. Senador Eduardo Braga, o companheiro Wilson Périco, Presidente do Centro da Indústria; o Marcos, que é o Presidente da Abraciclo. Eu vi o Lourival, da Eletros, por aí também. São pessoas que colaboram com a gente na defesa da nossa Zona Franca de Manaus. Enfim, quero cumprimentar os Srs. Embaixadores, os representantes militares aqui presentes e todos que estão presentes neste ato.

Como falei, principalmente em nome da Federação das Indústrias e do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – posso falar assim, Wilson? Faço parte do conselho –, representando neste ato também as várias entidades de classe, estamos aqui, Senador, para prestar contas do maior acerto fiscal da história da República, depois de 50 anos de trabalho obstinado e nem sempre compreendido, como já foi falado aqui por alguém que me antecedeu.

Conquistamos um nível crescente de confiança, já aferido por esta Casa, aplaudido com o gesto da prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, em agosto de 2014. Aqui queremos posicionar o papel, o apoio e a expectativa do modelo Zona Franca de Manaus, sua história, contribuição e necessidade de integração à inadiável política industrial, ambiental e de ciência, tecnologia e inovação do Brasil.

Srs. Senadores, o grande economista e brasileiro Roberto Campos liderava, em 1960 – como ninguém disse isso, eu vou falar –, o projeto Zona Franca da Guanabara, que seria implantado no



Rio de Janeiro, conforme registrado em seu livro *A Lanterna na Popa*. Segundo Bob Fields, seria a resposta do hemisfério sul à zona franca chinesa, no hemisfério norte. O Governo revolucionário colocou nas mãos de Roberto Campos a seguinte ação: zona franca, sim, mas na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Se não fizermos alguma coisa naquele imenso espaço poderemos perdê-lo.

Os indicadores, após 50 anos, mostram que os deveres de contribuir com responsabilidade social e comprometimento ambiental foram cumpridos. O dever de casa das empresas – que aqui estou representando – e a sua contribuição com a interiorização do desenvolvimento têm-se dado por meio do fomento ao turismo e às cadeias produtivas na qualificação técnica e acadêmica dos jovens e adultos, entre outros benefícios propiciados pelos fundos estaduais, como o famoso Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas (FTI); Fundo de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam); além dos recursos pagos para P&D, pesquisa e desenvolvimento; taxas da Suframa; e tantos outros ganhos representados pelos empregos e oportunidades da atividade produtiva.

O Amazonas, o maior Estado do Brasil, detém, de acordo com os dados do Ministério do Meio Ambiente, Senador Eduardo Braga, mais de 95% de sua cobertura florestal preservada – já foi dito isso aqui – e possui um dos mais baixos índices de desmatamento, bem próximo à posição dos compromissos do Brasil no Acordo do Clima de Paris, em 2015. Protegendo a floresta, geramos, em condições de trabalho, 600 mil empregos, entre diretos e indiretos, em Manaus – olha, eu peço a atenção aqui, e já foi dito por todos os que me antecederam –, e 2 milhões, ao longo da cadeia, em todo o País.

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – Existe, em São Paulo, o equivalente ao investimento de três zonas francas de Manaus, a produzir insumos para abastecer o Polo Industrial de Manaus. O modelo que foi criado para substituir importações – e que fique bem esclarecido – o faz de forma competente com produtos de qualidade e preços adequados.

A lógica federal, indiferente à sequele social da desigualdade regional, não reconheceu que, de um total de R\$1 trilhão investidos pelo BNDES, instituição focada no desenvolvimento nacional, no período de 2009 a 2010, o Amazonas, sem infraestrutura adequada de crescimento, recebeu apenas R\$7 bilhões de financiamento para desenvolvimento regional...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – ... enquanto o Estado de São Paulo, o carro-chefe da economia nacional, usufruiu de R\$245 bilhões. Ou seja, 24,5% de todo o recurso disponibilizado pelo BNDES foram para o Estado mais rico do País. Nada contra, nós temos que estar juntos, mas apenas é uma questão de justiça.

Nos dez últimos anos, o Amazonas recolheu aos cofres federais, segundo a Receita Federal, aproximadamente R\$100 bilhões, e o Amazonas recebeu menos de R\$30 bilhões desse valor apenas. A atividade industrial da cidade de Manaus recolhe mais de 50% dos tributos federais da Região Norte, o que confere o papel de um dos principais pontos de geração de receita pública no País.

(Soa a campanha.)



O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – Estou terminando, Sr. Presidente.

Queremos que o Brasil respeite a lei e os direitos da Zona Franca. É coerente e fundamental, portanto, que as entidades que representam o setor produtivo do modelo Zona Franca de Manaus sempre, segundo a lei, possam resguardar a participação no âmbito das propostas de revisão de critérios de aplicação das verbas de P&D, das taxas de serviços recolhidos pela Suframa e das contribuições do segmento estadual.

Queremos fazer parte, como diz a lei, de todos os fóruns e conselhos que definem os critérios e acompanham a aplicação dos recursos que as empresas recolhem; queremos ver aplicada a riqueza que trabalhadores e investidores lá produzem.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – Queremos respeito à Lei do PPB, que já foi definida aqui. Queremos poder fazer o que sabemos: gerar riqueza e oportunidades, ajudar a construir o Brasil e, ao cuidar da floresta, ajudar o mundo a respirar melhor.

Por fim, queremos também a consolidação do distrito agropecuário e o combate a uma das mais pavorosas características do nosso Amazonas, Senador. Eu não sei se vou contrariar alguém, mas nós não temos setor primário no Amazonas. Adequadamente não temos.

O primeiro livro que lemos ao pisar na faculdade de economia, *Economia Política*, do Ministro francês Henri Guitton, já afirmava...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON AZEVEDO DOS SANTOS – Há muito a ser feito. Precisamos concentrar nossos esforços em novas matrizes econômicas, em prol das famílias de brasileiros que ocupam aquela região, como falou há pouco o Senador Omar Aziz.

O nosso cantor e compositor Erasmo Carlos já dizia: "Se o simples fosse fácil, já teriam feito um outro 'Parabéns Pra Você'." Na verdade, de simples ou fácil nada temos. Temos muito a lutar.

Por isso, pelo bem do nosso País e da região menos desenvolvida, contamos com o indispensável apoio dos nossos Parlamentares, dos nossos Senadores ao modelo Zona Franca de Manaus.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Cumprimentando o Sr. Nelson Azevedo pelas suas palavras, passo a palavra ao Sr. Secretário de Planejamento, Indústria e Comércio do Estado do Amazonas, Dr. Marcos Jorge de Lima, perdão, ao Dr. Jorge Júnior, como todos nós o conhecemos, o nosso Secretário de Planejamento do Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, requerente da presente sessão em homenagem aos 50 anos da Zona Franca de Manaus e da Suframa, Senador Eduardo Braga, ex-Governador do Estado do Amazonas; Sr. Senador Valdir Raupp; nossa Procuradora Especial da Mulher do Senado, Senadora Vanessa Grazziotin; representante do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Sr. Marcos Jorge de Lima; representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, amiga, companheira de movimento estudantil, uma brava companheira, diga-se de passagem, do movimento estudantil, uma Deputada atuante, Deputada Estadual Alessandra Campêlo; a



Superintendente da Zona Franca de Manaus, por quem nutro um grande carinho por ter me possibilitado trabalhar, uma pessoa com quem tive o privilégio de trabalhar nos últimos três anos, que sempre nos orientou, principalmente na área de acompanhamento e discussão dos PPBs, a Superintendente Rebecca Garcia, e os amigos, companheiros de luta também pelo lado empresarial, Sr. Nelson Azevedo, Wilson Périco, Benjamim Sicsú e Lírío Parisotto.

Em nome deles, registro e dou o meu abraço fraterno a todos os representantes da indústria, da classe patronal e dos trabalhadores também.

Aproveito para cumprimentar a Embaixadora da República da Nicarágua, Sr^a Lorena Martínez, o representante do Exército Brasileiro, Sr. Coronel Roberto Gondim, da Marinha, o Capitão de Fragata José Paulo Brandão, e da Aeronáutica, Sr. Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira Medeiros.

A Zona Franca de Manaus foi criada no governo militar. O Deputado Francisco Pereira da Silva foi o idealizador, mas a implementação foi do governo militar. Então, faço aqui o devido registro.

Cumprimento o meu amigo, também militante de movimento estudantil e colega de faculdade, Deputado Estadual Dermilson Chagas, o Deputado Wanderley Dallas, pelo Amazonas, e o Deputado pelo Estado de Roraima Jorge Everton.

Senhoras e senhores membros do corpo diplomático, senhoras e senhores, bom dia.

Muito já foi dito aqui sobre a Zona Franca de Manaus. O próprio pronunciamento do Senador Eduardo Braga, logo no início, resumiu bem a importância da Zona Franca de Manaus, mas é com muita honra que, em nome do Governo do Estado do Amazonas, do Governador José Melo, que eu participo desta homenagem aos 50 anos da Zona Franca de Manaus e da Suframa.

Particularmente, tenho uma relação muito próxima com a autarquia, porque, por mais de 13 anos, desenvolvi atividades profissionais lá. Na Suframa, eu construí amizades. Na Suframa, eu amadureci como pessoa, como profissional e aprendi a lutar pelos interesses de uma região. Foi lá que eu aprendi que a gente, quando acredita em algo, não pode medir esforços para lutar por isso.

Tenho muito a agradecer à Suframa e a todos os servidores, meus ex-colegas de trabalho. Tenho muito orgulho de ter trabalhado durante esses anos todos ao lado deles. É uma equipe brilhosa, briosos, inteligente, extremamente capacitada, lutadora, guerreira. A Suframa tem um dos melhores quadros profissionais do serviço público do Brasil, sem dúvida nenhuma. Em nome da servidora Izabel Mello, eu cumprimento todos os meus colegas da Zona Franca de Manaus. Izabel é uma das servidoras que mais apaixonada é pela Zona Franca e pela Suframa. Em nome dela, eu mando meu abraço fraterno a todos os meus colegas da Suframa.

Cinquenta anos se passaram e graças ao modelo da Zona Franca de Manaus, o projeto de desenvolvimento mais bem-sucedido do País, o Estado do Amazonas alcança um dos maiores crescimentos econômicos do Brasil, com a conservação de 97% da sua floresta. Essa relação desenvolvimento econômico, preservação e conservação do meio ambiente é premissa. Ela tem que existir e deve ser continuada. Nós não podemos abrir mão nunca dessa relação.

Neste momento em que a Zona Franca de Manaus alcança os seus cinquenta anos, temos muito a comemorar. Foram muitas as batalhas, inclusive nesta Casa, pelos muitos Senadores que estão aqui presentes. E falo não somente, neste momento, dos Senadores do Amazonas, Senador Eduardo, Senadora Vanessa, Senador Omar, mas de todos os demais Senadores de toda a bancada amazônica, de toda a bancada da Região Norte, mas principalmente da Amazônia Ocidental, mais o Estado do Amapá. Tivemos muitas vitórias. Tivemos derrotas, mas tivemos mais vitórias do que



derrotas. E isso é o que faz com que o polo industrial, com que o modelo da Zona Franca de Manaus tenha na sua essência o corpo da guerrilha, da guerra, do ataque, da força. É por isso que todos os desafios são apresentados.

Em 1991, como bem colocou o Senador Eduardo, quando tivemos a abertura da economia, nós tivemos que nos reinventar. E nós nos reinventamos. Descemos para 40 mil empregos. Alcançamos, em 2014, 126 mil empregos. Infelizmente passamos recentemente... Estamos saindo de uma crise econômica em que reduzimos para 85 mil empregos, mas é missão de todos os governos recuperar isso. E nós vamos recuperar. Nós estamos iniciando agora a retomada do crescimento, a retomada do desenvolvimento. É mais uma batalha que estamos superando. E nós vamos superá-la.

E o melhor de tudo isso: toda vez que saímos de uma crise, saímos ainda mais fortes. Isso é bom não só para o Amazonas, para Roraima, para o Acre, para o Amapá, para Rondônia; é bom para o Brasil, porque a Zona Franca de Manaus é uma política industrial nacional. É a política industrial mais antiga deste País, de sucesso. É importante deixar claro. Existem outras políticas, mas a que obteve mais êxito, como bem questionou a Senadora Vanessa Grazziotin, eu acredito também que não haja.

A Zona Franca de Manaus é, sim, o modelo mais exitoso de política industrial, de desenvolvimento regional. Com essa pujança que tornou o polo industrial um dos mais importantes da América Latina, Manaus foi a cidade que mais cresceu e se desenvolveu na Região Norte nos últimos anos.

Para não me prolongar muito, vamos citar um ponto específico que é o maior legado que toda política pública, a meu ver, a nosso ver, deve levar em consideração, que é a educação. E é o Polo Industrial de Manaus, é a Zona Franca de Manaus que mantém, que possibilita, que viabiliza a Universidade do Estado do Amazonas, presente nos 62 Municípios do Estado de forma intensa, de forma atuante, que leva conhecimento e educação para os quatro cantos do Estado. A gente precisa replicar isso para toda a região. A gente pode replicar isso para os outros Estados também. Antes dela tínhamos somente a Universidade do Amazonas, antiga Fundação Universidade do Amazonas, que hoje é a Universidade Federal do Amazonas. A nossa universidade se concretiza, e esse é o maior legado.

Nós teríamos outros exemplos da consequência da riqueza gerada com a Zona Franca de Manaus e com o seu Polo Industrial, mas eu faço questão de focar na UEA por conta do maior legado, que é a educação. Esse é o principal.

Eu costumo dizer que a gente deveria mudar esse nome de Zona Franca de Manaus, porque lá não é zona, apesar de a gente estar falando...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – ...sobre uma área específica, nem é franca.

Não é zona por conta de toda a fiscalização e intervenção do Estado em cima disso.

No passado, fomos muito atacados por ser um ambiente de maquiagem, por dizerem que não fazíamos as coisas como deveríamos fazer. Hoje, ninguém ousa levantar o dedo e dizer na nossa cara isso, porque lá todos os órgãos federais, estaduais e municipais atuam de forma muito rigorosa para que toda a legislação seja implementada de forma correta. E o melhor, tanto as empresas quanto os trabalhadores fazem questão de fazer valer essa legalidade, porque nós seremos os maiores beneficiados.



Então não é uma zona por isso, nem é franca. Há um grande equívoco. Uma vez eu participei de uma reunião com o empresário Lírio Parisotto em que ele fez questão de deixar muito claro isso. Ele disse: "Conheçam o Brasil!" Eu nunca esqueço. Ele disse: "Conheçam o Brasil! Não se esqueçam do Brasil!" Dizer que na Zona Franca de Manaus não se paga imposto é um ledor engano. Há uma redução dos incentivos fiscais, há uma redução dos impostos, mas lá há pagamento, sim, de impostos. É por isso que o Amazonas é um dos Estados que arrecadam mais de imposto do que o que recebe de repasse da União. Disso nós nos orgulhamos. Apesar de termos somente 2,2% da economia, nós somos um dos oito Estados que repassam mais recursos do que recebem. Isso é uma vitória nossa, e nós nos orgulhamos disso. A Zona Franca, por isso, ratifica, entre por outros motivos, que é brasileira, que é uma política acertada de desenvolvimento. É uma política industrial do Brasil, não uma política industrial regionalizada. Aí faço um apelo: o Brasil todo tem que entender dessa forma, porque facilitará a vida de nós, que estamos lá em cima, que somos poucos e moramos longe, para podermos continuar ajudando a economia do País.

É hora de olharmos para a frente. Como foi bem colocado aqui por todos, temos mais 50 anos. O Senador Eduardo Braga foi Governador na prorrogação da Zona Franca até 2023. Logo depois ela foi prorrogada até 2073. Nós temos mais 50 anos. Nós precisamos nos reinventar, Deputada Alessandra, como a senhora bem colocou, e temos vários caminhos a percorrer. Um dos principais é a prospecção de novos negócios, atrair novos investimentos para o polo industrial, mas buscar uma nova matriz econômica para o Estado, não só para o Amazonas, mas também para a Região Amazônica...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – ...baseada na biodiversidade, com foco na biotecnologia, aproveitando a riqueza que está sendo gerada pelo polo industrial para gerarmos outras bases econômicas, não cometendo os erros do passado. Várias foram as tentativas, ainda existem algumas, mas a gente precisa, sim, ter uma nova base econômica para a Região Amazônica, novas bases econômicas para a Região Amazônica.

É hora de nos unirmos. Como representante do Governo do Amazonas, convido os colegas e irmãos dos Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre, do Amapá – a famosa "arara": Amazonas, Roraima, Acre, Amapá e Rondônia – para fazer parte também dessa luta, para continuarmos nessa luta. Como bem colocou o Senador Gladson, nós não somos oito Deputados Federais, Deputada Conceição, mas 40. Nós não somos três Senadores; somos 15.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – E podemos ter muito mais do nosso lado. Sabe por quê? Porque uma das ações em que estamos sendo prejudicados é o contingenciamento dos recursos da Suframa. Sem esse contingenciamento, nós poderemos estar – perdoe-me, mas é a força do hábito, Presidente Rebecca –, a Superintendência da Zona Franca de Manaus poderá fazer investimentos em toda a Região Amazônica, na formação de capital intelectual, mas principalmente na infraestrutura.

Infelizmente isso não pode ser feito por conta do contingenciamento. É uma política, ok, mas o que, para o Brasil, pode ser algo que venha a ajudar um pouco, para nós, da Região Norte, é fundamental. Os recursos da Zona Franca de Manaus arrecadados junto às empresas do polo são fundamentais para o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental. Isso é importante.

(Soa a campanha.)



O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – Exemplos disso: a construção da Universidade Federal de Roraima, a orla da cidade de Macapá, pontes e rodovias no Estado do Acre e a distribuição ou o financiamento de implementos agrícolas no Estado de Rondônia. Tudo isso infelizmente está impossibilitado por conta do contingenciamento.

Outro assunto delicado que temos que tratar nesses 50 anos, que não podemos deixar passar batido, é sobre o PPB. O PPB é a política de contrapartida do incentivo fiscal. Sem o PPB não há a concessão de incentivos fiscais. E hoje nós temos uma demanda muito grande de solicitação de estabelecimento e alteração de processo produtivo. Os colegas do GTPPB, que compõem a Suframa, o MDIC e o MCT, são uma equipe esforçada, inteligente, imparcial, mas temos algumas limitações.

A Zona Franca de Manaus não pode ter incentivado apenas cinco produtos.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – Isso está registrado no Decreto nº 288, de 67. Temos que fazer valer isso. Somente cinco produtos não podem ser incentivados, produzidos com incentivos fiscais. Não podem ser criadas ferramentas para inviabilizar a oportunidade de se gerar emprego e renda no Amazonas. O PPB tem que ser publicado e deve receber tratamento de forma imparcial, técnica, transparente e célere. É isso que nós pedimos. É isso que nós solicitamos. Isso é de fundamental importância.

Há, sim, do Ministro Marcos Pereira, do Ministério de Indústria e Comércio, como também do Ministro Kassab, de Ciência e Tecnologia, orientações para que isso possa ocorrer de forma mais intensa e célere. A gente só está reforçando essa posição da importância, porque sem PPB não há novos investimentos. No momento em que a gente está precisando retomar o desenvolvimento, saindo de uma crise, o PPB não pode ser o atravancador. A gente sabe disso e conta muito com os dois Ministérios, para que, em apoio à Suframa, possa desenvolver ainda mais a região.

Sendo provinciano agora, falando novamente do Amazonas, e já concluindo, há necessidade de desconcentrar o desenvolvimento; levar para o interior do Amazonas – novamente eu falo – o desenvolvimento, o crescimento econômico. É uma ação nossa aproveitar essa riqueza e levar para o interior do Estado.

No Governo de José Melo nós estamos utilizando a matriz econômica ambiental. Esta será a mola propulsora de todo o desenvolvimento, desconcentrando o desenvolvimento na cidade de Manaus. Precisamos levar para os quatro cantos do Estado do Amazonas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE NASCIMENTO JÚNIOR – Enfim, sentimo-nos honrados em participar desta sessão.

Parabéns, Senador Eduardo, pela proposta. Parabéns a todos os demais Senadores, à Senadora Vanessa, ao Senador Omar, demais Senadores que apoiaram a medida. Esta é uma sessão histórica. São cinquenta anos de luta, de guerra, mas são cinquenta anos de vitória. Temos de nos orgulhar muito! A Zona Franca é do Brasil, apesar de o nome ser somente de Manaus. O Brasil tem de se orgulhar de ter um dos maiores polos industriais do mundo, referência de *benchmarking* no mundo. É importante que todos nós saibamos disso e nos orgulhemos.



Vamos avançar, temos muito a avançar. Que Deus possa nos iluminar para que possamos tomar as melhores decisões em prol do desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado.

Parabéns a todos nós pela Zona Franca de Manaus! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao Sr. Jorge Júnior, Secretário de Planejamento do Estado do Amazonas, quero cumprimentar mais uma vez o Secretário Executivo do Ministério da Indústria e Comércio. Quero cumprimentar também o Sr. Ministro, através do Sr. Marcos Jorge de Lima; cumprimentar os Senadores e Senadoras aqui presentes; cumprimentar todos os empresários aqui presentes na figura do Dr. Lírio Parisotto, que comparece a esta sessão como um dos investidores do nosso Estado, da nossa política industrial, juntamente com demais empresários, trabalhadores, o povo da Amazônia, o povo do Amazonas.

Tratamos, Deputada Rebecca, de desenvolvimento regional nesta sessão. Ao comemorar os 50 anos da Zona Franca, comemoramos 50 anos de uma política de desenvolvimento regional para o nosso Estado e para a nossa região. É preciso, no entanto, entendermos os desafios contemporâneos do momento da economia nacional e da economia internacional. É preciso reconhecer que, neste momento, não se trata apenas de contingenciamento a carência de recursos da Suframa: trata-se de insegurança jurídica e também de inexistência, até a edição de recente medida provisória, de uma política que pudesse gerar recursos próprios para a Zona Franca de Manaus e para a Superintendência da Zona Franca. Isso criou um hiato de investimento não só no nosso Estado, mas em toda a região. A medida provisória está em tramitação no Senado da República e no Congresso Nacional neste momento, na tentativa de implementar uma nova política – medida provisória estabelecida pelo Presidente Michel Temer recentemente.

Outra questão que não foi dita aqui, mas que implementa e estabelece desafios para essa política de desenvolvimento regional, é a questão fundiária. Recente medida provisória também enfrenta a questão fundiária para a região da Amazônia. Falou-se aqui de logística, da BR-319, da importância e da essência dessa BR para a competitividade dos nossos produtos industrializados.

Quem nos assiste pela televisão neste momento – e nós estamos sendo transmitidos pela TV Senado para todo o território nacional –, é importante que saiba que, quando ligamos uma televisão neste País, estamos usando um produto feito na Floresta Amazônica que não derrubou uma árvore sequer para ser produzido. Quando acionamos uma motocicleta neste País, estamos acionando um produto produzido em plena floresta e que não fez mal ao nosso meio ambiente. Isso tudo é fruto de uma política de desenvolvimento regional.

No entanto, as questões econômicas pressupõem competitividade, pressupõem que a indústria de transformação... Para que o Estado e a região que possuem petróleo e possuem gás natural possam adentrar a indústria da petroquímica de forma competitiva, é preciso que processos produtivos básicos e, ao mesmo tempo, de logística sejam dotados para que esses produtos possam ser competitivos e para que esses produtos não venham penalizar a indústria nacional nem ser substituídos por produtos, muitas vezes, importados ou até mesmo por monopólio de produtos nacionais que evitam a competitividade e o desenvolvimento regional na nossa Região.

Quando um brasileiro usa um *smartphone*, é bem verdade que nem sempre ele é produzido na Zona Franca de Manaus, mas muitas vezes ele é produzido na Zona Franca de Manaus; e muitas vezes ele é produzido na Zona Franca com a mais moderna tecnologia que existe no mundo. É importante que aqueles que nos assistem neste momento possam compreender o que significam os 50 anos da Zona Franca de Manaus.



É importante também dizer que, além da questão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que teima em não ser regularizado pelo Governo Federal há anos – não é este Governo, são vários governos –, nós temos uma questão essencial, que é a questão do P&D. O modelo de desenvolvimento regional da Zona Franca estabelece o mais alto P&D de toda a política industrial brasileira. Era de se supor, portanto, que aos 50 anos nós já tivéssemos alcançado a maioridade, a maturidade na pesquisa e desenvolvimento a partir desses recursos – infelizmente, não alcançamos. Isso mostra que os desafios continuam latentes, que as nossas questões do hiato do subdesenvolvimento ainda precisam ser vencidas. Mas, acima de tudo, mostra que, mesmo depois de 50 anos, o desconhecimento sobre a Amazônia, o desconhecimento sobre o modelo de desenvolvimento regional da Amazônia e o desconhecimento sobre a Zona Franca ainda são o maior obstáculo, o fator de maior impedimento para o apoio dos brasileiros à Zona Franca de Manaus.

Mesmo que nós já tenhamos conseguido prorrogá-la até 2073, nós ainda precisamos do convencimento, do apoio e da necessidade de novos aditivos para que a Zona Franca possa continuar gerando emprego, protegendo o meio ambiente e, ao mesmo tempo, ajudando o Brasil a se desenvolver e a vencer a crise. Por isso esta sessão de 50 anos, Senadora Vanessa, é tão importante para todos nós, e por isso eu quero agradecer muito ao Senado da República.

Quero agradecer ao Senado por esta oportunidade, agradecer às Sr^{as} e Srs. Senadores, ao Presidente Eunício Oliveira, e agradecer a todas as instituições que se fizeram presentes nesta solenidade. Cinquenta anos de Zona Franca – Zona Franca não de Manaus, como foi dito aqui, mas Zona Franca do Brasil – e, acima de tudo, de um modelo de desenvolvimento que preserva a nossa floresta, valoriza o desenvolvimento sustentável e faz justiça a milhões e milhões de brasileiros que vivem nas fronteiras do nosso País. Por tudo isso, muito obrigado pela participação de todos.

Que Deus abençoe o nosso País, os nossos Estados e a nossa Região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 16 minutos.*)



17ª Sessão, Não Deliberativa,
em 6 de Março de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Thieres Pinto e Valdir Raupp.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 17 horas e 4 minutos.)



ATA



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no Diário Oficial do Senado. (**Vide Parte II do sumário**)

Com a palavra a nobre Senadora Vanessa Grazziotin, do Estado do Amazonas.

A senhora está com a palavra, Senadora, por 20 minutos; se precisar de mais, nós temos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Thieres.

Na abertura desta sessão ordinária não deliberativa, eu não poderia deixar de registrar a belíssima sessão solene que realizamos até há pouco, iniciando às 11h da manhã, em homenagem aos 50 anos da Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus chega a 50 anos, Sr. Presidente – o único modelo baseado em incentivos fiscais que tem uma duração tão efetiva e significativa. E, certamente, não foi pelos seus erros, não foi pelos problemas apresentados: ela se mantém até hoje porque, de fato, tem sido uma política e um modelo exitoso não só para o Amazonas, para a nossa Amazônia – V. Ex^a que aqui também representa o Estado de Roraima –, mas para o Brasil inteiro, porque, conforme prevê a Constituição Federal, é possível, sim, o estabelecimento de incentivos fiscais no País, contanto que esses incentivos fiscais estejam voltados para projetos de desenvolvimento regional.

Além da possibilidade de desenvolvimento tecnológico, geração de emprego, desenvolvimento social e econômico da região, o outro grande feito – talvez o maior de todos da Zona Franca – tem sido a sua colaboração para a preservação ambiental, tanto que esse modelo é reconhecido internacionalmente.

Houve, recentemente, uma denúncia contra alguns incentivos fiscais estabelecidos pelo País em relação à produção automobilística, à produção no segmento de informática, e à própria Zona Franca de Manaus. E rapidamente a Zona Franca de Manaus foi excluída dessa denúncia, porque houve um reconhecimento de pronto – não só por parte da União Europeia, que foi a autora da denúncia, mas também por parte da Organização Mundial do Comércio – de que, nesses termos estabelecidos da Zona Franca, ela tem sido importante.

Afinal de contas, não é à toa nem por acaso que o Amazonas é o Estado que tem a maior preservação ambiental hoje de toda a região. Somos o maior Estado não só da Amazônia, mas do Brasil: 1,5 milhão de quilômetros quadrados, sendo que 98% desse território encontram-se ainda preservados. E devemos isso, em grande parte, à Zona Franca de Manaus, que é uma opção, aliás, é a nossa forma de geração de emprego, de geração de renda e de inclusão do Estado e da região no próprio processo de economia e desenvolvimento nacional.

Então, aqui cumprimento os Parlamentares da nossa região: não apenas o Senador Eduardo, autor da proposição, e o Senador Omar, do Amazonas, mas todos os Senadores dos Estados que também compõem o sistema da Superintendência da Zona Franca de Manaus – além do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e parte do Estado do Amapá.

Mas, neste momento, Sr. Presidente, venho à tribuna para falar a respeito da reforma da previdência. E quero abordar a questão da reforma da previdência sob alguns aspectos: primeiro, sob o aspecto de gênero, porque, se a reforma da previdência é draconiana, é perversa para todos os trabalhadores, ela é especialmente drástica com as mulheres, fatal para as mulheres, porque



todos os trabalhadores – homens e mulheres – perdem com a reforma da previdência. Aliás, a cada dia que passa, estou mais convencida de que estamos diante não da reformulação do sistema previdenciário brasileiro. Não! Nós estamos diante de uma proposta que acaba com a Previdência Social do Brasil e acaba com a Previdência Social, principalmente, para as regiões e para os Estados que mais precisam – que mais precisam –, que são as Regiões Nordeste e Norte.

Querem aumentar a idade da aposentadoria para 65 anos, mas não é só isso. Junto com o aumento da idade – não basta chegar à idade de 65 anos –, é preciso também atingir 49 anos não de trabalho, não de serviço, mas 49 anos de contribuição, Sr. Presidente. Então, imagine como o brasileiro e a brasileira, principalmente aqueles que são mais humildes, que trabalham nos setores mais precarizados, que desenvolvem o trabalho mais precarizado, vão atingir os 49 anos de contribuição e ter mais do que 65 anos de idade? Bom, para que isso aconteça, nós temos que pensar no seguinte cidadão ou cidadã brasileira: com 16 anos de idade, começa a trabalhar de carteira assinada, contribuindo para a Previdência, e, se ele não tiver nenhum intervalo na sua vida laboral, nenhum intervalo, não for demitido nenhuma vez, quem sabe possa se aposentar com 65 anos de idade.

Mas eu pergunto: qual é o trabalhador que trabalha por 49 anos sem ter nenhum intervalo, sem sofrer uma demissão, algum problema? Não há esse trabalhador no Brasil. Vamos procurar que vamos ver, rapidamente, que não existe. Ah, mas aí dizem também: aumentou a perspectiva de vida da população brasileira, e a perspectiva de vida das mulheres é superior à perspectiva de vida dos homens. Mas e aí? Esse aumento na perspectiva de vida, na longevidade da população brasileira é uniforme de norte a sul do País, em todas as regiões? Obviamente não. Obviamente aqueles que vivem no Nordeste brasileiro não têm a mesma longevidade daqueles que vivem no sul do País, e os dados estão aí para mostrar.

Então, a esses, principalmente, é que nós dizemos que não estamos diante de uma reforma. Nós estamos diante de um projeto que acaba com a possibilidade da aposentadoria para a maioria dos trabalhadores brasileiros e trabalhadoras brasileiras.

Isso tanto é verdade, Sr. Presidente, que, agora, no último final de semana – aliás, foi matéria em todos os jornais, em todos os meios de comunicação, no último final de semana –, veicularam propaganda no *site* do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido do Presidente da República, esse Presidente, que foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, o Partido da Presidência do Senado, da Câmara dos Deputados.

Esse Partido colocou no seu *site* a seguinte propaganda, que, repito, foi alvo de matéria de todos os meios de comunicação nos últimos dias e diz o seguinte: "Se a reforma da previdência não sair, tchau, Bolsa Família, adeus, Fies, sem novas estradas, acabam os programas sociais".

Isso é um crime, Sr. Presidente, isso é um crime, porque, além de ser uma manipulação de informações, é uma forma que utiliza o terrorismo, joga terror na população para dizer ou é isso, ou eu vou ficar sem nada.

Da mesma forma, eles procuram dizer... Eu tenho aqui um belo material, aliás, todos temos, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, todos temos o material publicado pela Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), que começa dizendo o seguinte, fazendo uma análise de quão inverídica é a sustentação – a sustentação – dessa reforma previdenciária, que parte da premissa que diz que o gasto da previdência é insustentável e que, se nada for feito de imediato, ele vai implodir as contas fiscais.



Isso não é verdade, Sr. Presidente, não é uma premissa correta. Não é justo tratar a população brasileira, Senadora Gleisi, dessa forma, porque trata baseado em premissas não só equivocadas, mas premissas falsas, premissas manipuladas.

Não é a previdência social a razão do déficit público – não é a previdência social a razão do déficit público. Está aí o Orçamento do País. Só se fala que é o social que é o problema. O problema é o salário mínimo que o trabalhador recebe, o problema é a aposentadoria que o trabalhador recebe, o problema é o seguro-defeso, com que eles estão acabando.

Não são esses os problemas das finanças públicas. Os problemas fiscais do Brasil estão exatamente na questão financeira. Estão aqui os números e números ninguém manipula, ninguém manipula os números. Em 2015, qual foi o gasto com a seguridade social? O gasto com a seguridade social chegou a R\$486 bilhões.

Mas V. Ex^{as} sabem qual foi o gasto com o pagamento de juros da dívida? Aliás, juros esses cujo percentual é manipulado pelo próprio Governo, que há anos tem insistido em manter uma taxa elevada de juros.

Aliás, tiraram muito o apoio da Presidenta Dilma, quando ela começou a baixar drasticamente as taxas de juros, trabalhando para um novo salto desenvolvimentista do nosso País. Foi a partir daí que ela passou a perder o apoio não só parlamentar, mas o apoio dos setores financeiros, das elites nacionais e internacionais, as financeiras, que são as que de fato mandam na política não só do Brasil, mas do mundo inteiro.

Então, se foram investidos R\$486 bilhões na previdência, foram pagos em 2015, só para juros da dívida, R\$502 bilhões – R\$502 bilhões.

Há uma estimativa de que são sonogados anualmente... Este não é um número aleatório, não; este é um número aceito tecnicamente por todos os segmentos, inclusive pelo segmento público: há uma sonegação anual, que é o câncer em torno de mais de R\$450 bilhões – bilhões de reais, bilhões, repito, de reais.

As desonerações alcançaram a cifra de R\$280 bilhões também, Sr. Presidente. E, em grande parte delas, os recursos deveriam estar vinculados diretamente à Previdência Social.

Então, não é verdade que ou se reforma a previdência, ou o modelo vai implodir, ou o trabalhador vai ficar sem receber – as futuras gerações – a própria aposentadoria. Isso é a maior mentira, a maior falácia que nós já ouvimos, Sr. Presidente.

E os números estão aqui. O que nós queremos fazer é debater os números. Aí, vejam bem, entram com essa propaganda, o PMDB entra com essa propaganda. E por que publicou essa propaganda? Eles mesmos avaliam que é para reverter o predomínio – repare, Senadora Gleisi –, é para reverter o predomínio da narrativa da oposição nas redes sociais.

Não existe narrativa aqui. A narrativa, no caso, não pode ser inventada. A narrativa tem que corresponder aos fatos, tem que corresponder aos números. Nós não estamos diante de uma ciência social, estamos diante de uma ciência exata. Nós estamos diante de números. Eles estão dizendo que é preciso acabar com a aposentadoria do trabalhador, porque ela é superior ao que o Governo arrecada. Não é verdade. Não é verdade.

Então, essa narrativa, tal qual foi a narrativa do golpe... Vejam, eles ganharam – ganharam –, mudaram o Presidente, tiraram uma mulher e colocaram um homem, mas não venceram a tal narrativa, por quê? Porque também o Brasil e o mundo inteiro sabem que aquilo não foi um *impeachment*, foi um golpe; que não havia crime de responsabilidade. Eles inventaram esses tais



crimes de responsabilidade, que nunca foram crimes, para tirar uma Presidente e dar um caráter de legalidade ao golpe que deram. Da mesma forma, agora.

E aqui faço um desafio ao PMDB. Se a reforma da previdência é tão boa, é tão necessária, convençam a população com números, não fazendo esse terrorismo de que ou se reforma a previdência ou tchau, Bolsa Família. Eles têm razão: tchau, Bolsa Família. Sabe por quê? Eles vão acabar com o Bolsa Família. Eles vão acabar com o Bolsa Família. Eles vão acabar com o Fies. Eles é que vão acabar com tudo isso.

Aliás, na reforma da previdência, eles estão querendo transformar os pensionistas, as pensionistas... É um direito previdenciário que, quando um cônjuge morre, o outro continue recebendo. Vão querer transformá-los, esses, sim, em bolsistas. E por que esses que contribuíram a vida inteira em bolsistas? Como? Primeiro, porque, quando marido e mulher contribuem e morre um dos dois, qual é a opção que a reforma dá, que a nova lei dará a eles? Escolha: ou a aposentadoria que você que está vivo recebe, ou a pensão que a esposa ou o marido recebia e que agora está te deixando. Só que essa pensão também estará desvinculada do salário mínimo. Então, vai ser uma bolsa. É isto que eles querem fazer: acabar.

Então é um desafio que fazemos, coloquem em números, não coloquem em palavras de ordem mentirosas, desrespeitosas, porque isso é um desrespeito contra a população. Coloquem os números e provem que a Previdência Social brasileira, a seguridade, de que a Previdência é parte, é deficitária. Tudo bem, se for deficitária, não tenho dúvidas, todos nós que compomos os partidos que fazem oposição a esse Governo aprovaremos, apoiaremos. Mas ela não é deficitária, não é essa reforma que o Brasil precisa.

Concedo o aparte à Senadora Gleisi.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Eu estava aqui prestando atenção ao seu pronunciamento e concordo integralmente com ele. Apenas para colaborar com essa discussão, com esse debate, inclusive de quem nos assiste pela TV Senado, pelas redes sociais, já está mais do que demonstrado que o orçamento da seguridade social é um orçamento superavitário. A partir de 2007, as receitas da seguridade cresceram mais do que as suas despesas. Apenas em 2015 e 16, nós tivemos problemas com as despesas, em 2016 principalmente. Por quê? Porque a economia está no chão. A arrecadação de receitas do Governo Federal está no chão. Nós estamos com a economia travada, não cresce, nossa riqueza não cresce, então é natural que você arrecade menos. Eles estão querendo fazer uma reforma estrutural em cima de um problema conjuntural. E o pior disso é que vão fazer em cima dos mais pobres, Sr. Presidente. É lamentável nós termos uma proposta dessas. Só um governo de quinta categoria, que não conhece o Brasil, não pisa no território brasileiro, não conhece o nosso interior, não conhece as regiões pobres, pode propor uma adequação, uma alteração dessas na previdência. Eu e o Senador Roberto Requião fizemos agora, durante a semana de Carnaval, várias visitas ao interior do Paraná. Fizemos dois seminários muito grandes, Senadora Vanessa: um seminário na região sudoeste do Estado, no Município de Francisco Beltrão; e outro no Município de Cascavel, no oeste. Tivemos, em média, 700, 800 pessoas participando desses seminários. E olhe que um deles foi na segunda-feira de Carnaval, o outro na quinta-feira após o Carnaval. Eu ainda fiz reuniões na terça-feira de Carnaval em vários Municípios e reuniões sempre muito cheias. As pessoas querem saber o que vai ser o destino delas. Ninguém se conforma, por exemplo, em que se suba a idade da aposentadoria para 65 anos sem fazer nenhuma diferenciação entre homens e mulheres, trabalhadores rurais e trabalhadores



urbanos, que tenha que se pagar previdência por 49 anos para você poder receber o seu benefício de forma integral. Isso está assustando as pessoas. E o Governo não está conseguindo explicar de onde é o déficit, até porque entidades que são muito sérias e que têm muita responsabilidade com divulgações de dados, como a Anfip, que é a entidade dos auditores fiscais, e o Dieese, têm reiteradamente mostrado, através de trabalhos técnicos, que a seguridade social é superavitária e a previdência faz parte do orçamento da seguridade. Em 1988, nós colocamos na Constituição brasileira um sistema que abrange a previdência, a assistência e a saúde e as despesas e receitas são solidárias entre si, complementares para a proteção do povo brasileiro. Então, não adianta o Governo vir com esse papinho de que há déficit na Previdência. Onde há déficit é na conta de juros, sim. Esse é um déficit grande para o Orçamento. Mas mexer nas taxas de juros de maneira mais incisiva, embora a nossa inflação já esteja praticamente no centro da meta, isso eles não fazem. Aliás, estão querendo abaixar a meta da inflação, para justificar a manutenção de juros altos. Essa batalha da Previdência nós não vamos deixar o Governo ganhar. Essa batalha da Previdência nós vamos enfrentar aqui e vamos enfrentar com o povo na rua, Senadora Vanessa. As pessoas não vão ficar quietas, não. Pelo que estou vendo, já há muita movimentação. Inclusive, a Base do Governo está muito desconcertada com isso. Estão até falando que não pode ser a idade de 65 anos. Mas temos que ficar de olho, sabe por quê? Porque eles vêm com esse papo de negociar, de diminuir a idade, mas nos outros direitos eles não tiram o pé do acelerador. Então, quem vai sofrer são os mais pobres...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E para completar e devolver a palavra a V. Ex^a, é também muito triste ver aquele cartaz do PMDB. O PMDB foi um partido que ajudou a combater a ditadura militar; foi um dos partidos que tiveram o maior protagonismo na Constituinte de 1988. O Presidente da Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, foi quem batizou a Constituição de Constituição cidadã, exatamente por ela trazer esses avanços importantes e, pela primeira vez em nossa história de 500, nós termos na Constituição a seguridade social, ou seja, um direito constitucional de previdência, assistência e saúde à população. E é esse PMDB que rasga essa Constituição e faz uma campanha sem-vergonha, feia, mentirosa, uma campanha de medo. E por quê? Porque não tem coragem de fazer debate. Quer aprovar rápido essa reforma, porque sabe que vai perder. Tenha coragem PMDB, vá para a rua e diga o que vocês querem fazer, que vocês estão entregando o País por pedido dos banqueiros, por pedido do sistema financeiro, por pedido do próprio PSDB. Vocês estão entregando o País ao capital estrangeiro. Vocês estão tirando o direito das pessoas. É vergonhoso viver esse momento da história e ver que o PMDB, que já serviu a tantas lutas democráticas, hoje se curva dessa maneira.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senadora Gleisi, o aparte de V. Ex^a, que apenas complementa, de uma forma muito eficiente, o meu pronunciamento.

Eu quero retomar aqui, resgatando o que V. Ex^a disse: essa reforma não passará. E não passará por uma razão simples, porque, para ela passar, eles vão ter que comprovar que há, sim, déficit, na Previdência Social. E não adianta eles quererem interpretar a lei como ela não é. A Constituição – V. Ex^a falou e eu já havia dito – trata a Previdência dentro do sistema de seguridade social. Aliás, os Constituintes de 1988 assim o fizeram porque vários países do mundo o fizeram. Ou seja, tratar a questão da Previdência, da saúde e da assistência como um sistema que



deva ser mantido de forma complementar, entre trabalhadores, empregadores e o Estado. Foi assim que nasceu o sistema de seguridade social no Brasil. Isso está lá, na nossa Constituição Federal.

E, no art. 195, a própria Constituição estabeleceu as fontes de receita para o financiamento do sistema de seguridade social. Quais são as fontes?

1 – as contribuições previdenciárias para o Regime Geral da Previdência dos empregados e das empresas sobre a folha de salários e sobre a receita bruta de vendas;

2 – a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas (CSLL);

3 – a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), cobrado sobre o faturamento das empresas;

4 – a contribuição para o PIS/Pasep;

5 – a contribuição para o concurso de prognósticos;

E, por fim, receitas próprias de todos os órgãos e entidades que participam desse Orçamento. Ou seja, o financiamento está aqui: art. 195 da Constituição Federal.

Então, o Governo, que quer acabar com a Previdência Social do povo brasileiro, tem que dizer: "Nós estamos propondo essa reforma." Porque está aqui: há mais gasto do que arrecadação. Não é verdade! Ah, sim, mesmo que se isole a DRU, que é a Desvinculação das Receitas da União – e só aí tiram em torno de 60 bilhões. Só essa parte tira em torno de 60 bilhões ao ano –, mesmo tirando isso, ainda seria superavitária. Ou seja, não vai ser aprovada essa reforma por esta razão simples: porque ela está equivocada, ela parte de premissas falsas, parte de premissas não verdadeiras, porque olhem: o que retira recurso do sistema de seguridade social... Um eu já falei: é a DRU; segundo – nós já colocamos, eu já coloquei os números aqui –, é a sonegação fiscal; e, terceiro, as desonerações. Somente nos recursos vinculados à Previdência...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... há uma estimativa elevadíssima. Então, como tirar do trabalhador e manter a desoneração para os grandes contribuintes? Como tirar da trabalhadora, mas não correr atrás daqueles, não perseguir, não buscar aqueles que, anualmente, mensalmente, sonegam, não pagam tributos? É fácil: vamos olhar, vamos pegar o exemplo das empresas terceirizadas.

Aliás, falando em empresas terceirizadas, Senadora Gleisi, é outro projeto que eles querem acelerar: o projeto da terceirização.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um absurdo isso!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E esse projeto não é para dar mais garantias a quem atua nessas empresas terceirizadas. Mentira! Esse projeto é para ampliar a possibilidade da terceirização, inclusive para funções-fim de cada empresa. Então, querem acelerar também.

Mas o que acontece, senhores? Nós sabemos disto: com essas empresas terceirizadas... Aqui no Senado, na Câmara, nós assistimos, a cada rodada...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... aos servidores terceirizados, geralmente aqueles que atuam na limpeza, aqueles e aquelas que atuam na segurança, fazendo greves, fazendo rebeliões. Coitados! Greve eles nem podem fazer,



mas é pedindo socorro, fazendo assembleias. Por quê? Porque as empresas que os contratam entram em falência e não pagam os direitos dos trabalhadores. É isso que essas empresas fazem comumente, e o Estado brasileiro sabe perfeitamente disso! Muito, quando repassa, é o repasse equivalente ao desconto do trabalhador, e não pagam o seu, porque, no País, não pagar tributo não é crime. Depois, entra em falência, pronto, fica tudo bem. Aí vem o Refis, entra no Refis.

Então, era aí que nós tínhamos que começar, e não dizer para uma família que essa família, se morrer um ente dela, é obrigada a viver com um único salário mínimo, porque é isso. Imaginem todos e todas que não assistem...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... dois humildes – dois! –, marido e mulher, pai e mãe; os dois trabalham e ganham salário mínimo. Uma, empregada doméstica; e o outro, ajudante de pedreiro – um exemplo –: dois salários mínimos para sustentar uma família. Eles se aposentam, continuam ganhando a aposentadoria de dois salários mínimos, e um deles morre. O que o Estado brasileiro diz? Se foi o marido que morreu, diz para a mulher: "A senhora tem que optar: ou fica com a sua aposentadoria, ou com a pensão do seu marido falecido." Se foi a mulher que faleceu, vai com o marido e diz: "Ou o senhor fica com a sua aposentadoria, ou com a pensão da sua mulher falecida." Isso é justo?

E veja: no Brasil, grande parte das famílias são mantidas por quem? Pelos avós, pelos aposentados. Não passam fome, não vivem na miséria...

Eu pediria, se possível – o meu tempo já está expirando –, se V. Ex^a puder...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nobre Senador, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, é isso que a reforma da previdência faz. É o absurdo dos absurdos.

E vamos falar das mulheres também agora e dizer: "Não, a expectativa de vida, a perspectiva de vida das mulheres é maior do que a dos homens." Primeiro, vamos estudar essa expectativa de vida, o porquê de a das mulheres ser maior do que a dos homens. Porque as mulheres cuidam mais da sua saúde? Só por isso? Também por isso, mas não exatamente por isso. Não. É porque as mulheres não morrem tão jovens quanto os homens envolvidos em processos violentos. Vamos ver o número de mulheres que morrem assassinadas por arma de fogo: é muito menor do que o de homens.

Então, veja: se nós, mulheres, conquistamos no passado um abono de cinco anos na nossa aposentadoria, foi essa a forma que o Estado... E eu digo que o Estado tem participação na política de seguridade social, na política da Previdência Social e na política de saúde. Ele tem que dar a sua parte – os países todos do mundo fazem essa parte – e, então, garantir o bônus à mulher, como uma forma de compensação. Compensação pelo quê, cara pálida? Alguns podem perguntar: compensação pelo quê? Vamos lá, vamos dizer por que a mulher precisa da compensação.

Primeiro, a mulher não cumpre uma única jornada de trabalho. A mulher não cumpre duas jornadas de trabalho, como comumente todos nós e todas nós falamos. A mulher cumpre uma tripla jornada de trabalho, porque os afazeres domésticos e os afazeres dos cuidados também



ficam, quase que com exclusividade, na sobrecarga e na responsabilidade da mulher, sobrecarregando-a. A mulher que trabalha fora, enquanto o homem acorda às seis horas da manhã para pegar o ônibus, acorda às quatro horas, para arrumar a lancheira dos filhos, para deixar o almoço pronto, para limpar a casa, para varrer, para lavar, para fazer tudo. Então ela, formalmente, de carteira assinada...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... tem uma jornada menor, mas a jornada dela é muito maior, levando em consideração os afazeres e cuidados domésticos dela. Aí dizem: "Não, mas aí vamos mudar a cultura da sociedade." Bem, vamos mudar a cultura da sociedade, mas na hora, Senadora Gleisi, em que a cultura da sociedade for mudada, em que 100% dos homens dividirem as atividades domésticas, aí vamos tirar o abono das mulheres, sem problema nenhum.

Mas não é só esse o problema, não é só esse da sobrecarga. Aí nós vamos entrar nos salários desiguais e, muitas vezes, para funções iguais. Funções iguais, salários desiguais. A mulher ganha quase 30% – em torno de 28% – a menos do que o homem.

E um terceiro fator: a mulher, no mercado de trabalho, é penalizada por cumprir a função mais nobre da humanidade.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Ex^a puder me dar uns três minutinhos, eu juro que concluo.

E qual é essa função, Senador Paim? A maternidade. Por que a mulher não ascende no mercado trabalho? Por que, na hora da promoção, o homem ganha a promoção e a mulher não ganha? Porque o patrão pensa: "Ela é jovem. Ela vai ser mãe. Licença-maternidade. Ele, não; o pai não tem licença-maternidade." O filho adocece, é a mãe que vai cuidar do filho. Deu problema na família, é a mulher que cuida.

Então, a mulher ascende muito menos na carreira, não porque ela seja menos competente ou dedicada. Quanto às que estão ascendendo hoje, na carreira profissional, a maioria delas abre mão das suas famílias, abre mão dos seus filhos. Então a mulher, infelizmente, neste sistema capitalista, é penalizada por cumprir a principal, a mais essencial, a mais nobre de todas as funções da humanidade, que é a reprodução, que é a maternidade.

É por isso que nós conquistamos esse bônus. É por isso que há essa diferença. Na hora em que não houver essa diferença, em que a mulher for a metade no Parlamento, em que a mulher ocupar a metade dos cargos de direção, seja do setor público, seja do setor privado, nessa hora vamos igualar tudo. Mas, enquanto a sociedade não for igual, enquanto a sociedade não tratar a mulher de forma igual à que trata os homens, esse bônus não pode ser tirado, esse bônus não pode sair.

Então, Sr. Presidente, olhe diante do que nós estamos. Nós não estamos diante de reformas. Nós estamos diante de um projeto que desmonta o Estado brasileiro como Estado soberano, como Estado que olha a população brasileira como a sua prioridade.

E eu estou achando engraçado... Hoje eu li – eu já caminho para a conclusão – em todos os blogues, nos...

(Soa a campanha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... jornais, o seguinte conselho para o Presidente Temer: que o Presidente Temer está passando ao largo de todas essas denúncias. O que ele tem que fazer é demitir os ministros que estão envolvidos – como se ele próprio não tivesse envolvido, ele, o Temer. Mas a imprensa está dizendo isso, que não há nada contra ele até agora – que tal isso? – e que ele tem que se livrar desses que estão muito envolvidos. Para quê? Para seguir governando e fazendo as reformas. É óbvio.

Aliás, eu começo e concluo sempre com a mesma observação: quem deu o receituário do objetivo deles foi o Senador Romero Jucá – Senador do seu Estado, Senador Thieres. Romero Jucá, que disse tudo. Tudo. "O Michel Temer tem que entrar para fazer essas reformas, tem que acabar com a aposentadoria." Agora, como é que um governo eleito vai acabar com a aposentadoria? Não vai. Então, tem que ser um governo provisório. É a ponte. Até o nome de ponte eles deram: "Ponte para o Futuro". Essa é a ponte de destruição do País...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de completa destruição.

Então, ele deu o receituário. É para isso que tem que entrar, para cumprir essas tarefas, que não é só de retirar direitos; é de encaminhar rapidamente a privatização, retomar a privatização – vide o que tentaram fazer com o projeto das teles. Vide –, entregar de mão beijada para as empresas – três, quatro empresas – um patrimônio avaliado pelo Tribunal de Contas em R\$100 bilhões. E dizem: "Ah, mas não vale cem. Já depreciou muita coisa. São 20 bilhões." O.k. Vinte bilhões de graça para essas empresas, cujo compromisso que terão é investir, mas não diz quando, não diz onde, não diz em que período, não diz nada. Não investiram nem quando estavam obrigadas a investir... Aliás, foram multadas por isso.

E o Governo está perdoando as multas, uma a uma. Da Oi já são sete bilhões de multas perdoadas. A população brasileira tem que saber disso. E querem empurrar goela abaixo uma reforma da previdência. E fazendo uma...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... propaganda desrespeitosa como essa. É lamentável! É lamentável, mas eu, assim como o Estado do Paraná está fazendo, tenho certeza, o Rio Grande do Sul, o meu Amazonas, já fizemos também: já começamos os diálogos, os debates, e nós não vamos sair das ruas.

E nós queremos debater números! Nós não estamos diante de meras avaliações subjetivas, não. É tudo objetivo: i é i, a é a, um é um, dois são dois.

Não há déficit na Previdência e não há, portanto, necessidade de fazer essa reforma absurda, essa reforma esdrúxula, que só tira direito do nosso povo, da nossa gente, de mulheres e homens os mais humildes de todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, do Amazonas.

Passo a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço, do PSDB, do Espírito Santo.



Na sequência, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná. Em seguida, o Senador Reguffe, do Distrito Federal. Na sequência, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Senador, com a palavra. V. Ex^a tem 20 minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para manifestar aquilo que considero não apenas um desejo meu, mas um desejo que está em linha ou que dialoga com o que vai no sentimento da população brasileira. Ocupo a tribuna para trazer a minha voz para defender a urgente votação, no plenário desta Casa, do projeto de lei que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece novos e rígidos critérios para que nós possamos pôr fim a uma deformação no processo político brasileiro e que tem produzido impunidade; e essa impunidade entra em conflito direto com o interesse da sociedade brasileira. Estou me referindo à necessidade de nós enfrentarmos aqui, no plenário do Senado, o fim do foro privilegiado.

Nos últimos dias, ganhou tensão e dimensão, até em razão das diversas manifestações do Supremo Tribunal Federal, até mesmo da manifestação e do posicionamento do Ministro Luís Roberto Barroso a respeito de uma tese que adequadamente defende S. Ex^a o Ministro. Mas eu acho que será uma desmoralização para esta Casa se nós nos omitirmos de enfrentar esta questão e assistirmos, mais uma vez, ao Supremo Tribunal Federal legislar sobre um tema que é da absoluta pertinência do Congresso brasileiro e do Senado da República.

Se nós não o fizermos, está evidente que o Supremo vai fazer. E, se o Supremo fizer, nós estaremos, de novo, pagando um mico, como tantos outros que deixamos de enfrentar aqui, nesta Casa, por conta de ser um tema polêmico – e é um tema polêmico. Mas, independentemente da polêmica, independentemente da divergência, isto aqui não pode ser uma confraria em que as matérias que são submetidas ao Plenário da Casa o são em razão de convergências. Em alguns momentos e circunstâncias, a convergência é possível e até necessária, mas, com relação a um tema como este, não há convergência.

Portanto, é necessário que a Mesa Diretora da Casa, que o Presidente, Eunício Oliveira, possa submeter ao Plenário desta Casa as propostas. Inclusive, há uma última, de autoria do Senador Alvaro Dias, que nós votamos na Comissão de Constituição e Justiça e que está pronta, madura para que nós possamos aprovar no plenário do Senado Federal.

Eu próprio, por óbvio, defendo o fim do foro privilegiado, até porque o foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, é o instrumento pelo qual tribunais específicos podem processar um determinado número de pessoas e julgar essas mesmas pessoas.

No Brasil, o foro privilegiado já vem de muito longe e hoje se apresenta como um remédio que, graças à dosagem extrema com a qual é ministrado, há muito virou veneno, há muito enfraquece a nossa posição, a posição de representante popular que não deve e não teme diante da sociedade brasileira.

Como surgiu essa longa história do foro privilegiado em nosso País? Quem veio primeiro: a primeira Constituição ou o foro privilegiado? Não, os dois vieram juntos. Já na primeira Constituição do nosso País, ainda em 1824, ainda no Império, o foro privilegiado já estava lá consagrado, criando um privilégio absolutamente incompatível com este tempo que nós estamos vivendo, até por conta daquilo que consagra a Constituição Federal, ou seja, que todos somos iguais – ou deveríamos ser – diante da lei. Está no art. 47 da nossa primeira Carta Constitucional que é da atribuição exclusiva do Senado conhecer dos delitos individuais cometidos pelos membros



da família imperial, ministros de Estado, conselheiros de Estado, Senadores e Deputados durante a legislatura.

Para além disso, há o absurdo ainda adicional de outro artigo da mesma Constituição, o art. 99, que à época dotava a figura do Imperador como uma figura inimputável. Diz o art. 99 que a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada, ele não está sujeito a responsabilidade alguma. Ora, se isso, em algum momento, em algum tempo, fez algum sentido, está evidente que não faz sentido nos dias atuais. Ao Supremo Tribunal de Justiça, a mais alta corte da época, a Constituição reservava o seguinte papel: conhecer dos delitos e erros do ofício que cometeram os seus ministros, os empregados do corpo diplomático e os presidentes das províncias, o que equivale hoje aos atuais governadores de Estado.

O privilégio da prerrogativa de foro nasce com a nossa Constituição e atravessa toda a história republicana do nosso País. Portanto, é algo que está muito próximo da naftalina, que não tem mais capacidade, com que não há mais como conviver nos dias atuais.

Na Constituição de 1988, o instrumento atingiu o seu topo, o seu ápice, contemplando não apenas esses que vinham lá da Constituição do tempo do Império, mas ampliando e banalizando esse instrumento. O resultado disso é que atualmente os dados e as pesquisas indicam que há, em nosso País, nos três níveis federados, no nível da República, no nível dos Estados e no dos Municípios, mais de 40 mil pessoas que gozam do chamado foro privilegiado. Portanto, não faz o menor sentido isso continuar existindo em nosso tempo.

São protegidos pelo foro especial o Presidente da República, o Vice-Presidente, ministros, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, comandantes das Forças Armadas, governadores, prefeitos, juízes dos tribunais superiores, juízes estaduais, juízes federais, desembargadores, membros do Ministério Público... Ou seja, isso se transformou numa verdadeira farra, que precisa ser enfrentada por esta Casa, repito, antes que o Supremo Tribunal Federal o faça. E aí, de novo, vamos pagar um mico de toda ordem na ausência de coragem de fazer um enfrentamento desse instrumento, que já caiu de podre.

Conforme o cargo que ocupam, esses brasileiros são julgados por tribunais de justiça dos Estados, por tribunais regionais federais, pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal. Não por acaso o foro privilegiado está diretamente associado à impunidade, pois dá tratamento especial a alguns cidadãos, fazendo com que o julgamento deles se atrase e, no tempo, não se efetive.

O art. 5º da Constituição estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei, mas o foro privilegiado é uma exceção imoral. É uma excrescência que acabou virando regra e não exceção em nosso País. Na República, a lei nos iguala, ou deveria nos igualar. Pelo menos assim deveria ser.

Estamos aqui a avaliar um instrumento que nega a igualdade e exalta a impunidade. Que prerrogativas nós Parlamentares deveríamos ter para exercer nossa missão com plena liberdade? Só as que garantem a nossa manifestação e liberdade de palavra e de convicção. Nós não deveríamos precisar de qualquer outra imunidade que não a liberdade de expressão. Mas não é isso que acontece. O que nós estamos vendo é uma imunidade no limite que já se transformou numa excrescência e numa ferramenta imoral na política brasileira.

Para os crimes comuns não há qualquer sentido de proteção do foro privilegiado. O bom senso, a experiência internacional e o histórico desse instrumento recomendam a sua revisão



imediate. E é esse compromisso e essa responsabilidade que o Senado da República precisa enfrentar, sendo o Senado a mais antiga instituição do nosso País.

E falemos aqui em bom português, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o foro privilegiado serviu e serve até hoje de biombo para ocultar delitos praticados por uma minoria, como escudo para retardar ou anular punições ou mesmo prescrever essas punições. É a isso que nós estamos assistindo no dia a dia. Hoje há 84 inquéritos envolvendo 53 Deputados e Senadores que se tornaram ações penais no Supremo Tribunal Federal, ações que, em média, duram de sete a nove anos para o seu desfecho. Desse total de processos, 22 tramitam – pasmem! – há mais de dez anos, nas instâncias do Supremo Tribunal Federal. Outros 37 casos já passam de seis anos à espera de julgamento. Ou seja, o foro privilegiado afronta a democracia e a cidadania quando se sabe também que, dos mais de 500 Parlamentares processados no Supremo Tribunal Federal, entre 1988 e esse ano passado, por todo tipo de crime, apenas 16 tiveram suas denúncias recebidas ou acolhidas. Estamos, pois, diante de um sistema absolutamente falido. Os processos não andam, os tribunais não conseguem julgar os privilegiados, e a Justiça deixa de ser efetiva.

Em 2003, o Supremo Tribunal Federal levava, em média, 280 dias para fazer um julgamento desse tipo. Em 2016, segundo dados da própria Justiça e dos estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas, intitulados Supremo em Números, aquilo que demorava aproximadamente 300 dias está demorando hoje mais de 1.200 dias. Essa morosidade toda nos faz lembrar ou avivar Rui Barbosa, o patrono desta Casa, quando disse, certa vez, que justiça tardia não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. É disso que se trata.

A ninguém, em nenhuma república, pode ser dado o privilégio de ser julgado numa corte especial por crime comum. A lei nos iguala, pois a todos submete da mesma forma ou, pelo menos, deveria submeter.

É das ruas que vem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o clamor por mais igualdade de tratamento aos cidadãos, por uma Justiça eficiente e por mais decência no exercício e no trato da coisa pública.

A meu juízo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o momento para que nós possamos fazer o enfrentamento deste tema aqui, no Senado da República. E, ao longo dos próximos dias, eu retornarei à tribuna para dialogar com o Presidente Eunício de Oliveira, na dimensão de que ele possa incluir na pauta desta Casa e que nós possamos aqui, cada um de nós, fazer o seu exercício da consciência. O meu já está feito na Comissão de Constituição e Justiça, parcial. O que precisamos é deliberar de forma definitiva sobre o fim desta excrescência chamada foro privilegiado na República brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço, pelo seu pronunciamento.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas mídias sociais, eu subo a esta tribuna hoje, dia 6 de março, segunda-feira, na semana em que nós comemoramos o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, exatamente para falar sobre a diferença deste 8 de março nas nossas manifestações.



Neste ano, Sr. Presidente, nós não teremos uma manifestação como a de outros anos em relação ao 8 de março. Sempre tivemos 8 de março em que fazemos protestos, em que fazemos reivindicações, em que fazemos comemorações das nossas conquistas.

Este ano é diferenciado, porque tem um movimento internacional das mulheres para que a gente, no mundo inteiro, se movimente de diferentes formas e por diferentes bandeiras, mostrando o que está em jogo na sociedade humana, mostrando os retrocessos que se estão fazendo em relação aos direitos conquistados pelas mulheres.

Então, neste ano, o dia 8 de março será um dia de greves. Nós vamos fazer greves, Sr. Presidente. Nós vamos fazer greves nas escolas, nós vamos fazer greves nas nossas casas, nós estamos chamando para fazer greves nas atividades domésticas, fazer greves na área de trabalho, fazer bloqueio de estradas, fazer marchas, fazer abstenção de todo trabalho doméstico, inclusive abstenção sexual. É isso. As mulheres vão parar por um dia, como foi na Finlândia. Nós queremos que tenha o mesmo impacto. Lá as mulheres tiveram de parar tudo por um dia para mostrar o que elas representavam para a sociedade, senão a sociedade não nos vê. Nós somos invisíveis, como, aliás, já fomos nesta Casa por várias vezes, em várias discussões.

Esse é um movimento internacional. Aliás, é um movimento que está sendo puxado por intelectuais e ativistas, feministas do mundo todo, mas que tem entre as suas precursoras a feminista Angela Davis, que tem uma história belíssima no movimento de mulheres no mundo. O documento que foi lançado por essas mulheres, que está dando base a esse movimento do 8 de março, é por uma greve internacional militante no 8 de março, para além do "Faça Acontecer", por um feminismo para 99% das pessoas do Planeta. É isso o que nós queremos.

Esse movimento se iniciou com a grande marcha que nós tivemos nos Estados Unidos, a marcha do dia 21 de janeiro, em diversas cidades, contra a eleição de Donald Trump. E por que contra a eleição de Donald Trump? Contra as suas posições misóginas, conservadoras, atrasadas, contra a forma de tratar as mulheres, as minorias, a forma de tratar os imigrantes. Mas essa manifestação também teve início, também foi motivada pelas grandes manifestações que tivemos na América Latina recentemente, principalmente as manifestações na Argentina, em que o tema foi "Nenhuma Menos", exatamente para enfrentar a violência masculina contra a mulher, em que mulheres e meninas, estão sendo mortas. E a sociedade argentina, o *establishment* do Estado argentino não está conseguindo fazer o enfrentamento dessa situação.

Nós estamos - não tenho dúvidas, Senadora Vanessa -, numa nova onda de lutas feministas. Não é mais o feminismo empresarial, o feminismo do faça acontecer, aonde a gente briga apenas pelo espaço, onde o protagonismo individual é importante ou a oportunidade individual é importante. Não, nós estamos num movimento muito mais horizontal, um movimento em que nós precisamos levar o feminismo para 99% das pessoas, ser solidários com as trabalhadoras e com as suas famílias, com as desempregadas e com as suas famílias, com as agricultoras e com as suas famílias. É fazer uma aliança internacional contra o neoliberalismo econômico, porque esse neoliberalismo econômico é aquele que mais prejudica as mulheres, principalmente as mulheres pobres, que não conseguem, no movimento feminista empresarial "Faça Acontecer", se ver representadas.

O feminismo do "Faça Acontecer", esse que nos envolve muito no Parlamento, que, inclusive, é um dos motivadores do prêmio que vamos ter amanhã, Bertha Lutz, sem dúvida nenhuma um prêmio importantíssimo...



Mas esse feminismo e outras variantes dele falharam para a esmagadora maioria das mulheres. Falharam! Basta olharmos hoje o mundo e o Brasil para vermos essas falhas: que não têm acesso à autopromoção, mulheres que não têm acesso ao avanço individual, cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a distribuição de renda, o equilíbrio social, os direitos trabalhistas, a saúde. São essas as políticas para fazer a diferença na vida da maioria das mulheres.

Por isso, o nosso feminismo agora tem de ser um feminismo para 99% das pessoas. Por isso o 8 de março tem de ser comemorado de forma diferente. Tem de ser mais aguerrido, mostrando às mulheres na rua o poder que as mulheres têm, inclusive de parar a sociedade por um dia.

Estamos vendo uma reação aos direitos conquistados pelas mulheres sem precedentes na nossa história. Basta ver aqui no Brasil os discursos que fazem. Alguns políticos nossos, Deputados, até Senadores fazendo discursos misóginos, contra as mulheres, discursos de desrespeito, não considerando os nossos direitos, achando que as mulheres têm mais direitos do que deveriam ter.

Vejam nas questões trabalhistas, em relação à saúde, na segurança, na velhice e principalmente em relação à violência contra a mulher. Nós vemos exacerbados, neste momento da história da humanidade, o sexismo, o racismo, a xenofobia, a transfobia. E todos estão articulados para retirar os direitos e as garantias que foram conquistados pelas mulheres através de anos de luta. Através de muitos anos de luta!

A greve internacional, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem nos acompanha, é para isso, é para chamar a atenção para isso. Mulheres de diferentes partes do mundo vão estar nas ruas contra todas as violências.

Aqui no Brasil, não basta apenas nos opormos às políticas do Governo Temer e ao próprio Temer. São políticas misóginas, homofóbicas, racistas. Governo de homens brancos! Governo de homens brancos e ricos. Agora tentaram dar um colorido com as mulheres. Inclusive colocaram uma mulher negra para ser Ministra. É uma coisa absurda! É como se fosse um bolo que precisasse do enfeite. Mas a forma de fazer política é atrasada. E essa forma de fazer política atrasada abriu na sociedade uma porta para que posições fascistas, machistas, de intolerância se manifestassem na sociedade contra as mulheres e contra os diferentes. Isso também atinge as nossas crianças.

O ataque neoliberal contra os direitos sociais e trabalhistas é uma das coisas mais graves que temos e que mais atinge as mulheres, a deterioração das condições de vida das mulheres negras, trabalhadoras, donas de casa, agricultoras. É uma financeirização da economia fora, internacionalmente falando, e aqui dentro, com essas políticas ultraneoliberais, com essas reformas excludentes das pessoas, dos benefícios sociais, da proteção social, como é a reforma da Previdência, como é a reforma trabalhista que se pretende.

Por isso, o nosso feminismo tem que ser de 99% das pessoas para as pessoas, e não apenas o chamado feminismo empresarial, o feminismo de representatividade. Tem de ser um feminismo que mexa na base da economia, para que as pessoas não sejam excluídas – as mulheres e suas famílias. Isso já emergiu na Polônia, com greve de mulheres, na América Latina, com as manifestações, na Itália, na Coreia do Sul, na Irlanda, sempre com protestos. São lutas combinadas contra a pauta conservadora que avança, mas também contra a pauta sobre a distribuição de renda e sobre o trabalho: o trabalho doméstico, o trabalho do cuidado, a aposentadoria das donas de casa.



A Senadora Vanessa, que me antecedeu, falava exatamente disso. É impressionante.

Há um estudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da pesquisadora Hildete Pereira de Melo, junto com Cláudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato, que são professores pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, com o título "Os afazeres domésticos contam". Eles fazem um estudo de que se as mulheres fossem remuneradas pelo trabalho que fazem em casa - lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, cuidar dos idosos, cuidar da família - isso teria um impacto de 12,5% no Produto Interno Bruto Brasileiro. Doze e meio por cento no Produto Interno Bruto Brasileiro! Essas mulheres deveriam ganhar em média, pelo que nós temos de padrão salarial na sociedade brasileira, pelo menos R\$1.500.

Mas, por séculos e séculos, e ainda continuamos assim, essas mulheres trabalham de graça, sem receber nada, sequer um muito obrigado, às vezes nem dos filhos nem dos maridos. Por quê? Porque se consumou na sociedade que trabalho doméstico não é trabalho, porque não é remunerado e porque, na concepção masculina, não se agrega ao PIB.

Doze e meio por cento do Produto Interno Bruto é muita coisa! Por isso nós temos que fazer greve. Para tudo! Parou tudo. Nós vamos ver o efeito disso na economia. Eu acho até que um dia é muito pouco. As mulheres tinham que parar por uma semana não só as ocupações profissionais fora de casa, mas principalmente de dentro de casa.

Eu gostaria de saber, Senador, como V. Ex^{as} e os nossos companheiros deste plenário iriam se virar por uma semana sem o trabalho feminino dentro de casa. E conta tudo, o trabalho da esposa, o trabalho das filhas, o trabalho das empregadas domésticas. Imagine ir para um guarda-roupa e não ter uma camisa limpa, passadinha, não ter a gravata na gaveta, não ter o paletó bem ajeitadinho? Imagine vir aqui e não ter a limpeza que tem que se fazer aqui? Chegar em casa e não ter os cestos de lixo esvaziados? Olhe que maravilha que seria! Pois é. É desse trabalho que sustenta o que nós fazemos no dia a dia fora de casa que nós estamos falando. É para isso que nós temos que chamar a atenção da sociedade.

Quando nós discutimos aqui para aprovar a aposentadoria das donas de casa, que nós aprovamos, pusemos na Constituição, regulamentamos, e que agora este Governo nefasto vai tirar, é sobre isso que nós estávamos falando. O primeiro reconhecimento econômico-financeiro de um trabalho que sustenta a economia, porque se tirar esse trabalho das mulheres, que não é remunerado, que não é reconhecido, tenho certeza de que nós teremos grandes prejuízos econômicos para o nosso País.

A aposentadoria das donas de casa, Senador, uma aposentadoria que reconhece esse trabalho e tenta minimizar essa situação de injustiça vivida pelas mulheres, vai acabar com a reforma da Previdência. Sabe por quê? Porque hoje ela funciona assim: a mulher tem que contribuir por, no mínimo, 15 anos, com 5% do salário-mínimo e aos 65 anos ela tem o direito de se aposentar. Ela comprova que é mulher de baixa renda e sempre teve atividade apenas de dona de casa.

Agora o Governo está mandando para cá a proposta da reforma – aliás, já está na Câmara, deve chegar ao Senado, espero que demore muito para chegar aqui – que aumenta a contribuição para 25 anos. Ela continua tendo que ter 65 anos. E vão mexer também no valor da contribuição.

Seria mais sério por parte deste Governo dizer assim: nós vamos acabar com a aposentadoria das donas de casa. Assim como eles tinham que dizer: nós vamos acabar com o BPC. É mais sério, é mais honesto do que fazer essas propostas ridículas, que não vão deixar as pessoas terem acesso ao benefício. Então, nós estamos falando disso.



Por isso, amanhã, mulheres que lavam, passam, cozinham, se abstenham de fazer. Se vocês não podem sair de casa, não têm como sair de casa, não façam nada em casa. Não façam absolutamente nada. Deixem tudo por fazer. Não levem as crianças à escola, não lavem a louça, não lavem a roupa, não limpem a casa. A sociedade tem que sentir o efeito da não presença das mulheres nesse cotidiano. E as mulheres que trabalham em atividades fora e dentro de casa também têm que parar.

Nós temos que parar aqui no Congresso Nacional. Na quarta-feira não pode haver sessão deliberativa em respeito às mulheres, porque as Senadoras não devem vir aqui trabalhar. Defendo que as servidoras não venham trabalhar, nem do Senado nem da Câmara. Que a gente possa se unir às mulheres em praça pública. Que possamos falar dos problemas que estão nos cercando, das dificuldades que nós temos e dessas propostas que vão acabar com os nossos direitos, porque, se nós não nos mostrarmos, se nós não gritarmos, se nós não dissermos o que queremos e para que estamos protestando, eles não vão nos enxergar. Mesmo gritando, já não nos enxergam.

Por isso nós estamos convocando a greve geral, para defender os nossos direitos. Essa reforma da Previdência calhorda, essa reforma da Previdência, que é cruel contra a população. Aliás me admira muito o Governo apresentar uma reforma dessa. Só um Governo de quinta categoria para fazer isso! Essa reforma cruel atinge principalmente as mulheres.

Sabe quantos anos essa reforma tira de aposentadoria das mulheres? Dez anos! Dez anos! As mulheres vão perder 130 salários de aposentadoria com essa reforma. Os senhores acham isso justo? Por que nós temos diferença de idade? Porque somos frágeis? Não! Porque somos fortes, porque trabalhamos mais, porque ganhamos menos durante a vida. É por isso que nós temos essa diferença. Em média, as mulheres trabalham 7,5 horas a mais do que os homens. Não sou eu que falo. É um estudo do IBGE que saiu recentemente. Por quê? Porque têm dupla jornada. Há mulher que tem tripla jornada. E, na hora de se aposentarem, as mulheres estão com mais desgaste físico. Ter filho também dá desgaste físico, a gestação, o cuidado. E, em média, as mulheres ganham para fazer o mesmo serviço que os homens 70% dos salários. É por isso que a aposentadoria é diferenciada. E agora isso vai ser tirado das mulheres.

As professoras, que têm um diferencial para se aposentar com 50 anos de idade – nós sabemos o que significa uma sala de aula cheia, nós sabemos o desgaste que há –, vão ter que trabalhar até 65. Como isso vai acontecer? Com as professoras são 15 anos! Quinze anos a mais de trabalho para se aposentar! Quantos salários são retirados?

As trabalhadoras rurais, que se aposentam também com 55 anos... E abranjo também o trabalhador rural, mas principalmente a trabalhadora rural, que vai para a roça com o marido, que tem que cuidar da criação, do entorno da casa e ainda do trabalho de casa. Os senhores acham que uma mulher aguenta isso aos 65 anos? Que vai poder trabalhar até lá? Pagar 25 anos? E um adendo aqui. Atenção! Ela vai pagar 25 anos, mas vai se aposentar proporcionalmente por esse pagamento. Se ela pagar 25 anos e tiver 65 anos, ela só vai se aposentar com 76% do seu salário, porque para ter o salário integral vai ter que trabalhar por 49 anos.

Essa é uma reforma da Previdência contra as mulheres, contra os pobres. É por isso que nós vamos para a rua, Senador.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concede um aparte, Senadora Gleisi?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa.



A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a, mais uma vez, pelo seu pronunciamento, que traz a importante manifestação que as mulheres no mundo inteiro organizam. E aqui, no Brasil, creio que nós temos motivos muito maiores do que em outros países, porque as reformas que batem à nossa porta são reformas que atingem – como V. Ex^a diz, como estamos analisando – todos os trabalhadores, mas atingem de forma extremamente cruel as mulheres; extremamente cruel. Olha, e quão frágil é o argumento... V. Ex^a fala sobre a diferença com que eles estão acabando. Como isso é cruel, porque a diferença hoje não existe para dar um ganho a mais à mulher. Não! Ela existe para tentar reparar um pouco das perdas que a mulher acumula durante toda a sua vida laboral, para reparar um pouco essas perdas – porque, além do que V. Ex^a colocou, da sobrecarga de trabalho, há o trabalho doméstico não remunerado, e grande parte dele não é só um trabalho em benefício do esposo, em benefício dos filhos; grande parte desse trabalho é a substituição do Estado brasileiro, que tem a obrigação, por exemplo, de garantir escolas, desde a creche, às crianças e não garante.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Cuidado com os idosos.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cuidado com os idosos, exatamente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pessoa com deficiência.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a mulher, sem ganhar absolutamente nada, substitui...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ela cumpre uma função de Estado sem nada ganhar por isso. Então, o reconhecimento disso é essa pequena diferenciação. Aí, V. Ex^a levantou, no seu aparte ao meu pronunciamento, algo que eu quero recuperar, Senadora Gleisi. Por que a reforma exige 49 anos de contribuição, igualdade de condições para homens e mulheres, enquanto a prática é diferente, enquanto na prática não se trata a mulher com o tratamento que o homem recebe? Porque, no fundo, eles querem negociar, e no fundo eles ainda querem posar de bonzinhos, dizendo: "Não, não vamos tirar os cinco anos de diferença não". Nós vamos ouvir nossos colegas aqui, dizendo isso. Nós vamos ouvir, Senador Reguffe, preste atenção. Nós vamos ouvir muitos dos nossos colegas: "Não, o Governo quer tirar tudo, mas as mulheres merecem. Então, vamos só diminuir de cinco anos para três anos, ou de cinco anos para dois anos". É isso que vai acontecer, mas nós não vamos deixar que isso aconteça; não vamos, não podemos deixar. Eu sou muito otimista, muito otimista sobre o futuro dessa reforma. Otimista no sentido de que ela não passa, por conta do conteúdo extremamente draconiano que ela apresenta. Em relação à mobilização, Senadora Gleisi, V. Ex^a levantou... Aquela marcha de mulheres nos Estados Unidos, no dia 21 de janeiro, superou enormemente a quantidade de pessoas com relação ao número que havia no dia anterior, da posse do Presidente Donald Trump.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Elas estavam lá não apenas para dizer "não" a ele, mas para dizer "não" ao que ele representa, que é a política



do retrocesso; por isso elas estavam lá. Há a campanha Ni Una Menos, Nenhuma a Menos, que foi lançada na Argentina e já tomou o mundo inteiro. Em 2015, jovens mulheres brasileiras foram capa de todas as revistas semanais, porque, de forma surpreendente, numa reação a um projeto de lei do ex-Deputado Eduardo Cunha, hoje preso, que era um projeto que estabelecia constrangimentos às vítimas de violência sexual – porque ele exigia que elas fossem fazer exame de corpo de delito, olha só –, as mulheres tomaram as ruas e praças desse País, uma coisa maravilhosa; uma coisa maravilhosa. Então, o Brasil vai nesse caminho. O Brasil vai nesse caminho, e nós temos que entender que precisamos muito das mulheres, porque sem as mulheres nós não alcançaremos as vitórias de que a sociedade precisa. Eu, há pouco, saí daqui, porque fui perguntada sobre um projeto de lei que nós aprovamos aqui, no Senado Federal, no ano passado, em 2016, que estabeleceu uma nova figura como crime no Código Penal: a divulgação de imagens de violência sexual, de estupro – porque isso não era previsto –, e que também aumentou a pena, quando o estupro for coletivo, quando a violência for praticada coletivamente, por conta dos últimos casos. Pois, olhe, o Deputado Relator é o Deputado Fábio Ramalho, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Ele está apresentando uma emenda que desfigura tudo, diminuindo a pena para quando a violência não incluir penetração; diminuindo a pena. Então, é isso que as mulheres, como V. Ex^a diz, não estamos mais falando: nós estamos gritando. Não é mais possível, Senador Thieres, Senador Raupp, num Brasil do tamanho do nosso, num Brasil que respeita os direitos humanos, num País que tem sido um exemplo para o mundo inteiro, conviver com essa sub-representação política das mulheres, 10%. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo. E falar de reforma política? Nem se toca em mulher, nem se toca, porque mulher é isto: só presta para limpar, para cozinhar e para cuidar da casa – para mandar são eles. Então, enquanto a gente não mudar isso, a sociedade não muda. Eu quero também, como V. Ex^a, comemorar, dizer que nós estaremos aqui no próximo dia 8 fazendo o nosso papel, cumprindo o nosso papel. E tenho certeza absoluta de que andaremos e avançaremos milhares e milhares de quilômetros nesses próximos anos, o que não avançamos nas últimas décadas. Graças a quê? À nossa mobilização, ao aumento da conscientização que as mulheres vêm tendo no mundo inteiro. Então, parabéns pelo pronunciamento, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Obrigada, Senadora Vanessa.

V. Ex^a coloca aspectos muito relevantes aí na nossa luta. E eu, em relação à reforma da previdência, ainda esqueci um dado: vão mexer nas pensões, e a gente sabe que hoje os maiores beneficiados de pensão são as mulheres, não os homens, até porque...

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– ... a formalidade do trabalho, do emprego sempre foi dos homens. As mulheres entraram recentemente no mercado de trabalho.

E sabe o que eles vão fazer com as pensões? Diminuir pela metade. Então, a mulher só tem direito à metade da pensão do marido, que é acrescida de 10% para cada filho que tem. Quando o filho completa a maioridade, ela deixa de receber os 10%. E, se ela tiver pensão e também uma aposentadoria, tem que optar. Olha que absurdo, isso! E quem ganha um salário mínimo? São dois salários mínimos entre pensão e aposentadoria, e vai ter de optar? Que coisa mais esdrúxula isso, cruel! Mais cruel não poderia ser. E afeta as mulheres.



Eu queria dizer, Sr. Presidente, para terminar – queria só que V. Ex^a me desse um pouquinho mais de tempo –, que o feminismo, para 99% das pessoas, está inspirado nessa coalizão argentina, Nenhuma a Menos, nesse movimento americano que nós vimos. E entendemos que a violência contra as mulheres tem muitas facetas: tem a faceta doméstica, a faceta do mercado, da dívida, das relações de propriedade, das políticas discriminatórias, da repressão, dos movimentos migratórios – não é só a violência física. E é contra todas essas violências que nós queremos nos opor. Queremos nos opor a esses ataques contra as mulheres, que são ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos. Por isso, nós queremos um feminismo para 99% das pessoas.

No dia 8 de março, que é quarta-feira – eu acabei falando aqui que era amanhã, mas é quarta-feira, talvez porque queira que tenhamos mais dias de greve do que só a quarta-feira... Mas, no dia 8 de março, que é quarta-feira, estaremos com esse movimento de greves. Vai ser um dia de greve, sim, em todos os lugares, de marcha, de bloqueios de estrada, de pontes, de praças, de abstenção do trabalho doméstico, de abstenção dos cuidados, de abstenção sexual...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... denúncia de políticos e empresas misóginas. E aqui, no Congresso, como disse a Senadora Vanessa, nós também vamos nos manifestar.

Eu quero fazer um apelo às Senadoras, às servidoras do Congresso: podemos até vir para cá, porque nós vamos ter o Prêmio Bertha Lutz, que vai ser entregue, mas vamos fazer uma manifestação na porta do Congresso. E no Prêmio Bertha Lutz vamos falar desses problemas e vamos dizer ao Senador Eunício que nós não podemos ter sessão deliberativa, que o Plenário deste Senado tem de ficar para discutir os problemas relativos à mulher, assim como o Plenário da Câmara não pode votar absolutamente nada. Vai ser esse o nosso papel no dia 8 de março, e depois uma caminhada com as mulheres que estão em mobilização pelo Distrito Federal. É a forma de as Parlamentares se juntarem a esse movimento.

Viva as mulheres! Viva o dia 8 de março!

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Thieres Pinto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador do Distrito Federal, Reguffe.

Senador, o senhor tem 20 minutos. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no início do meu mandato, na minha primeira semana como Senador desta Casa, eu fiz um pronunciamento aqui nesta tribuna defendendo o fim do foro privilegiado, o fim do foro por prerrogativa de função e defendendo que fosse colocada em votação a proposta de emenda à Constituição que tramitava aqui nesta Casa que versava sobre isso. Esta proposta agora está esperando ser pautada neste plenário, e é esta a solicitação que eu faço aqui: que pautemos e que debatamos esse tema.



Eu penso, Sr. Presidente, que o foro privilegiado, o foro por prerrogativa de função, hoje é apenas e tão somente fermento e instrumento da impunidade que nós temos hoje neste País. É isso que é o foro privilegiado hoje. O foro privilegiado é fermento e instrumento da impunidade que nós temos hoje neste País. Países como Estados Unidos e França têm foro privilegiado para presidente e ministros, mas não têm para presidente do Parlamento, para parlamentares, para governadores, para prefeitos; países como Alemanha e Itália, apenas para o presidente – não têm para ministros, presidente do Parlamento, parlamentares, governadores, nem prefeitos –; a Inglaterra, a Argentina e o Chile não têm para ninguém.

Nós temos uma PEC para ser votada, uma proposta de emenda à Constituição para ser votada neste plenário.

Todos os brasileiros devem ser tratados de forma igual perante a lei, perante a Justiça, até porque, se chegarmos à suposição de que um juiz de primeira instância pode ser afeito a interesses e um ministro do Supremo não – que é indicado hoje, na legislação brasileira, pelo Presidente da República e sabatinado pelos Senadores... Quer dizer que um pode estar afeito a interesses e outro não? E os brasileiros todos que estão nas mãos dos juízes de primeira instância?

Foro privilegiado hoje, volto a dizer, é apenas fermento e instrumento da impunidade que nós temos neste País. É hora de virarmos essa página, de o Parlamento estar em sintonia com as ruas e de o Senado da República extinguir o foro privilegiado, para que todos os brasileiros, independentemente de quem sejam ou de que funções ocupem, tenham o mesmo tratamento e a mesma forma de julgamento pela Justiça brasileira; e também desafogar os tribunais superiores. Nos Estados Unidos, a Suprema Corte norte-americana tem 82 processos para julgar por ano; na França, 156 processos para serem julgados por ano; na Itália, 276 processos. No Brasil, a Suprema Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal, tem 92.399 processos para serem julgados por ano. Não dá! E aí nós temos a impunidade que nós temos hoje no Brasil. E não é só para culpar não, é também para inocentar, porque alguém que tem um processo em cima de si fica com uma espada na garganta. Se a pessoa lesou o contribuinte, a injustiça é essa pessoa estar solta, estar livre e não ressarcir o contribuinte. Agora, se essa pessoa é inocente, a injustiça é ela ficar com esse processo todo ali esse tempo todo. Então, é para os dois lados.

O foro privilegiado hoje apenas ajuda a fermentar a impunidade que a gente tem neste País.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias, que é o autor da proposta de emenda à Constituição que está para ser votada neste plenário.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senador Reguffe, meus cumprimentos pela argumentação sempre inteligente, defendendo dessa feita uma causa que se tornou popular. Hoje qualquer pesquisa de opinião pública vai revelar que a maioria esmagadora dos brasileiros deseja o fim do foro privilegiado, não aceita mais essa excrescência, que se coloque em um patamar autoridades como se fossem seres superiores, ignorando dispositivo fundamental da Constituição, o art. 5º, que diz que todos somos iguais perante a lei. É imprescindível que o Senado delibere sobre essa matéria. A Comissão de Justiça já o fez, o projeto está pronto para ser colocado na pauta e não há por que não se estabelecer esse enfrentamento. Uma coisa deve ficar muito visível: já há ensaio no Supremo Tribunal Federal. Há ministros se manifestando reiteradamente sobre a importância dessa discussão. E o que vai ficando claro é que, se o Senado Federal e o Congresso Nacional não legislarem sobre essa matéria, o Supremo Tribunal Federal acabará adotando alguma providência. Da forma que está não ficará. V. Ex^a já enumerou argumentos suficientes, mas é preciso dizer que é lastimável que, das ações julgadas nos últimos



anos, haja menos de 1% de condenações, 68% das ações prescreveram. Hoje, temos cerca de 364 ações no País. São mais de 37 mil autoridades beneficiadas com o foro privilegiado, e é humanamente impossível para 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, transformando o Supremo numa corte criminal, julgar todas essas ações que envolvem autoridades brasileiras. Portanto, é imprescindível. Nesta hora em que o País discute o seu futuro, quando há uma Operação Lava Jato propondo uma limpeza na vida pública do País, é necessário que o Congresso Nacional não trombe com a vontade popular. É preciso que essa decisão ocorra o mais rapidamente possível. Já fizemos apelo ao Presidente Eunício Oliveira, que é a quem cabe propor a votação da matéria. Não podemos, de forma alguma, permitir que sejamos atropelados pela vontade popular nesta hora. Parabéns a V. Ex^a por encampar essa causa.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu queria apenas colocar mais um ponto, Sr. Presidente. Num estudo envolvendo vários países, envolvendo 13 países: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, México, Portugal e Venezuela, o Brasil, desses países todos, é o único que tem foro privilegiado, ou foro por prerrogativa de função, para Presidentes, ministros, Presidentes de Parlamento, Parlamentares, governadores e prefeitos. Para todas essas funções.

Nesses países, ou não há para nenhum, que é o caso de Argentina, Chile, Inglaterra e México, ou há apenas para o Presidente ou para o Presidente e para o Ministro. Agora, o Brasil é o único desses países que tem foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função para todos esses cargos.

Não justifica, não é correto, não é justo que os brasileiros tenham tratamento diferente, de acordo com as suas funções, perante a Justiça. Na minha concepção, todos deveriam ser julgados de forma igual, até porque nós temos que acreditar na Justiça deste País e saber como ela funciona; ela tem que funcionar igual para todos, sem distinção, sem exceção. Essa é minha posição.

Volto a dizer: hoje, o foro privilegiado, o foro por prerrogativa de função apenas é um instrumento e um fermento da impunidade que temos neste País.

Muito obrigado.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Reguffe, permite-me um aparte, por favor?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Claro, Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador. Conforme bem V. Ex^a colocou, com referência a esse projeto de autoria desse nobre amigo e competente Senador da República Alvaro Dias, o foro privilegiado, no meu entendimento, só interessa a quem pretende fazer coisas erradas, evidentemente, com o dinheiro do povo. Lá na roça, nós chamávamos o seguinte: "Vamos deixar a água suja, porque, uma vez a água suja, o peixe não vai nos ver e nós vamos conseguir pegá-lo". O foro privilegiado, para mim, é mais ou menos assim: vamos deixar, então, a coisa sem transparência, vamos botar proteção a quem comete ilícitos, porque, assim, nós vamos poder navegar em céu de brigadeiro. E o resultado de tudo isso é o que nós estamos vendo hoje em nosso País: uma corrupção que tomou conta dos quatro cantos do nosso País, do nosso grande Brasil. Eu tenho dito que, depois da Lava Jato, nós vamos viver um novo Brasil – espero eu – e isso, inclusive, tem me motivado a pensar em permanecer na política, porque, do jeito que está, Senador Alvaro, é muito difícil ser político neste País. Quem teria que ter foro privilegiado no nosso País não é um Senador da República, não é um Presidente da República, mas aquele homem que está lá no cabo da enxada, trabalhando dia e



noite, debaixo de água e sol, para ganhar R\$1 mil por mês para sustentar a sua família. Esse merecia, sim, esse merece, sim, um foro privilegiado. Há poucos dias, numa cidade próxima da capital, na cidade de Araguatins, um cidadão roubou uma galinha e ficou 42 dias preso. E aqui se roubam milhões e bilhões e ninguém vai para a cadeia. Nós temos que acabar com esse foro privilegiado, sim, nós temos que apoiar esse projeto do Senador Alvaro Dias, sim, nós temos que chamar a rua, nós temos que chamar as ruas para esse projeto. Nesse projeto das dez medidas contra a corrupção, à época, o Deputado Mendes Thame deu entrada na Câmara e eu dei entrada no Senado. Vejam o que fizeram com o projeto na Câmara. Agora nós vamos dar entrada, agora vamos pedir celeridade ao nosso projeto aqui, Senador Alvaro, das dez medidas contra a corrupção, em combate à corrupção. Está na hora de moralizarmos este País. Este País não pode continuar no submundo da imoralidade. Foro privilegiado é para país de décima categoria, como o Brasil hoje se encontra, Venezuela e, lamentavelmente, Espanha. País desenvolvido não tem foro privilegiado, e o Senador Alvaro tem dito isso aqui sempre. Nós temos que acabar com esse foro privilegiado. Nós temos que jogar luz sobre o dinheiro do povo. Já dizia um juiz norte-americano: "A luz é o melhor desinfetante contra a corrupção". Nós temos que fazer isso. Mas nós vamos fazer. Eu sinto que nós estamos caminhando para tal. Esse foro privilegiado, sim, tem que ser aprovado neste Congresso Nacional para o bem de todos e para o bem principalmente do trabalhador brasileiro. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Ataídes, obrigado pelo aparte.

Apenas quero dizer a V. Ex^a que até a Espanha e Venezuela que V. Ex^a citou têm foro privilegiado realmente para Parlamentares, mas mesmo esses dois países não têm para ministros, para governadores, para prefeitos. Nenhum país, nesse estudo, tem um foro privilegiado como funciona no Brasil.

Não deveria haver para ninguém foro privilegiado. Todos deveriam ser tratados igualmente perante a lei, que é o que eu defendi aqui desde a minha primeira semana no Senado, num pronunciamento que eu fiz nesta tribuna. Todos deveriam ter tratamento igual, não deveria haver foro por prerrogativa de função para ninguém. Deveria haver tratamento igual perante a Justiça brasileira.

Quanto a essa desconfiança com juízes de primeira instância: ora, quer dizer que juiz de primeira instância tem desconfiança, e ministro do Supremo, que é uma indicação política, aí não tem? Acho que nós temos que confiar no Poder Judiciário brasileiro, na Justiça do Brasil, e todos têm que ter tratamento igual, porque, senão, coitado do cidadão comum. Quer dizer que o cidadão comum está afeito a um juiz de primeira instância, e um Parlamentar não? Ele só pode ser julgado por alguém que, muitas vezes, ele mesmo trabalhou para chegar lá?

V. Ex^a quer...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Reguffe, só mais um pequeno aparte. Eu quero, aqui, neste momento, nesta segunda-feira, dia 6 de março de 2017, dizer à imprensa e a todo o povo brasileiro que eu abro mão do meu fogo privilegiado. Se algum dia tiver que me julgar sobre qualquer causa, que seja lá no meu Estado do Tocantins, em primeira instância. Eu não quero foro privilegiado. Estou declarando isso aqui e estou fazendo o compromisso: eu abro mão do meu foro privilegiado como Senador da República.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Ataídes, é um gesto nobre de V. Ex^a, só que nós não podemos abrir mão do foro privilegiado, porque, no foro por prerrogativa de função,



ninguém tem o direito de escolher onde quer ser julgado. A pessoa tem que ser julgada onde manda a legislação brasileira. V. Ex^a não está em nenhuma...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso é para mostrar, Senador Reguffe, o meu gesto. Eu conheço a Constituição Federal, mas eu abro mão do meu foro privilegiado. Se um juiz de primeira instância quiser me julgar, eu vou até ele e serei julgado lá. Eu abro mão, mesmo sabendo que é uma prerrogativa constitucional, conforme bem V. Ex^a colocou.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Ataídes.

Apenas para finalizar, Sr. Presidente, é importante que esta Casa vote esta proposta aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – O foro privilegiado hoje, no Brasil, apenas ajuda a consolidar a impunidade que temos. Ele é fermento e instrumento dessa impunidade. Ele não serve ao que é justo, ao que é correto. Na minha concepção, ele hoje não contribui para que nós tenhamos uma Justiça célere, isenta e responsável como gostaríamos de ter neste País.

Era isso que eu tinha a dizer.

Eu espero que esta Casa pautе neste plenário para ser votada essa proposta de emenda à Constituição. E, pautada, meu voto será contrário por não considerar que esse instrumento do foro por prerrogativa de função seja positivo ou seja justo. Todos devem ter um tratamento igual perante a Justiça brasileira e devem ser julgados de forma igual.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Reguffe, pelo seu pronunciamento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É para apresentar um requerimento a este Plenário que julgo de grande importância e para pedir também o apoio aos pares que aqui estão.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, um voto de solidariedade e pesar à família do menor João Victor de Souza Carvalho, de apenas 13 anos de idade, que faleceu no último dia 26 de fevereiro, após ser vítima de perseguição e agressão por seguranças de uma unidade da lanchonete Habib's que fica na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo, conforme noticiado pela imprensa, porque pedia lanche na porta do estabelecimento. Após ter sido perseguido pelos funcionários da rede da Zona Norte, o menino faleceu em decorrência de uma parada cardiovascular respiratória. Ele com apenas 13 anos.

Os familiares de João Victor Souza de Carvalho afirmam que ele foi agredido por funcionários antes da perseguição, o que teria motivado a sua morte, acusação que é corroborada pelo depoimento de uma testemunha, a Sr^a Sílvia Helena Croti, que chega a apontar quem seriam os agressores da vítima.



Há versões distintas apresentadas por funcionários do Habib's e pela direção da loja: numa delas, o menino teria tão somente sofrido um mal súbito depois de fugir dos seguranças da loja; na outra, a agressão teria sido feita por um cliente.

Porém, independentemente das versões, Sr. Presidente, nada pode ser dito para negar as abomináveis imagens de um vídeo que mostra um menino frágil, totalmente desacordado, sendo arrastado por dois homens e largado numa calçada, como se não fosse um ser humano, ou melhor, como se não fosse uma criança que merecesse da sociedade cuidado e respeito. É inaceitável que a vida de uma criança de 13 anos seja interrompida dessa forma tão dramática, sem que haja uma pronta reação do Parlamento brasileiro e de toda a sociedade.

É fundamental que as investigações sejam conduzidas de forma criteriosa e que eventuais culpados sejam punidos exemplarmente. Nós não podemos, em hipótese alguma, tolerar qualquer negligência nas apurações que deixem a família da vítima dessa tragédia sem resposta e sem justiça.

Fazer pedido de lanche, fazer pedido de dinheiro na porta de uma lanchonete, na crise em que nós estamos, com o desemprego que temos, não é crime, principalmente por se tratar de uma criança, que deveria ser acolhida e cuidada.

Eu aproveito para lamentar profundamente a conduta da lanchonete da rede Habib's, que, sob a ótica de quaisquer das versões apresentadas, demonstrou sua absoluta incapacidade e insensibilidade de lidar com uma criança. Um menino franzino, de 13 anos de idade, que ao fim e ao cabo foi escorraçado, perseguido e agredido como se fosse algo a ser escondido, afastado da vista dos seus clientes. Como é possível aceitar um tratamento tão desumano? O que fez a rede Habib's para a família do menino? Qual o auxílio e o socorro prestados?

É hora de muita reflexão sobre essa absurda tragédia, para que esse tipo de tratamento que vitimou o menino João Victor Carvalho de Souza não se repita.

O Senado Federal tem de estar atento a esta tragédia, comprometido em acompanhar seus desdobramentos e combater veementemente a sua repetição.

Por isso, apresento este voto de solidariedade e pesar aos familiares do menino João Victor Carvalho de Souza, esperando contar com o apoio de todos os meus pares para sua aprovação, para que essa tragédia não se repita mais em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Estão inscritos para fazer uso da palavra os Senadores João Capiberibe, Ataídes Oliveira, Paulo Paim... (*Pausa.*)

Senador Ataídes, eu queria pedir desculpa ao senhor, porque houve aqui uma troca com os Senadores, e o Senador tem médico. Por gentileza...

Com a palavra o senhor, Senador. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria falar mais uma vez da tribuna da Casa sobre as minhas preocupações com a forma como o Governo está tratando a dita reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Eu entrei com o pedido de uma CPI. Do Paraná, os três Senadores assinaram; do Rio Grande do Sul, os três Senadores assinaram; de Brasília, somente um não assinou. E assim nós estamos avançando em todo o País. Já temos mais de 30 Senadores. Eu espero chegar a 35, porque



infelizmente sempre há alguns que, quando o Governo pressiona, ou no "dando que se recebe", mudam de opinião ou de posição.

Então eu quero garantir essas assinaturas e dar entrada, para a gente abrir, de uma vez por todas, com total transparência, quem roubou, quem sonegou, onde está a fraude, onde estão os 426,3 bilhões que estão lá em dívida ativa, e por que é que não pagam, para termos a lista dos grandes devedores – e já vou dizendo que estão lá, entre os primeiros que eu vi, a Vale do Rio Doce, o Itaú, o Banco do Brasil – o que eu lamento –, a Caixa Econômica Federal... E querem tirar o direito do trabalhador rural, que ganha um salário mínimo. E dizem que a prioridade é essa. Isso é brincadeira! Não é sério! É uma irresponsabilidade! Querem tirar o direito...

Esta é a Semana da Mulher. Todo mundo vai fazer discursinho bonitinho – porque a gente sabe que vão fazer, que todo mundo vai fazer –, no dia 8 de março, Dia da Mulher, só que querem tirar os direitos da mulher, principalmente da mulher camponesa, que podia se aposentar com 30 anos de contribuição, mas vai se aposentar agora com 49. São, no mínimo, 20 anos a mais, porque ninguém consegue trabalhar direto, todo o período, prestando 49 anos de contribuição.

Se eu estivesse na fábrica, na metalúrgica, pelos meus cálculos – claro que eu estou aqui, é outra realidade, mas estou olhando para meus companheiros que me mandaram para cá –, eu iria me aposentar com 72 anos. Calculem, no meio de uma fundição, numa forjaria, que era minha atividade, com 72 anos! Eles iriam me demitir e contratar um mais novo. É claro! E se me demitem com 65 anos, por exemplo, ou mesmo com 60, eu nunca vou completar os 49 anos de contribuição, pois quem é que vai me empregar, na atividade que eu tinha, com quase 70 anos?

Então, essa proposta é de uma irresponsabilidade total, total mesmo. Mas que bom que até o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tenha dito e a Imprensa tenha publicado que é um abuso essa reforma.

Eu vi o Líder do DEM, eleito agora lá, na Câmara, dizer que é um absurdo a proposta. Eu nem estou falando dos partidos de oposição, mas apenas dos partidos da Base.

Presidente, eu recebo, e quero ser fiel aos fatos, centenas de moções das câmaras de vereadores do Brasil. Sabe quem assina? Todos os partidos que têm assento nesta Casa assinam. E o prefeito da cidade assina. Vai quebrar a Previdência, vai quebrar as prefeituras e vai aumentar o desemprego. Ninguém tenha dúvida disso. O povo brasileiro tem que acordar para isso. E vai acordar. Querer discutir a Previdência é uma coisa, mas essa reforma aqui... Isso aqui não há de passar! Ah, não passa!

Sinceramente, há dias em que eu estou em casa e digo: "Vou lá para o Congresso hoje. Vou torcer para que não dê quórum, porque, se der quórum, pode ter certeza de que é para propostas que vão tirar direitos dos trabalhadores e dos aposentados."

Calculem que querem votar essa reforma agora, entre abril e junho. Países que aprofundaram o debate da reforma demoraram mais de 10, 15, 20 anos, e nenhuma é tão cruel como essa. Será que o Brasil é o pior país do mundo? É a oitava ou nona economia do mundo, e querem fazer uma reforma como essa? Só mesmo um Presidente que tem 1% de apoio popular. Ele tem 1%, como todo mundo sabe, e ainda diz: "Eu não sou candidato a nada!" Calcule, então, eu, que estou há 30 anos no Parlamento, vou dizer para o povo agora: "Olhem, como eu não vou mais ser candidato, agora ferrem-se vocês!" É brincadeira!

Depois, Presidente, o terrorismo. Isso aqui é terrorismo. Olhem a divulgação que eles estão colocando nas ruas, nas praças e nos jornais: "Se a reforma da previdência não sair, tchau Bolsa



Família, adeus Fies, adeus estradas..." Você, que é aposentado ou pensionista, que é assalariado: olhe o que eles querem fazer!

Eles querem quebrar a Previdência, pegar o que está lá, entregar na mão do sistema financeiro, que é a previdência privada, que quebra muitas vezes, como foi o caso – podemos lembrar – da Argentina e do Chile, e você perde tudo o que depositou.

Estão dizendo que você é o culpado de não haver dinheiro para as estradas. É o trabalhador, é o aposentado o culpado de não haver dinheiro para o Fies, culpado por causa do Bolsa Família. E dizem mais: "Acabaremos com todos os programas sociais, se não for feita a reforma da previdência." Está escrito aqui e está assinado, assinado por eles – não é por mim. Assinado por eles.

Felizmente, eu quero dar aqui o crédito à Juventude do PMDB. A Juventude do PMDB soltou uma nota, dizendo: "Discutir previdência é uma coisa; fazer terrorismo é outra coisa." A Juventude do PMDB, Senador Valdir Raupp, soltou essa nota, dizendo que é contrária a esse tipo de propaganda.

Mas, preocupado com tudo isso, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

Nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado, Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, a prestação das seguintes informações:

- a) qual o montante de despesas efetuadas para vincular a propaganda sobre a reforma da previdência;
- b) quantos foram os órgãos, meios e veículos de informação e de imprensa contratados e os respectivos valores;

A informação que se tem é de que bilhões estão sendo usados em propaganda mentirosa. Mentirosa.

- c) conforme o planejamento de mídia do Governo, quais os critérios utilizados para essa contratação, inclusive se houve licitação e qual o objetivo pretendido;

Justificativa.

A população brasileira está assistindo, na maioria dos grandes veículos de comunicação do País, à veiculação intensa, em massa, de propaganda do Governo, no sentido de defender uma reforma da previdência que tirará o direito de aposentadoria da maioria do povo brasileiro, enviada ao Congresso Nacional.

Ora, especialmente neste momento em que o Poder Executivo adota uma política radical de corte de gastos públicos, inclusive pela Emenda à Constituição 95, de 15 de novembro de 2006, o chamado Novo Regime Fiscal, impõe-se a esta Casa fiscalizar e avaliar.

Mais, Sr. Presidente: é inconstitucional o que o Governo faz. Está escrito na Constituição que não se pode, depois que o projeto é encaminhado para o Congresso Nacional, fazer propaganda, querendo interferir na decisão de cada Senador e Deputado.

Por isso, espero que eles respondam e, de acordo com a resposta, darei outro passo, que pode ser, inclusive, mais uma vez, ir ao Supremo.



Por fim, Sr. Presidente, quero deixar nos Anais da Casa a minha posição sobre a outra malandragem que estão querendo fazer contra os trabalhadores. Estamos debatendo aqui o projeto da terceirização. Vai haver movimentos a semana toda aqui em Brasília. O Governo, percebendo que poderá ter problemas com esse projeto de que sou o Relator – e já tenho substitutivo, e está na CCJ –, resolveu pegar um projeto de 1998 – 1998! Está querendo votar na Câmara, para mandar para sanção, quando o projeto de que sou Relator veio, há um ano, da Câmara aqui para o Senado.

Eu viajei o Brasil inteiro, construí um substitutivo, dizendo não à terceirização na atividade-fim e que quero a responsabilidade solidária. Percebendo isso, o Governo abandona o projeto que estava aqui e quer agora aprovar o 4.302, que é de 1998 ainda. Está desatualizado, está todo equivocado, com redação confusa, e que diz simplesmente o seguinte – vou resumir: terceirizem tudo. Tudo. Enquanto que o nosso visa a regulamentar a situação dos 13 milhões de terceirizados.

Espero, Sr. Presidente, que eles não façam isso. Espero que o Sr. Rodrigo Maia, que deu uma declaração dizendo que vai fazer e pronto... Ele não manda na Câmara dos Deputados. Aqui não manda nem o Presidente do Senado, nem o Presidente da Câmara. Quem manda aqui é este Plenário, e este Plenário tem que obedecer a quem? À voz do povo brasileiro. É inadmissível que este Plenário não atenda às demandas do povo brasileiro! É isso o que nós queremos. Quando o Senado decidir, aí será outra coisa, será a decisão do Plenário, mas vindo das ruas, Sr. Presidente. Por isso é que eu espero que ele não faça essa loucura de pegar um projeto obsoleto, atrasado, arcaico, da década de 90, e querer aplicá-lo em 2016, quando nós temos um projeto aqui debatido e pronto para ser votado.

Por fim, Sr. Presidente, deixei por escrito aqui a minha indignação contra essa propaganda indevida do Governo, totalmente inconstitucional.

Por fim, quero agradecer ao povo gaúcho, Sr. Presidente.

Lá no Rio Grande, essa dita reforma é tratada a ferro e fogo. É como diz a gauchada: "Nós vamos marcar que nem se marca gado, com ferro quente." Mas qual gado? Quem votar a favor dessa reforma da previdência e da trabalhista.

Sr. Presidente, em cidades do interior você vê 10 mil pessoas na rua. Cito algumas: Santa Rosa, Canoas, Sapiranga, Nova Hartz, Santa Cruz do Sul. A maioria de trabalhadores rurais. Interessante isso! O pessoal deixa a colônia e vem para a cidade, porque não aceita essa reforma. Isso há de pegar em todo o Brasil. O gaúcho não é melhor do que nenhum outro brasileiro. Se o gaúcho já entendeu – e aqui está por escrito, estou deixando todos os dados – que é uma reforma criminosa, é impossível que o resto do Brasil também não vá entender. Eu acredito muito no povo brasileiro.

Estarei no Rio Grande do Norte no dia 24, pela manhã. À tarde, estarei na Paraíba. No dia 31, Senadora Gleisi, a seu convite e do Senador Requião, estarei no Paraná. E vou, dentro do possível, estar em todos os Estados, para fazer esse bom debate.

Agora, o apelo que faço aos Senadores, se acham que estou errado, é para que deixem instalar a CPI. Eu já tenho 30 assinaturas. E preciso de 27. Se prometerem que não vão tirar nomes, eu entrego hoje. O meu medo é de que, quando eu entregar, alguém vá lá e tire o nome. Então, eu estou chegando a 35, para garantir. Então, quem não deve não treme, para não dizer não teme. Qual é o problema em se investigar as contas da seguridade social? Olha, vai sobrar dinheiro para a saúde, para a assistência e para a Previdência.



A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, Senadora.

Assisti à sua fala hoje. Realmente, vai na mesma linha daquilo que eu estou aqui falando.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Eu acho que vai na linha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vida longa às mulheres, ouviu?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. E vai na linha do que a maior parte da população brasileira que tem conhecimento do conteúdo da reforma seguirá, eu não tenho dúvida nenhuma. Senador Paim, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa de apresentar e sugerir que a Casa instale uma comissão parlamentar de inquérito para debater os números da previdência social, para que ela contribua com esse processo de diálogo nacional, para ver e mostrar onde mesmo estão os problemas. É muito fácil fazer o que o Governo está fazendo. Uma previdência que compõe o sistema de seguridade – e que V. Ex^a fala, fala, fala, fala, fala – não é e nunca foi deficitária, nunca foi deficitária. Eles propõem uma reforma a tal ponto que, na prática, vai acabar com a possibilidade da maioria dos trabalhadores simples e trabalhadoras se aposentarem, enquanto não mexe um milímetro no problema da sonegação, não mexe um milímetro no problema das isenções tributárias, dos tributos vinculados ao sistema de seguridade social. Eu tenho visto vários Parlamentares que defendem a reforma tributária subirem à tribuna e repetirem aquele mantra que o PMDB está usando, aquele ato de terror dizendo: "Ou reforma a previdência, ou adeus Fies, ou adeus Bolsa Família." Então, os Parlamentares sobem à tribuna e dizem o seguinte: "Ou é essa reforma da previdência, ou não vai haver aposentadoria." Mostrem para o povo onde é que está o déficit. É isso que nós precisamos fazer. Eles, para serem coerentes com os seus pronunciamentos, deveriam ser os primeiros a apoiar a CPI, os primeiros a apoiar a CPI. Então, Senador Paim, conte comigo. No que V. Ex^a precisar para a instalação dessa CPI, conte comigo. E tenho certeza de que vários dos seus companheiros e companheiras Senadores não só os que compõem a oposição, mas aqueles que fazem parte da Base do Governo. Qual é o problema? Investigar as deficiências que tem o sistema de seguridade e previdência social. Qual é o problema? Nenhum. Pelo contrário, isso pode nos ajudar e muito na orientação do voto nessa matéria. Como nós, eu sei que muitos Parlamentares não falam, mas não estão nem um pouco satisfeitos com essa reforma, nem um pouco satisfeitos. Quem é que pode ficar satisfeito com uma reforma que propõe 49 anos de contribuição? Então, eles também não estão satisfeitos e precisam de argumentos sólidos para enfrentar esse debate e esse diálogo. Não adianta dizer que a previdência é deficitária. Não é, porque o sistema previdenciário no Brasil segue o mesmo sistema previdenciário de outra parte do mundo, ele é parte do sistema de seguridade social, que tem a parte da contribuição do empregado, do empregador e do Estado brasileiro. Aliás, o Estado brasileiro, Senador Raupp, Senador Paim, contribui com o próprio recurso do povo. É uma questão de opção que nós temos. O dinheiro que o Governo arrecada é distribuído pela maioria que precisa ou fica concentrado para dar lucro, dividendos e rendas em juros para uma minoria? Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a. Conte conosco. Acho que esta semana é uma boa semana para V. Ex^a dar entrada nessa CPI e a gente conseguir instalá-la rapidamente. Parabéns, Senador Paim.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, uma homenagem às mulheres, que são as grandes atingidas, porque para o homem são 15 anos a mais; para a mulher, não, para a mulher são 20, no mínimo. Para o homem são de 35 anos de contribuição para 49 anos. Agora, para a mulher são de 30 para 49 anos.

Eu recebi agora, quando estava no meu assento, uma homenagem, e pediram que eu a lesse aqui. Eu vou ler – e faço neste momento em que você faz um aparte – em homenagem a todas as mulheres. É de um escritor anônimo, um poeta anônimo, eu diria:

Mulher é mesmo interessante
Mesmo brava, é linda
Mesmo alegre, chora
Mesmo tímida, comemora
Mesmo nervosa, é apaixonante
Mesmo apaixonada, ignora
Mesmo frágil, é poderosa!

Semana da Mulher. Parabéns as todas as mulheres do Brasil e do mundo, com o carinho que todas as mulheres merecem de todos nós.

Com esse poema, que não é meu – não está aqui o nome do poeta; senão, eu diria –, eu queria dizer: por amor de Deus, Senadores e Senadoras, principalmente os Senadores, leiam esse poema 500 vezes antes de tirarem o direito das mulheres, como pode acontecer nessa reforma da previdência.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só agradecer, Senador Paim, essa referência que V. Ex^a faz às mulheres, esse reconhecimento que V. Ex^a tem de que essa reforma da previdência e as outras reformas, inclusive esse projeto de terceirização, afetam sobremaneira a nós mulheres. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permite-me uma breve intervenção?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Quando cheguei a esta Casa, Senador Paim, eu observava...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... os seus discursos, a sua gestão diante da Comissão de Direitos Humanos, a sua luta incansável em defesa do trabalhador, do aposentado. Então, eu comecei a admirá-lo e continuo admirando-o muito, porque essa sua bandeira é louvável. Em *off*, eu e V. Ex^a conversamos, alguma vez, sobre a previdência social, de que também conheço um pouco. Nós chegamos a dizer entre nós, algumas vezes, que a previdência social era superavitária e não deficitária, não é? Eu não mudei muito a minha forma de pensar, porque dificilmente eu mudo, só quando realmente estou consciente de que estava na linha errada. Com relação à previdência, não. Eu indagaria a V. Ex^a por que essas correções na previdência social não foram feitas nos 13,5 anos do PT. Por que não foram feitas? Nós sabemos da fraude dentro da Previdência, que é o grande bicho-papão. Nós sabemos disso. Eu sei que, desses



benefícios hoje concedidos no Brasil, miseravelmente 40% ali são fraudes – e nós sabemos disso – e má gestão. Nós sabemos disso perfeitamente. Agora, por que o governo petista não fez esta CPI e esta reforma lá no passado, durante os 13 anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me responder.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... sabendo, Senador Paim... Estou concluindo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque tenho médico e quero responder antes. A pergunta é essa. Eu faço questão de responder.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um segundinho, Presidente, Senador Paim. Eu te chamo de Presidente porque sempre estive na CDH com V. Ex^a presidindo. Em 2015, nós tivemos um déficit de quase R\$90 bilhões na previdência; em 2016, R\$149,7 bilhões; e deste jeito nós vamos chegar a R\$180 bilhões neste exercício de 2017. Ou seja, V. Ex^a colocou bem, vamos ter que debater, vamos ter que conversar, e nesta linha eu estou plenamente com V. Ex^a: 65 anos é muito? É pouco? Não, vamos discutir. Agora...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... alguma coisa temos que fazer. E eu encerro dizendo que a Senadora disse que esses virais são fruto do PSDB, se é que eu entendi certo. Se foi PSDB, eu quero dizer para a Senadora que ela está equivocada, porque, dentro do nosso Partido, eu desconheço plenamente esses virais que V. Ex^a, Senador Paim, está hoje, nesta tribuna, demonstrando. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, eu peço dois minutos, é o suficiente, para responder.

Primeiro, Senador, nenhum governo, nem os Presidentes militares, nem Sarney, nem Collor, nem Itamar, nem Fernando Henrique, nem Lula, nem Dilma apresentaram um monstro como esse. Isso aqui é um monstro. Ele quebra os Municípios, quebra a previdência, acaba com o direito a aposentadoria.

Mediante isso, o que é que a gente pode fazer? Vamos, sim, fazer uma CPI para investigar tudo, não é só o Governo atual. Deveriam ser os últimos 20 anos, no mínimo – os últimos 20 anos. Aí, vai aparecer a verdade dos fatos. Como eu digo que é superavitário – e, claro, aí nós temos uma discordância de números –, os dados da Anfip mostram que, se pegarmos os últimos 20 anos, há um superávit, em média, de 50 bilhões. Houve tempo em que eram 150, 120, 80, 50. A última foi 15 bilhões.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi muito mais, mas a média dá os 50 bilhões.

Onde foi parar esse dinheiro? Para o que a DRU tira 30% da seguridade social? São alguns dados rápidos. Por que os 426 bilhões não são cobrados? Onde está a fraude? Onde está a sonegação? Quem são os grandes devedores?

É isso que eu quero fazer, Sr. Senador. Eu acho que o momento de instalarmos a CPI é este, de levantarmos os últimos 20 anos e vamos ver quem deve. Quem não deve não treme. E reafirmo: a CPI só foi agora... Eu não levantei CPI no governo de Fernando Henrique Cardoso, porque ele



não fez umas loucuras que o Michel Temer está fazendo. Eu não apresentei no governo do Collor, porque ele também não fez, nem no dos militares. Não foi levantado, porque não tinha...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que transformaram num puxadinho do Ministério da Fazenda.

Então, a loucura é tanta que vamos fazer uma CPI, e doa a quem doer, dos últimos 20 anos.

Obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

Está com a palavra, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Na sequência...

Só um minutinho, Senador.

Na sequência, a Senadora Ana Amélia falará pela Liderança.

O senhor tem a palavra, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e julgo que o motivo, pela ordem, pedido a V. Ex^a, compartilhando com todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é que, em 6 de março de 2001, não apenas o meu Partido, mas o Brasil perdia um dos melhores e mais valorosos homens públicos do nosso País, que foi o ex-Deputado Federal, ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Senador da República Mário Covas.

Há 16 anos, não apenas o PSDB, como também o Brasil perdiam uma referência na política, por suas características, por sua integridade física, moral, pessoal, pela forma honrada com que, ao longo da sua trajetória política, honrou todos os mandatos que alcançou na vida pública brasileira, como Prefeito, como Deputado Federal, como Governador, como Senador da República, representando o Estado de São Paulo, Senador constituinte, enfim, que deixa e deixou um legado extraordinário de excepcionais exemplos e referência para todos nós.

Faço este registro: em 6 de março de 2001 – portanto, há 16 anos –, o Brasil perdia Mário Covas. E faço uma modesta, porém sincera referência a essa extraordinária liderança da vida política brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com a palavra a Senadora que falará pela Liderança do PP, Senadora Ana Amélia.

Antes quero fazer um registro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero agradecer os estudantes...



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Só um minutinho, Senador.

Do curso de Direito da Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC) – estiveram aqui, saíram, mas quero fazer o registro –, da cidade de Joinville, Santa Catarina.

Aqui está feito o registro. Obrigado a todos.

Senador, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pedindo desculpas à Senadora Ana Amélia, é só para fazer minhas as palavras do Senador Ferraço sobre a data de hoje, em que o Senador Mário Covas, Governador, Deputado Federal, completa 16 anos da sua morte.

E vou pedir, Senador Ferraço, para inserir nos *Anais do Senado Federal* o texto que está no *site* do PSDB, que tem todos os destaques na vida política e pessoal do Senador Mário Covas. Ele foi candidato a Presidente da República e teve como Vice, naquela altura, numa chapa pura do PSDB, o então também Senador junto com ele Almir Gabriel, que depois veio a ser Governador do Estado do Pará por dois mandatos.

Vou encaminhar à Mesa, não só para que possa fazer minhas as palavras – como disse, eu as faço minhas – do Senador Ferraço, mas também para colocar, nos *Anais do Senado Federal*, o texto que está no *site* do PSDB.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Tucanos destacam legado de Mário Covas 16 anos após sua morte. (**vide item 3.1.2 do sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente desta sessão.

Caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu queria, Senador Ferraço, incorporar-me também a essa homenagem ao ex-Governador, um grande líder na Constituinte, Mário Covas, no momento do nascedouro do PSDB, e dizer que, como jornalista, convivi com essa figura ímpar da política brasileira, que faz falta no cenário atual da nossa realidade.

Eu queria me incorporar também a essa homenagem, mais do que justa, merecida. Para este momento, é uma figura que a gente tem que olhar e tratar como um ícone, em que a gente precisa também se mirar, porque foi, sobretudo, um homem de uma integridade pessoal, de uma integridade política, de uma coerência nas suas atitudes, no seu comportamento, um homem, sobretudo, muito corajoso em qualquer tipo de enfrentamento. Então, incorporo-me também à manifestação e à homenagem a essa figura, o ex-Senador e ex-Governador Mário Covas.

Eu ocupo a tribuna, Presidente, porque não há outro assunto hoje aqui tratado a não ser duas questões relevantes.



Estamos na Semana da Mulher e eu, como Senadora mulher, me sinto muito honrada de estar aqui. Quando uma mulher me diz que eu as represento, o meu orgulho aumenta e a minha responsabilidade, mais ainda, porque a gente tem a obrigação de, como mulher, mostrar às outras mulheres que quanto maior for a participação feminina no Parlamento, nas câmaras de vereadores, nas assembleias, na Câmara Federal, no Senado, nos governos, nas prefeituras, na Presidência da República - também tivemos uma Presidente eleita -, melhor será a política, porque será mais compartilhada.

Venho de uma visita, inclusive na companhia do Senador Ferraço, da Senadora Kátia Abreu, dos Senadores Jorge Viana e Humberto Costa ao Estado de Israel e também à Palestina, onde vi uma participação extraordinária das mulheres não só no campo político, mas no campo acadêmico, em todas as áreas da atividade daquela região.

Agora venho referir-me e queria que o 8 de março fosse não apenas uma data a ser celebrada, mas um ponto de referência, de inflexão, para que nós não só buscássemos o empoderamento das mulheres, mas déssemos a elas também oportunidades.

Eu lutei bravamente. Sinceramente, deste os nove anos de idade, lutei para chegar aonde cheguei. Lutei, vencendo a pobreza, vencendo dificuldades, vencendo desafios e consegui.

Então, tenho muito a agradecer à D. Rosita Ache, que me deu a primeira mão, ao ex-Governador Leonel Brizola, que me deu a primeira bolsa de estudos, e à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que me deu a segunda bolsa de estudos para concluir o ensino superior, senão eu não teria chegado à conclusão desses estudos e não teria talvez chegado aqui, para ocupar hoje a tribuna do Senado com o apoio de 3 milhões e 400 mil eleitores e eleitoras do meu Estado do Rio Grande do Sul, um Estado que me orgulha muito pelo grau de politização, pelo empenho e pela vontade de superar a crise.

Então quero também me associar às celebrações e ao sofrimento que as mulheres ainda enfrentam em todas as atividades. Ela é mãe, ela é chefe de família, ela é empresária e, no caso da trabalhadora rural, tem tripla atividade e responsabilidade. Estamos inclusive trabalhando na questão do Cartão Reforma, de que sou relatora na Comissão Especial da Medida Provisória, para que as mulheres tenham o direito à titularidade do Cartão Reforma quando são chefes de família.

Feito esse registro, o Senador Paulo Paim e outros Senadores abordaram aqui a questão da reforma da Previdência. Naquela tribuna, o Senador - e eu queria que ele ficasse aqui, mas ele me deu, digamos, a autoridade para falar em seu nome dele - fez uma crítica à mensagem que o Partido PMDB fez sobre a reforma e usou palavras muito duras para se referir. Usou a palavra terrorismo, usou várias palavras duras a respeito dessa nota.

Quero dizer que, de fato, eu sou uma pessoa da paz e acho que o diálogo é o melhor caminho. Não adianta querermos ir para um enfrentamento que não vai construir, mas, da mesma forma que não concordo com o terrorismo para esse tipo de iniciativa, para inibir ou para forçar um Parlamentar a votar dessa ou daquela maneira, eu queria dizer que também aliados do Senador Paulo Paim estão assacando mentiras e calúnias mais uma vez a Parlamentares.

A reforma da Previdência está lá na Câmara Federal e ninguém sabe se a reforma que vai sair da Câmara é a mesma que o Governo mandou, se vai ser modificada, se restarão dela 50%, 30%, 40% do que foi originalmente proposto ou se não virá nada. O que virá, ninguém sabe. Incluir-me nesta lista de quem está com a reforma da Previdência... O Sindicato dos Metalúrgicos de Getúlio Vargas e da sua CUT, que já fizeram, espalhando o terrorismo com esse tipo de folheto na rodoviária de Brasília é uma irresponsabilidade. Há calúnia e há mentira.



Irresponsabilidade porque me incluir, como ao Senador Lasier Martins nessa relação... Estão mentindo e caluniando. A reforma não veio para cá. Como é que eles vão saber que voto eu darei quando essa matéria estiver aqui examinada?

Mais ainda, assinei a convocação da CPI da Previdência do Senado, e fui a primeira a subscrever o pedido do Senador Paim, do PT, da CUT. Fui a primeira a subscrever a CPI mista, que junta Câmara e Senado, para o debate sobre essa questão da Previdência. Aí, a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos de Getúlio Vargas fazem um papel desses! Irresponsável, mentiroso, caluniador. Para quê? Para tentar manchar a imagem de Parlamentares que estão comprometidos em resguardar os direitos dos trabalhadores. Não fosse isso, nem o Senador Lasier nem eu teríamos assinado a CPI requerida pelo Senador Paim.

Mais do que isso, sou a requerente. Vamos realizar lá em Não-me-Toque, na sexta-feira, durante a Expodireto Cotrijal, um evento considerado até pelo Presidente da Cotrija, Nei Mânica, com o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, Carlos Joel da Silva, como o evento de maior repercussão de toda a história da Expodireto Cotrijal em Não-me-Toque. Eu vou realizar lá por minha iniciativa, com o apoio dos trabalhadores rurais, um debate, uma audiência pública para tratar desse tema. E tenho repetido no Rio Grande aonde vou: ninguém bota canga no meu pescoço. Sou uma Senadora independente e aqui vou votar conforme a minha consciência, resguardando o direito dos trabalhadores rurais da agricultura familiar do meu Estado, trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Então, não me venha com mentiras e calúnias o Sindicato dos Metalúrgicos de Getúlio Vargas, filiado à CUT, novamente atacando Parlamentares injustamente. Isso pode ser considerado um crime de calúnia, e paga as consequências.

Então, temos que ser verdadeiros, temos que ser transparentes e temos que ter responsabilidade com o que fazemos e com o que dizemos, porque a política pressupõe seriedade e honestidade não só aqui, mas também na base dos sindicatos, que recebem dinheiro público não para fazer isso, atacar Parlamentares. É para defender causas e interesses legítimos dos trabalhadores.

Feito esse registro, meu caro Presidente, quero dizer que há uma expectativa muito grande em relação à Expodireto, uma das maiores feiras que trata da produção agropecuária com sustentabilidade, com inovação, com tecnologia, com assistência técnica, com um pavilhão enorme para a agricultura familiar exatamente para mostrar a pluralidade da produção. O sol nasceu para todos, para o pequeno, para o médio e para o grande. Todos precisam compor a riqueza do Brasil. Se um achar que é melhor que o outro a gente não vai muito adiante. Precisamos compatibilizar, compartilhar conhecimento. E é dessa forma que a gente vence.

Visitei há pouco Israel. O Senador Ferraço pôde ver, em pleno deserto, com irrigação por gotejamento, aquele país que, sem água, guardando toda a água da chuva, armazenando – nós precisamos fazer isso também –, está produzindo bananas, melões, cítricos e exportando para a Europa. Nós poderíamos fazer muito mais. Hoje já fazemos muito, mas imaginar que esse país, no deserto, faça isso é um bom sinal. Mas por quê? Porque tem muita tecnologia. A Universidade Hebraica de Jerusalém, já que falamos em agricultura, foi quem desenvolveu aquele famoso tomatinho cereja que se compra em qualquer mercado. Não temos ideia de que aquilo foi fruto de uma pesquisa científica dessa universidade, que até hoje recebe – até o ano que vem – *royalties* por esse invento, Senador! Imagine o ganho! E, graças a isso, a universidade pode oferecer mais vagas, mais pesquisas, mais investimento no setor, porque ela recebe. Lamentavelmente, em muitos casos



no Brasil, há um preconceito em relação à academia, que tem conhecimento para fazer essa participação.

Sou autora de um projeto que cria os fundos patrimoniais para ajudar doadores que possam oferecer, dentro desse fundo, recursos daquelas pessoas notáveis que tiveram muito sucesso na sua carreira, que estudaram numa universidade pública, numa universidade federal, para que esse fundo possa também ser fonte de financiamento para aumentar os recursos e a capacidade da geração de novas pesquisas.

Ontem, meu caro Senador... Não sei se no seu Estado acontece como no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, estão sendo realizadas, no domingo, cinco eleições fora de época. São cinco Municípios com eleição fora de época, e eu participei em quatro Municípios, andando de helicóptero. E o adversário diz: "Ah, mas é luxo!" Não é luxo! Como eu poderia ir a Santa Maria, a São Vicente de Sul, a Salto do Jacuí, a Arvorezinha e a Butiá no mesmo dia, fazendo comícios para os candidatos do meu Partido em alianças que envolveram sete ou mais partidos políticos? Como eu poderia fazer num Estado de dimensão geográfica tão grande como o meu, o Rio Grande do Sul?

Isso foi pago pelo Partido, pelo diretório regional do Partido, Presidente Celso Bernardes, para poder viabilizar minha presença lá. Não é luxo, não é nenhum desperdício. É, sim, economia de tempo para a Senadora poder estar lá. Então, o adversário há de dizer: "Não, é o partido que está usando de corrupção." Não, não é! É o dinheiro do Fundo Partidário para essa atividade.

E quero elogiar a Justiça Eleitoral. Sabe o que fez a Justiça Eleitoral em um desses Municípios? Está cobrando do candidato que não podia ser candidato, que tinha o seu registro impugnado e, ainda assim, ousou disputar a eleição, ganhou, mas não levou. Além de não ter levado, a confirmação da impugnação levou à obrigatoriedade, pelo que determina a lei, de uma nova eleição. E a Justiça disse o seguinte: "Além da impugnação, confirmada e reafirmada, ele terá que pagar as custas de todo o pleito eleitoral daquele Município".

Essa é uma decisão sábia e essa talvez seja a mais eficaz das penalidades. Sabe por quê? Porque bate no bolso de quem pratica a ilegalidade, bate no bolso. Essa é a única forma de as pessoas entenderem as coisas.

Então, queria cumprimentar a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul por ter feito essa determinação, cobrando os custos da eleição nesse Município do Prefeito que não podia ter disputado a eleição, desafiando a legislação e a própria Justiça Eleitoral. É por isso que hoje subo à tribuna.

Dizer também, meu caro Presidente, que tive a honra de ser convidada pelo Embaixador das Filipinas para fazer uma palestra a embaixadores de toda a Ásia e também da Oceania.

Estavam lá os embaixadores do Japão, da Tailândia, da Índia, da Coreia do Sul, de Cingapura, da Indonésia, da Malásia, do Vietnã, da Nova Zelândia e outros mais que a memória não me permite agora fazer referência. Queriam ouvir sobre o Brasil e me convidaram. Tive a honra de ser convidada e fiz uma exposição, explicando a importância das reformas que estão sendo postas, mas o Governo - e apenas repeti para eles aquilo que disse nesta tribuna - está errando e está perdendo a guerra da comunicação. Está perdendo a guerra da comunicação! E a oposição, que não sabe governar, sabe duas coisas: gastar errado o dinheiro público e fazer oposição, porque a mesma oposição que ataca a reforma previdenciária, durante muitos anos, assim que o Fernando Henrique Cardoso criou o fator previdenciário, famigerado na declaração dele... Durante 13 anos, o PT, que no Governo Fernando Henrique Cardoso fazia uma severa e



feroz oposição, bateu, mas bateu duro no fator previdenciário. Duro! Vou lhe dizer: era uma coisa demonizada. O que veio a acontecer? O mesmo Partido que demonizou o fator previdenciário ficou 13 anos no poder. Treze anos no poder! Tirou o fator previdenciário? Tirou? Não.

Qual é a coerência? Qual é a coerência que o Partido tem hoje para vir bater do jeito que bate nesse processo? A reforma da Previdência, no meu entender, não pode ser a que o Governo mandou. O meu voto será para aperfeiçoar e reduzir ao mínimo possível, que não prejudique os aposentados brasileiros, mas, então, é preciso ter coerência, porque quem subia à tribuna para bater no fator previdenciário esteve no poder e não mexeu uma vírgula no fator previdenciário. A gente tem que ter coerência nas atitudes que a gente tem e lembrar o que disse ontem para não se arrepender do que vai dizer hoje ou amanhã.

Dito isso, eu quero agradecer a V. Ex^a. Acho que teremos uma semana de grandes desafios pela frente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp; na sequência, ao Senador Ataídes Oliveira e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

Senador, o senhor tem 20 minutos. O senhor tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, subo à tribuna, Sr. Presidente, para falar sobre as rodovias federais em Rondônia.

Nós sempre soubemos que as nossas BRs, as nossas rodovias federais tiveram problemas, algumas mais e outras menos. Avançamos bastante, não o desejado, o esperado nas duplicações, nas concessões, porque o novo Governo promete lançar programas de concessões de rodovias, de ferrovias, de portos e aeroportos. Tudo isso é muito importante, mas nós precisamos de algumas emergências. Todos acompanharam nos últimos dias a situação da BR-163, que liga o Mato Grosso ao Pará: o caos, o desperdício, o prejuízo e filas intermináveis de caminhões e de carretas sem poderem transportar a soja, o milho, a produção.

Mas eu vim hoje aqui à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para falar sobre a BR-364, que vai do Mato Grosso a Rondônia, uma BR que foi aberta ainda na época do Governo Juscelino. Juscelino Kubitschek abriu a BR-364 do Mato Grosso do Sul, até Rondônia e até o Acre. Depois, ela foi pavimentada no governo militar, na década de 80. Eu era vereador na cidade Cacoal quando o Ministro dos Transportes da época – primeiro, era o Andreazza, quando começou, e, depois, no final, já era Cloraldino Severo – esteve inaugurando essa rodovia lá, em Rondônia, o asfaltamento da BR- 364, a espinha dorsal do Estado do Mato Grosso, do Estado de Rondônia e do Estado do Acre. Muitas cargas que vão para a Zona Franca de Manaus passam por Porto Velho, passam por Rondônia.

Depois da inversão do transporte de grãos, do transporte da soja do Mato Grosso para o porto de Porto Velho... Eu era governador quando construímos, na melhor das intenções – e não me arrependo de ter feito uma parceria com o governo do Amazonas, à época Amazonino Mendes, com o governo do Mato Grosso, ainda o Dante de Oliveira, e com o empresário apenas, à época, e produtor rural Blairo Maggi, e André Maggi, seu pai; Blairo Maggi nem político ainda era, e hoje já foi governador duas vezes do Mato Grosso, Senador da República e Ministro da Agricultura,



Pecuária e Abastecimento –, o porto de Porto Velho para fazer a inversão do transporte da soja dos portos do sul para os portos do norte: Porto Velho e Itacoatiara, no Amazonas, mas a nossa BR hoje está sobrecarregada, a nossa BR-364 não suporta mais a quantidade de cargas. São filas intermináveis de carretas. Não estou reclamando das cargas – as cargas são bem-vindas, é o progresso chegando ao Norte do Brasil –, mas da falta de manutenção dessa rodovia.

Eu a tenho percorrido, ora com o motorista, ora até mesmo eu dirigindo. Na semana passada, eu dirigi com a minha família do centro do Estado até Porto Velho, e a quantidade de buracos... Eu estive, na semana passada – acho que na quinta-feira –, com três diretores do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) reclamando da situação da nossa BR.

A BR se deteriorou. Há um trecho, da cidade de Ouro Preto do Oeste até Jaru, ou um pouco mais, entre Jaru e Ariquemes, a conhecida Fazenda Nova Vida, que é um ponto de referência, em que a estrada se deteriorou, se desmanchou. Não são dezenas, nem centenas, são milhares de buracos hoje na BR-364. Eu sei que não está muito diferente de Vilhena, da divisa do Estado do Mato Grosso e Rondônia, até essa cidade que eu falei de Ouro Preto. O total dessa rodovia são 800km, de Vilhena, da divisa do Estado do Mato Grosso com Rondônia, até Porto Velho. Não falo até o Acre. São mais 600km de Porto Velho até Rio Branco, no Acre, em que não está tão danificada, lá está mais conservada porque não tem o mesmo volume de carga que tem essa BR do Mato Grosso, da região de Sapezal, Campos de Júlio, Comodoro, a região da soja, até Porto Velho.

Então, subo à tribuna para fazer um apelo – já o fiz pessoalmente aos diretores do DNIT – da urgência, da emergência. Tapa-buraco não resolve mais. O tapa-buraco, às vezes, é bem-vindo num momento emergencial, mas não resolve. Com a quantidade de chuva, não adianta: tapam um buraco e se abrem dez, se abrem cem. Então, não resolve mais o tapa-buraco num leito danificado de uma rodovia velha, já com o leito abalado, com infiltrações para todo o lado. Tem lugar que está cortando a BR, tem tanto buraco que já cortou a BR. Os caminhões têm de parar, têm caminhões tombando, caminhões batendo, carros estourando os pneus. É um risco hoje percorrer a BR-364, de Mato Grosso até Porto Velho.

Então, como representante do povo de Rondônia, subo a esta tribuna para fazer esse apelo. Agradeço a manutenção, na BR-425, de Guajará a Abunã, agradeço as construções da BR-429, de Presidente Médici até Costa Marques, obra que a Deputada Marinha tanto defendeu, nos últimos 15 anos, e está chegando à conclusão com o encabeçamento de 15 pontes de alvenaria, todas concluídas. Agradeço a manutenção da BR-435, de Vilhena a Colorado e Cerejeiras. Mas cobro com veemência a urgência na restauração da BR-364. O dinheiro que tem no orçamento é pouco. Se precisar, nós vamos ao Ministério do Planejamento, vamos ao Ministério da Fazenda, para alocar recursos aqui em projeto complementar ao orçamento, para poder fazer frente à restauração da BR-364. Sei que, no futuro, pode vir a duplicação, pode vir a concessão, mas isso vai demorar muito. Binguém vai esperar dois, três, quatro, cinco anos. É urgente. Logo começa o verão. Daqui a 30 dias está começando o verão em Rondônia, no Norte do Brasil. Vamos aproveitar esse verão para fazer as licitações agora, ainda neste período, dos lotes que ainda faltam ser restaurados, para restaurar a BR-364.

Encerro, Sr. Presidente, a minha fala, fazendo um apelo. Estive hoje com a Presidente do Ibama, Dr^a Suely, com a sua equipe, tratando também de duas coisas: do licenciamento da Usina Tabajara, em Machadinho d'Oeste, que deve sair, nos próximos quatro ou cinco meses, para leilão no final deste ano ou no início do ano que vem, para iniciar as obras da Usina Tabajara; para



pedir, também, o licenciamento da BR-319, que vai de Porto Velho a Manaus. É uma BR importante que, ao longo do tempo, foi abandonada – o meio dela. As duas pontas estão conservadas, Porto Velho-Humaitá e Castanho-Manaus, mas o meio dessa estrada ainda está sem restauração, praticamente sem manutenção. Então, cobro – junto com a BR-364, que é mais urgente, mais emergente – também a restauração da BR-319, de Porto Velho até Manaus, uma rodovia. Falei aqui hoje de manhã, da tribuna, na sessão de homenagem aos 50 anos da Suframa, dessa questão da BR-319.

Encerro a minha fala – não sei se vou conseguir falar amanhã, se não falar amanhã farei depois de amanhã – fazendo uma homenagem às mulheres. Já gravei mensagens para o meu Estado, mas externo aqui as nossas mais sinceras homenagens e elogios às mulheres brasileiras, às mulheres de Rondônia. Eu tenho três mulheres: minha esposa, Marinha Raupp; minha filha, Cristiane; e agora a minha neta, Helena. Em nome delas – da Marinha Raupp, minha esposa, que me acompanha há mais de 30 anos, da minha filha Cristiane e da minha netinha Helena –, eu parabeno todas as mulheres de Rondônia pelo transcurso do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, mas dia também da mulher brasileira, dia da mulher rondoniense. Parabéns a todas as mulheres do meu querido Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Valdir Raupp, PMDB de Rondônia.

Passo a palavra agora ao Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins. Na sequência, o Senador Flexa Ribeiro.

Senador, o senhor tem a palavra. O senhor tem 20 minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Thieres Pinto.

Venho a essa tribuna hoje para falar sobre as dez medidas de combate à corrupção. Em 29 de março de 2016, Presidente, o Ministério Público Federal, juntamente com diversas outras entidades e instituições, vieram ao Congresso Nacional trazer o anteprojeto dessas dez medidas de combate à corrupção. Junto com esse anteprojeto, 2,177 milhões de assinaturas, colhidas nos quatro cantos do nosso País. Nesse momento, no Congresso Nacional, no dia 29 de março de 2016, eu fui recepcioná-los, juntamente com diversos Deputados Federais, entre eles o Deputado Mendes Thame, e lá, então, ficou acertado entre nós que o Deputado Mendes Thame daria entrada neste projeto das dez medidas contra a corrupção, na Câmara, e eu daria entrada nesse mesmo projeto aqui no Senado Federal.

Assim, então, foi feito. No dia 30, um dia após a recepção desse anteprojeto, o Deputado Mendes Thame e outros Deputados deram entrada na Câmara Federal. E eu, no dia 30 também, aqui no Senado Federal, protocolei esse projeto, que recebeu o número 147, de 2016. Ficou acertado entre nós que o projeto que caminhasse primeiro, o outro, então, evidentemente, ficaria aguardando, e o projeto da Câmara saiu na frente.

Pois bem, muito bom. Criaram uma comissão, discutiram o projeto, a relatoria ficou sob a responsabilidade do competente Deputado gaúcho Onyx Lorenzoni – fez um belíssimo trabalho –, e o resultado desse projeto, que recebeu o número PLC 80 da Câmara, foi simplesmente um desastre na Câmara Federal no final do ano de 2016, o que é de conhecimento de todos nós.

É um projeto magnífico, que foi literalmente desconfigurado, e, ainda por cima, foi colocada no seu bojo, no calar da noite, uma emenda em que se encaixou o abuso de autoridade.



Esse projeto chegou ao Senado Federal – saiu de lá numa terça-feira e chegou aqui numa quarta-feira – e o Presidente da Casa, no ano passado, colocou-o em votação, em regime de urgência. E aí foi uma discussão ferrenha. Mas, graças a Deus, esse projeto não foi votado aqui, no Senado Federal.

Pois bem. Foi então enviado à CCJ, para a discussão. Um Senador judicializou esse PLC nº 80. O Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão do Ministro Luiz Fux, determinou que esse projeto, então, voltasse para a Câmara Federal, uma vez que se tratava de um projeto de iniciativa popular, com mais de dois milhões de assinaturas. E assim, então, foi feito.

Esse projeto hoje, então, encontra-se na Câmara Federal. E lá estão dizendo que vão fazer uma conferência em cada assinatura daquelas, que me parece que chegaram a 2,4 milhões. Aqui, lamentavelmente, eu posso dizer que esse projeto de iniciativa popular, com quase três milhões de assinaturas, de mais de 885 instituições, da iniciativa privada e de outras lideranças, não vai sair da gaveta, lamentavelmente.

Mas eu tenho, Sr. Presidente, nesta tarde do dia 6 de março de 2017, uma notícia que, de repente, pode reaver – eu espero – e trazer à tona esse projeto dessas dez medidas de combate a essa maldita corrupção no Brasil. Como eu disse, em março de 2016, eu também protocolei aqui, na Casa, o Projeto que recebeu o número 147, de 2016.

Na semana retrasada, eu elaborei um requerimento de urgência, Presidente, na tramitação desse projeto das dez medidas contra a corrupção. Eu já colhi 31 assinaturas, que estão em meu poder. Vou pegar a assinatura também com V. Ex^a e devo protocolá-lo amanhã pela manhã, porque há diversos Senadores com quem ainda não falei e que querem assinar esse requerimento.

Amanhã, então, eu irei protocolar esse requerimento com mais de quarenta assinaturas. Eu já tenho 31 e, agora, com V. Ex^a, são 32 assinaturas para que nós possamos então trazer esse projeto novamente à tona e aqui, neste plenário, discutirmos esse projeto, que é de fundamental importância para o nosso País.

E, lá na Câmara, eu volto a dizer, das dez medidas, infelizmente, somente duas foram aprovadas. Só duas acompanharam o anteprojeto do Ministério Público Federal.

Pois bem, esse projeto, então, que se viu a seguir foi a aprovação de uma série de emendas, volto a repetir, que alteraram substancialmente alguns pontos, objetivo da proposta quanto à intenção original da iniciativa popular. Várias das propostas do Ministério Público que tinham por objetivo aprimorar a prevenção, a impunidade, o desvio de recursos públicos foram negligenciadas pelos Deputados na calada da noite.

Aí, eu volto a repetir, das dez medidas interessantes para o nosso País, para o nosso povo, lamentavelmente ficaram apenas duas, que foi a pena mínima da corrupção, que subiu de dois para quatro anos, podendo chegar a 12 anos; e também uma pena 12 a 25 anos a ser aplicada, dependendo do montante desviado, sendo considerada hedionda a conduta que desviar mais de R\$8,8 milhões. Ou seja, estrangularam o projeto das dez medidas contra a corrupção. Mas, volto a repetir, agora, então, nós vamos trazer à tona esse projeto, e vamos, então, discuti-lo, aqui no Senado Federal, que é o Projeto 147, de minha autoria.

E o que diz o projeto das dez medidas contra a corrupção? Vamos, então, repetir quais são os pontos fundamentais desse projeto, que, sem dúvida nenhuma, irá botar o nosso País num outro patamar, não só perante o nosso povo brasileiro, mas de todo o povo do mundo.

Primeiro ponto desse projeto de lei: agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e dar ações criminais.



Esse art. 1º trata de criação de regra de prestação de contas e eficiência do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o objetivo de diminuir o tempo de duração de um processo. Repito, art. 1º: agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e dar ações criminais, dar celeridade ao processo.

Art. 2º desse nosso Projeto 147. Instituir o teste de integridade para agentes públicos. Repetindo, art. 2º: instituir o teste de integridade para agentes públicos. Ou seja, seriam simuladas situações sem o conhecimento do agente público ou empregado para atestar sua conduta moral ou predisposição de cometer crimes contra a Administração Pública.

Art. 3º: criminalizar o enriquecimento ilícito. Olha só, criminalizar o enriquecimento ilícito. Político que entra na política para ficar rico tem que ir para a cadeia, porque política não deixa ninguém rico. Pelo contrário, política é um sacerdócio, eu tenho dito. Política é para servir as pessoas, e não para ser servido, e não para se enriquecer. Portanto, este artigo diz o seguinte, para garantir que o agente público não fique impune, mesmo quando não for possível descobrir ou comprovar quaisquer que tenham sido os atos específicos de corrupção praticada.

Art. 4º: aumentar as penas para a corrupção de altos valores – e há altos valores aí na parada da corrupção. Altera o Código Penal nos arts. 312, 313-A, 316, 317, 333, para que o corrupto condenado cumpra, de fato, penas que vão de 4 a 12 anos, o que garante pelo menos regime semiaberto.

Art. 5º: responsabilizar partidos políticos. Partido também é pessoa jurídica, tem vida própria, tem que ser penalizado, sim. E esse projeto vem nesta direção, tem que penalizar esses partidos também. Esse artigo, então, modifica a Lei 9.096, de 1995, para que partidos políticos tenham responsabilidade direta na prática de ocultar ou dissimular a natureza, a origem de recursos recebidos.

Art. 6º: criminalizar a prática do famoso caixa dois. Isso aqui é grave, isso aqui é grave! Se este Congresso Nacional anistiar o caixa dois... O Brasil, hoje, tem mais de R\$500 bilhões, Sr. Presidente, a receber de empresários que cometeram o caixa dois, que sonegaram receita. O Brasil tem mais de R\$500 bilhões para receber. Se anistiar o caixa dois dos políticos, o Brasil, então, vai perder quase R\$1 trilhão que está na Justiça para receber de inúmeros empresários Brasil afora. Veja isto, que absurdo, e ninguém ainda se ateve a esta questão. E não se pode anistiar o caixa dois, nós sabemos disso muito bem. Responsabiliza objetivamente os partidos em relação à contabilidade paralela ou o caixa dois.

Art. 7º deste Projeto de Lei 147, de 2016, de minha autoria. Art. 7º: revisar o sistema recursal. Este é um problema sério. Acrescentar o art. 579-A ao Código de Processo Penal, estabelecendo a possibilidade de execução imediata da condenação quando o tribunal reconhece o abuso no direito de recorrer.

Art. 8º: revisar as hipóteses de cabimento de *habeas corpus*, criação de prazos próprios para os magistrados em vários pontos do processo penal, bem como criação de obstáculos em relação à concessão de *habeas corpus*. Isso aqui tem que ser regularizado no nosso País.

Art. 9º: alterar o sistema de prescrição. Relativização do instituto da prescrição, ou seja, abre a possibilidade de reabertura de prazos processuais.

Último artigo deste projeto, o 10º, por isso que nós chamamos de dez medidas em combate à corrupção. O que diz o art. 10º: instituir novas ferramentas para a recuperação do dinheiro desviado. Pegar quem roubou o dinheiro do povo e botar na cadeia já é um grande negócio.



Agora, cadê o fruto disso? Cadê essa grana que saiu dos hospitais, da educação e da segurança? Essa grana que fez morrer milhares e milhares de pessoas no nosso País, Sr. Presidente.

Em 2012, a ONU disse que o Brasil naquele ano perdeu R\$200 bilhões com a corrupção e a má gestão. Agora, em 2015, falou-se em R\$400 bilhões. Imagine esses R\$400 bilhões na saúde do nosso povo brasileiro.

Certa vez, eu disse uma coisa aqui e vou repetir. A corrupção no Brasil mata mais do que qualquer guerra mundo afora; mata mais do que Al-Qaeda; mata mais do que Estado Islâmico; e daí por diante. E mata mesmo! Imagine esses R\$400 bilhões que foram para a corrupção no nosso País?

Nós temos que consertar isso, Sr. Presidente. Não dá mais. Nós temos que, se não conseguir acabar com essa maldita corrupção, que virou um câncer em estado de metástase, nós temos que pelo menos reduzir para próximo de zero. Não dá mais. O nosso povo não suporta mais. Está sofrendo.

No meu querido Estado do Tocantins, 23% almoça, e não janta; e, se janta, não almoça. E muitos não almoçam nem jantam. Não há saneamento básico, não há saúde, não há segurança, não há nada. Mas é fruto dessa maldita corrupção. Então, nós temos que acabar com essa maldita corrupção.

E esse artigo, então... Pois bem, Sr. Presidente, já estou encerrando. Meu tempo também está se esgotando. Com isso, então, o projeto que está hoje na Comissão de Constituição e Justiça – esse projeto, repito, de minha autoria, 147/2016 – vem direto ao plenário e poderá finalmente ser analisado e discutido e votado por nós. Ou seja, esse requerimento de pedido de urgência da tramitação desse Projeto 147, para que ele, então, saia direto da Comissão de Constituição e Justiça, e venha, então, para este plenário, para que nós possamos, então, discuti-lo e aprová-lo, e mandar, então, para a Câmara Federal, para que lá seja aprovado e que seja sancionado depois pelo Presidente da República. Essa é a nossa contribuição para que reafirmemos o respeito do Congresso pelo cidadão, que muitas vezes é ignorado por aqueles que ele escolhe justamente para representá-lo.

Eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância e a atenção de V. Ex^a e agradecendo também V. Ex^a por se dispor a assinar esse requerimento de pedido de urgência, no qual amanhã, logo pela manhã, eu devo dar entrada. Não vou dar entrada hoje, apesar de eu já estar com as assinaturas mais do que suficientes,...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... porque eu precisaria tão somente de 21, mas eu já estou com 31.

Eu vou deixar para amanhã, porque há vários Senadores que querem assinar esse requerimento. E eu não poderia deixar de pegar a assinatura com esses nossos colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira, do PSB do Tocantins.

Falará pela Liderança o Senador Fernando Bezerra, do PSB de Pernambuco.

Senador, o senhor está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Thieres Pinto, nosso Presidente desta sessão,



agradeço pela oportunidade que V. Ex^a me concede, no tempo da Liderança do PSB, de poder aqui fazer um registro que tem a ver com a história do meu Estado, o Estado de Pernambuco. Este dia 6 de março de 2017 é uma data muito especial para todos nós pernambucanos: é quando celebramos 200 anos do início da Revolução Pernambucana – um dos mais importantes movimentos libertários da História do Brasil. A Revolução Pernambucana tinha como pilares alguns valores que até hoje nos são extremamente caros: liberdade religiosa, liberdade de imprensa e a igualdade de todos perante a lei.

Liderados por Domingos José Martins, Antônio Carlos de Andrada e Silva, e pelo Frei Joaquim do Amor Divino, o Frei Caneca, os revolucionários tiveram a coragem de enfrentar a Coroa Portuguesa, que cobrava altíssimos impostos e levava as principais riquezas da então província de Pernambuco. Após tomar o poder, convocaram para o dia 29 de março uma assembleia constituinte e estabeleceram leis extremamente avançadas para a época. O centro do governo provisório era composto por cinco integrantes, cada um representando um segmento distinto, garantindo sua pluralidade.

Os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, passaram a ser independentes, numa clara demonstração do espírito vanguardista daquele movimento. Nascia ali uma república, a primeira do Brasil, que também reunia os territórios da Paraíba, do Rio Grande do Norte e parte do Ceará. As ideias dos revolucionários foram fortemente inspiradas nos princípios da Declaração dos Direitos do Homem, publicada anos antes na França.

Sr. Presidente, mesmo com a violenta repressão dos dominantes, a Revolução Pernambucana resultou em importantes frutos para o Brasil. Ela foi o vapor da inspiração para uma série de outros movimentos revoltosos, incluindo a Confederação do Equador, que também teve em Pernambuco seu epicentro.

Em 2007, o 6 de março foi oficializado como a "Data Magna de Pernambuco", marcando de forma definitiva o início das comemorações.

Quero aqui registrar que a iniciativa dessa lei na assembleia legislativa do nosso Estado foi da Deputada Terezinha Nunes, através de projeto de sua autoria.

O bicentenário será comemorado ao longo de todo mês em Pernambuco. Hoje pela manhã, o Governador Paulo Câmara deu início às celebrações, descerrando uma placa alusiva ao marco histórico.

Acontecerão exposições, palestras, debates e um concurso de redação para estudantes do ensino médio, que tem a Revolução Pernambucana como tema central. Justas homenagens aos heróis que até hoje nos estimulam a manter acesa em Pernambuco a chama da indignação diante das injustiças.

Como disse certa vez o jornalista e historiador Manoel de Oliveira Lima, foi com a Revolução de 1817 que a Nação brasileira verdadeiramente aprendeu a combater e morrer pela liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Fernando Bezerra, do PSB de Pernambuco, obrigado pelas palavras.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito para fazer uso da palavra, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 4 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 17ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações



Expedientes da Senadora Gleisi Hoffmann já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal:

-Ofício nº 21, de 2017, por meio do qual relata participação na 42ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, no período de 5 a 7 de outubro de 2016, nos termos do Requerimento nº 715, de 2016;

-Ofício nº 22, de 2017, por meio do qual relata participação na 43ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, no período de 6 a 8 de novembro de 2016, nos termos do Requerimento nº 781, de 2016.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Documento encaminhado à publicação



Senador Flexa Ribeiro

Tucanos destacam legado de Mário Covas 16 anos após sua morte

Brasília (DF) – O ex-governador de São Paulo e um dos fundadores do PSDB Mario Covas deixou um legado de conquistas e uma carreira política admirada por correligionários e até mesmo por integrantes de outros partidos. Natural de Santos (SP), o tucano foi três vezes deputado federal, duas vezes senador, prefeito da capital paulista e governou o estado por dois mandatos. Em 1989, na primeira eleição direta à Presidência após a redemocratização do país, foi o candidato do PSDB. Após 16 anos de sua morte, em 6 de março de 2001, depois de uma intensa luta contra o câncer, Covas continua sendo lembrado por milhares de brasileiros em todos os cantos do país.

Formado em engenharia civil, o ex-governador iniciou a militância política como estudante universitário, tendo sido eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1955. Em 1969, teve seu mandato de deputado federal cassado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), quando liderava a bancada de oposição.

Para seu filho e vereador de São Paulo Mario Covas Neto (PSDB), a vida do tucano foi pautada por momentos históricos e com uma atuação de muito destaque.

“Ele foi candidato pela primeira vez a prefeito de Santos em 1961. No ano seguinte, foi candidato a deputado federal e se elegeu pela primeira vez com 32 anos. Depois, veio o golpe de 1964 e ele foi para o MDB, partido de oposição, e virou líder na Câmara aos 35 anos, algo surpreendente pelo momento político e pela pouca idade que tinha. Treze anos depois de cassado, foi candidato a deputado federal pelo PMDB. Em seguida, foi prefeito, senador com uma votação histórica e líder na constituinte”, lembrou.

Na avaliação do vereador, a trajetória política do pai é “inigualável”.

“Vai fazer 16 anos da morte dele e ainda escuto com muita frequência aqui em São Paulo a falta que ele faz, que se ele estivesse vivo o país seria outro, que ele seria presidente. Há muita presença dele ainda.

Para um político, ter essa presença toda é algo surpreendente. Em um



país onde política é sinônimo de coisa ruim, ter alguém que deixa uma imagem tão forte assim é muito legal”, acrescentou.

Mário Covas foi ainda secretário de Transportes e prefeito de São Paulo. Em 1986, se elegeu senador com 7,7 milhões de votos. Dois anos depois, em 1988, ajudou a fundar o PSDB e se tornou o primeiro presidente nacional do partido. Venceu as eleições para o governo paulista em 1994 e conseguiu se reeleger em 1998.

Seus dois mandatos tiveram como principais ações o saneamento das finanças públicas, com medidas destinadas a promover ajuste fiscal e equilíbrio orçamentário. Adotou o chamado Programa Estadual de Desestatização (PED), que privatizou as principais empresas e estradas estaduais entre 1995 e 2000.

Para o neto de Covas, o vice-prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), a importância do ex-governador na política brasileira é reconhecida e lembrada até os dias de hoje. “Em um país em que se diz que rei morto é rei posto, estamos às vésperas dos 16 anos do falecimento dele com as pessoas tendo uma memória tão viva e tendo tão boas referências. A gente vê a grandeza e a importância que ele teve por toda a carreira dele, desde líder da oposição no regime militar, passando pelos 10 anos de cassação, a formação do MDB, do PMDB e do PSDB, a primeira candidatura do PSDB à Presidência em 1989, a constituinte”, ressaltou.

PSDB

Bruno Covas também destacou a fundação do PSDB como um dos momentos mais marcantes da história de Covas. De acordo com ele, o objetivo do ex-governador ao lado de outros parlamentares era buscar um novo partido que pudesse representar os anseios reais da sociedade.

“A partir de um determinado momento, se percebeu dentro da Constituinte um grande bloco criado ainda sob a égide de um dos partidos do bipartidarismo que já não representava mais os anseios da sociedade. Hoje a gente só vê criação de partido de quem é da oposição para poder aderir ao governo. Aquele foi um momento exatamente contrário. Eram 50 parlamentares governistas que resolveram ir para a oposição porque não concordavam com o rumo



do partido e com o rumo do governo. Isso marcou. Era um grupo muito forte, tanto que o PSDB nasceu já forte e consolidado dentro do Congresso e até hoje é um dos principais partidos brasileiros”, completou.

Marcas

O vereador Mario Covas Neto também destacou que uma das grandes marcas registradas do tucano era a atenção aos mais pobres, principalmente à frente da prefeitura de São Paulo, lançando programas e mutirões que revolucionaram a periferia da cidade. “Ele tinha isso muito claro, não titubeava em relação a uma decisão que envolvesse um benefício para aquele que precisava mais. Isso parece até meio demagogo, mas não é. Na época, a maior reivindicação era de ter asfalto nas ruas porque, sem rua asfaltada, não entra caminhão de lixo, ambulância, polícia, ônibus. Em dois anos e meio, ele fez mais de 5.000 km de rua, além dos mutirões de habitação. O pensamento é sempre em como você é capaz de dar guarida a quem não tem nada e depende do poder público para poder ter o mínimo de dignidade. Até hoje, muita gente que encontro na rua conta uma história, se emociona e chora, de tão envolvente que foi”, afirmou.

Para Bruno Covas, o olhar aos mais necessitados fez com que o avô entrasse para a vida pública. “Ele só passou a ser conhecido em Santos, quando, ainda engenheiro da prefeitura, foi destacado para cuidar de um deslizamento de terra. Aqui em São Paulo, por onde passo na periferia, as pessoas vêm falar: ‘ele veio aqui e produziu essa calçada, ajudou a gente a fazer essa rua, prometeu e construiu duas escolas’. Era uma pessoa que estava muito presente em todos os cantos da cidade e também depois como governador teve uma atenção prioritária aos mais humildes”, destacou.

Segundo o vice-prefeito, esse cuidado também é um dos símbolos do PSDB. “É assim que o PSDB governa, repassando atividades que não são essenciais do Estado para a iniciativa privada cuidar para poder focar naquilo que é o essencial: saúde, educação, moradia, transporte. Enfim, aquilo que é o essencial, que o poder público tem que fazer e fazer bem feito”, disse.



Mensagens do Presidente da República

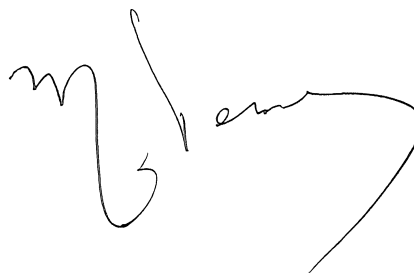


Mensagem nº 47

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei de conversão que “Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.416, de 23 de fevereiro de 2017.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 12, DE 2017

(nº 50/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 50

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Os méritos do Senhor Carlos Sérgio Sobral Duarte que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.



EM nº 00046/2017 MRE

Brasília, 16 de Fevereiro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



Aviso nº 60 - C. Civil.

Em 23 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República
(Portaria nº 1.925/CC-Pr, de 26 de setembro de 2016)



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**

CPF.: 150.739.801-82

ID.: 5818 MRE

1959 Filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte nasce em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1980 Economia pela Universidade de Sussex, Reino Unido

2002 CAE - IRBr, O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear

Cargos:

1982 CPCD - IRBr

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1993 Primeiro-Secretário, por merecimento

1999 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1984-85 Divisão das Nações Unidas, assistente

1985-87 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1987-90 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1990-93 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário

1993-95 Presidência da República, Assessoria Diplomática, assessor

1995-98 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário

1999-2001 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

2003-04 Divisão das Nações Unidas, Chefe

2004-07 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Ministro-Conselheiro

2007-11 Departamento de Organismos Internacionais, Diretor

2011-15 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador

2015- Missão junto às Nações Unidas, Embaixador (Representante Permanente Alternativo)

Condecorações:

2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

2008 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

2010 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador



Publicações:

- | | |
|------|---|
| 1997 | Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI, in Revista Política Externa, Vol.6, No.2, Setembro 1997 |
| 1998 | A adesão do Brasil ao TNP e o novo cenário internacional, in Carta Internacional, NUPRI/USP, No. 65, Ano VI, julho 1998 |
| 2008 | Por um mundo livre de armas de destruição em massa: desarmamento e não-proliferação, in O Brasil e a ONU, Funag, 2008 |

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CHILE**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2017



DADOS BÁSICOS SOBRE O CHILE	
NOME OFICIAL:	República do Chile
GENTÍLICO:	chileno
CAPITAL:	Santiago
ÁREA:	756.102 km ²
POPULAÇÃO (FMI, est. 2016):	18,2 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2012):	Catolicismo (67%); protestantismo (17%); nenhuma (12%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral, composto por Senado (38 integrantes, eleitos para mandato de 8 anos) e Câmara de Deputados (120 integrantes eleitos para mandato de 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Michelle Bachelet (desde 11 de março de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Michelle Bachelet (desde 11 de março de 2014)
CHANCELER:	Heraldo Muñoz (desde 11 de março de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, est. 2016):	US\$ 234,90 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est. 2016):	US\$ 436,13 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est. 2016):	US\$ 12.909,80
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est. 2016):	US\$ 23.969,07
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,98 (2017, est.), 1,7% (2016, est.), 2,30% (2015), 1,83% (2014), 4,03% (2013), 5,54% (2012) e 5,79% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,832 (42ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81,7 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,15%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, est. 2016):	6,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	peso chileno
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Jaime Gazmuri Mujica
BRASILEIROS NO PAÍS (2014):	12.196

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-Chile (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Chile	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.615	2.198	2.708	5.369	7.726	5.331	9.965	8.808	7.389
Exportações	896	1.354	1.886	3.623	4.264	2.656	5.418	4.483	3.978
Importações	719	843	821	1.746	3.462	2.674	4.546	4.325	3.410
Saldo	177	511	1.065	1.877	802	-17	871	158	567

Informação elaborada em 15/2/2017, por Marcelo Adrião Borges e Alexandre Piana Lemos. Revisada por Rafael Porto Santiago Silva e por Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, em 15/2/2017, e por Daniel Ferreira Magrini e João Marcelo Queiroz Soares, em 16/02/2017.



APRESENTAÇÃO

Com um território de 756.102 km², o Chile é o 38º país mais extenso do mundo. É limitado a leste pela Argentina, a oeste pelo Oceano Pacífico e ao norte por Bolívia e Peru. Seu território estende-se por mais de 4000 km de norte a sul - o maior país do mundo na distância norte-sul; no entanto, no sentido leste-oeste, mede cerca de 430 km, no ponto em que seu território é mais largo. Fazem parte do território chileno ilhas como as de Salas y Gómez e de Páscoa. A população chilena é de aproximadamente 18,2 milhões de habitantes (estimativa do FMI para 2016).

O estabelecimento da Primeira Junta de Governo, em 1810, marca o início do processo de emancipação do Chile. Após período de embate com as tropas espanholas, Bernardo O'Higgins declara a independência, em 1818.

PERFIL BIOGRÁFICO

MICHELLE BACHELET PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nasceu em 29 de setembro de 1951, em Santiago. Filha do general de brigada da Força Aérea, Alberto Bachelet, que teve a prisão decretada pela junta militar responsável pelo golpe no Chile, em 1973, e veio a falecer no cárcere um ano depois. Em 1975, Bachelet partiu para o exílio com sua mãe. Viveram na Austrália e na República Democrática da Alemanha, onde Bachelet continuou estudos de medicina que iniciara no Chile.

Retornou ao Chile em 1979 e, em 1982, graduou-se como cirurgiã pediatra pela Universidade do Chile, indo, em seguida, trabalhar na ONG "Pidee", dedicada à prestar apoio a filhos de detentos e vítimas do regime militar. No Governo de Eduardo Frei (1994-2000), foi assessora do Ministério da Saúde. Em 1996, foi eleita para o Comitê Central do Partido Socialista (PS).



Em março de 2000, Ricardo Lagos a nomeou Ministra da Saúde. Em janeiro de 2002, deixou o Ministério da Saúde para assumir a pasta da Defesa. Em 2006, venceu as eleições presidenciais, derrotando Sebastián Piñera. Seu Governo foi o quarto da coligação de esquerda Concertação desde a redemocratização, em 1990. Em 2010, após deixar a Presidência do país com 78% de aprovação, foi indicada à Secretaria-Geral da agência para promoção da igualdade de gênero das Nações Unidas (ONU Mulheres).

Em 2013, foi novamente eleita à presidência do Chile, para o mandato 2014-2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Chile foram estabelecidas em 1836. Desde 1922, as respectivas representações elevaram-se ao nível de embaixadas.

As relações bilaterais caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral.

O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, que já ultrapassou a marca dos US\$ 27 bilhões. As empresas chilenas que atuam no Brasil se distribuem por áreas tão distintas quanto papel e celulose, varejo e energia. O Brasil, por sua vez, registra investimentos na economia chilena de mais de US\$ 4 bilhões. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que, quando em vigor, dinamizará ainda mais as relações econômico-comerciais bilaterais. No mesmo sentido, estão atualmente em negociação acordos sobre serviços financeiros e compras governamentais.

O comércio entre Brasil e Chile já está liberalizado ao amparo do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile (ACE-35). O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul. Em 2016, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 6,962 bilhões. Entre os principais produtos da pauta de exportações brasileiras estão óleos brutos de petróleo, carnes, tratores e automóveis.

No âmbito sul-americano, o Chile é parceiro fundamental do Brasil. Os dois países compartilham o entendimento de que as iniciativas de



integração regional em curso são convergentes e trabalham juntos para promover o diálogo entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL.

Brasil e Chile têm interesse comum, também, em aprimorar a infraestrutura regional. Entre os projetos nessa área, vale ressaltar o corredor rodoviário Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile. Em dezembro de 2015, à margem da Cúpula do MERCOSUL, os presidentes de Brasil, Argentina, Chile e Paraguai assinaram a Declaração de Assunção sobre Corredores Bioceânicos, atribuindo prioridade à construção do referido eixo.

Na relação bilateral há, ainda, grande potencial de cooperação em ciência e tecnologia, em operações na Antártida e em matéria de defesa.

Assuntos consulares:

O Consulado-Geral do Brasil em Santiago tem jurisdição sobre todo o território do Chile. Estima-se em cerca de 12 mil o número de brasileiros no país andino, o que corresponderia a 3% do total de estrangeiros residentes no Chile. Com o objetivo principal de institucionalizar o diálogo entre os nacionais residentes e o Governo brasileiro, foi estabelecido, em agosto de 2014, Conselho de Cidadãos. O Chile é importante destino turístico para os brasileiros. Em 2015, cerca de 460 mil nacionais visitaram o país vizinho.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não foram identificadas pela CAMEX aprovações, nos últimos dez anos, de operações de concessão de crédito oficial ao Chile (devedor soberano) no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX ou do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE - SCE/FGE.

POLÍTICA INTERNA

O Chile é estado unitário de regime presidencialista, cujo mandatário é eleito por voto direto para período de 4 anos, sem direito a reeleição imediata.

O Poder Legislativo chileno é bicameral, constituído pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e tem sua sede em Valparaíso. Os deputados são eleitos para mandatos de quatro anos. Os senadores elegem-se para mandatos de oito anos, e a cada quatro anos a legislatura é renovada parcialmente. Tanto deputados quanto senadores podem candidatar-se à reeleição.

A Câmara dos Deputados é composta atualmente por 120 representantes. Com a reforma eleitoral, aprovada em 2015, serão eleitos, a



partir das eleições de novembro de 2017, segundo novo método proporcional, 155 deputados, distribuídos em 28 distritos eleitorais.

O Senado conta, na atualidade, com 38 senadores. A reforma eleitoral de 2015, no entanto, estabeleceu que esse número chegará a 50 até 2022. Nas eleições de 2017, 23 senadores das denominadas "regiões ímpares" serão eleitos segundo novo sistema proporcional. Em 2021, eleger-se-ão outros 27 senadores das "regiões pares" e da Região Metropolitana.

A mais alta instância do Poder Judiciário chileno é a Corte Suprema de Justiça. O autônomo Tribunal Constitucional é responsável por exercer o controle de constitucionalidade das leis e processo legislativo em curso no país.

A política chilena atual é polarizada por duas coligações partidárias principais: a governista "Nova Maioria" – sucessora da antiga "Concertação", coalizão de centro-esquerda que dominou a política chilena de 1990 a 2010 – e a opositora "Chile Vamos". Entre os partidos que integram a "Nova Maioria" estão o Partido Socialista (PS) – da presidente Michelle Bachelet –, o Partido para a Democracia (PPD), a Democracia-Cristã (DC) e o Partido Comunista (PC). O "Chile Vamos" congrega os partidos Renovação Nacional (RN) – do ex-presidente e potencial candidato Sebastián Piñera –, o Partido Regionalista dos Independentes (PRI), a União Demócrata Independente (UDI) e a Evolução Política (Evópoli).

Eleições presidenciais serão realizadas em novembro de 2017. Potenciais candidatos são o ex-presidente Sebastián Piñera – que tem liderado as pesquisas de intenção de votos –, o senador independente Alejandro Guillier, eleito pela região de Antofagasta e apoiado pelo Partido Radical Social-Democrático (PRSD/Nova Maioria); o ex-presidente Ricardo Lagos (Partido para a Democracia - PPD/Nova Maioria); o senador, ex-Renovação Nacional (RN/Chile Vamos) e hoje independente, Manuel José Ossandón; e o ex-chanceler e ex-Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza (PS/Nova Maioria).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa chilena projeta a imagem do Chile como um dos países mais abertos ao comércio internacional na América Latina. Em 1991, o Chile tornou-se um dos primeiros sócios latino-americanos do Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico (juntamente com México e Peru) e, em 1994, o primeiro país sul-americano a integrar a APEC (Cooperação



Econômica Ásia-Pacífico). Em 2001, reunião em Santiago, de iniciativa do Chile e de Cingapura, deu origem ao FOCALAL (Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste). O Chile é membro pleno da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) desde 2010. Em 2011, o Chile estabeleceu, com Colômbia, México e Peru, a Aliança do Pacífico; o mecanismo foi formalmente constituído em 2012.

A presidente Bachelet e o chanceler Heraldo Muñoz têm, atualmente, enfatizado a importância que o Governo chileno atribui às relações com a América Latina e o Caribe, em particular com a América do Sul. Com a maior atenção dispensada à região, estão sendo criadas condições para a aproximação entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico, com impacto positivo sobre a integração regional. A perspectiva chilena, segundo o chanceler Muñoz, é promover a “convergência na diversidade”, ou seja, avançar pontos concretos de integração independentemente dos distintos modelos de desenvolvimento adotados pelos países da região.

Aspecto concreto dessa aproximação é a importância conferida pelo Chile à integração física na região. Ao lado de Brasil, Argentina e Paraguai, o país andino tem impulsionado a consolidação do Corredor Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile, eixo rodoviário que, uma vez concluído, tem potencial para dinamizar o comércio e estimular a integração produtiva na região.

Exemplo do engajamento internacional chileno é seu envolvimento no processo de paz da Colômbia, como acompanhante das negociações do governo daquele país com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e garante com o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ademais, o Chile tem participações ativa em missões de paz das Nações Unidas, a exemplo da MINUSTAH, no Haiti.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia chilena baseia-se na exportação de bens primários (sobretudo o cobre, responsável por quase metade das exportações em 2016) e no setor de serviços, que responde por cerca de 2/3 do PIB. No decênio entre 2004 e 2013, à exceção de 2009 (auge da crise econômica mundial), a economia chilena cresceu a taxas aceleradas (média de 4,7% ao ano). A partir de 2015, houve sinais de desaceleração.



Segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB nominal do Chile alcançou a marca de US\$ 234,90 bilhões em 2016, o que representou um crescimento de 1,7%; pior desempenho desde 2014, quando se iniciou o segundo mandato da Presidente Michelle Bachelet. A taxa de desemprego teve ligeira alta, atingindo 6,9% em 2016, em comparação ao índice de 6,2% registrado em 2015.

Segundo comunicado do Banco Central chileno, de fevereiro de 2017, a taxa anual de inflação atingiu 2,8%, nível coerente com o previsto no último Informe de Política Monetária. A meta do Banco Central é manter a inflação em 3%. A atual taxa de juros praticada no país é de 3,25%.

A economia chilena é caracterizada pela abertura comercial. O Chile possui cerca de 20 acordos de livre comércio, com mais de 60 países. Cerca de 90% das exportações chilenas têm como destino países com os quais foram assinados acordos de livre-comércio.

Segundo a Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales (DIRECON) da chancelaria chilena, durante o ano de 2016 o intercâmbio comercial chileno decresceu 4,8%, melhora frente à queda de 14% verificada em 2015. As exportações totalizaram US\$ 59, 917 bilhões, o que representa queda de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, contração que pode ser atribuída, em parte à queda dos preços internacionais do cobre, principal produto da pauta chilena de exportações. As importações, por sua vez, totalizaram US\$58,825 bilhões, uma contração anual de 5,9%.

Em 2016, a China foi o principal sócio comercial do Chile, com fluxo de comércio de US\$ 31,217 bilhões, seguida de Estados Unidos (US\$ 18,613 bilhões), União Europeia (US\$ 17,510 bilhões), MERCOSUL (US\$ 12,311 bilhões) e Aliança do Pacífico (US\$ 7,260 bilhões).

O intercâmbio comercial Brasil-Chile, em 2016, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), foi de cerca de US\$ 6,962 bilhões, com saldo comercial para o Brasil de aproximadamente US\$ 1,198 bilhão. Entre os principais produtos exportados ao Chile pelo Brasil encontram-se óleos brutos de petróleo, carnes, tratores, automóveis. O Brasil importou do Chile, por sua vez, derivados de cobre, salmão e vinhos, entre outras mercadorias.

O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, superando os US\$ 27 bilhões, de acordo com dados da DIRECON. O Brasil, por sua vez, possui cerca de US\$ 4 bilhões em investimentos no Chile, segundo o Banco Central do Brasil.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1520	A serviço da Espanha, Fernão de Magalhães cruza o estreito que leva seu nome e chega ao Chile.
1541	Pedro de Valdivia funda Santiago do Chile.
1817	O Exército Libertador, dirigido por O'Higgins e San Martín, entra no Chile e vence a Batalha de Maipú, em 5 de abril.
1818	O'Higgins assina a Ata de Independência. Proclamação da República.
1861	José Joaquín Pérez é eleito presidente. Ascensão ao poder do Partido Liberal, que o conservará até a Revolução de 1891.
1879	Militares chilenos ocupam o porto boliviano de Antofagasta. Tem início a Guerra do Pacífico.
1884	Fim da Guerra do Pacífico. Inicia a exploração de salitre nas áreas tomadas de Peru e Bolívia.
1891	Revolução de 1891. O presidente constitucional José Manuel Balmaceda é derrotado por tropas favoráveis ao Congresso Nacional. Tem início o parlamentarismo.
1925	Promulgada a Constituição de 1925, que estabeleceu um sistema presidencialista.
1927	Carlos Ibáñez del Campo toma o poder e instala ditadura de inspiração fascista.
1931	Sob os efeitos da crise de 1929, Ibáñez del Campo renuncia.
1939	Começa sucessão de governos do Partido Radical, que permanecerá no poder até 1952.
1952	Carlos Ibáñez del Campo chega outra vez à Presidência, desta vez por via eleitoral.
1964	Eleito presidente, Eduardo Frei, do Partido Demócrata Cristão (PDC), inicia reforma agrária.
1970	Salvador Allende é eleito Presidente do Chile. Primeiro socialista eleito, em seu governo nacionaliza mineradoras norte-americanas.
1973	O general Augusto Pinochet lidera golpe de estado. Salvador Allende morre no Palácio La Moneda.
1976	O Chile se retira do Pacto Andino.
1978	A Bolívia rompe relações com o Chile (ainda não houve reatamento formal).
1980	Promulgada a Constituição de 1980, aprovada por plebiscito.
1985	Controvérsia entre Chile e Argentina a respeito da soberania sobre o Canal de Beagle é submetida à arbitragem do Papa João Paulo II. O Chile ficou com ilhas Nueva, Picton e Lennox, além do controle do canal de Drake; a Argentina passou a controlar o mar territorial atlântico e seus recursos pesqueiros e petrolíferos.
1988	Pinochet é derrotado em plebiscito sobre sua permanência, previsto pela



	Constituição, e deixa o poder.
1990	O democrata-cristão Patricio Aylwin toma posse como presidente. Constituição permite a Pinochet manter-se até 1998 à frente do Exército e nomear 9 Senadores.
1994	Eduardo Frei Ruiz-Tagle (filho do ex-presidente Frei), da coalizão de centro-esquerda Concertación, é eleito presidente.
1998	Pinochet deixa o comando do exército e assume cadeira vitalícia no Senado - prerrogativa garantida pela Constituição. Em outubro, é preso em Londres, a pedido da Justiça espanhola, que solicita sua extradição para julgá-lo por "crimes contra a humanidade".
1999	O Reino Unido autoriza a extradição de Pinochet para a Espanha, mas o General, com 84 anos, é libertado por ser considerado incapaz fisicamente de enfrentar julgamento.
2000	Ricardo Lagos Escobar, da "Concertación", é eleito presidente por estreita margem. Primeiro socialista a governar o país desde Allende, manteve política econômica liberal.
2002	Pinochet renuncia ao cargo de Senador vitalício.
2003	Assinado Acordo de Livre Comércio com os EUA. O Chile torna-se o primeiro país na América do Sul a fazê-lo.
2006	Michelle Bachelet, da "Concertación", é eleita presidente. Pinochet morre em dezembro.
2010	Sebastián Piñera é eleito presidente, em 17 de janeiro, no segundo turno, pela "Coalición por el Cambio", coligação de centro-direita. Toma posse em 11 de março.
2013	Michelle Bachelet é, novamente, eleita presidente, pela Nova Maioria, em 15 de dezembro.
2014	Posse de Michelle Bachelet, em 11 de março.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1836	Estabelecimento de relações diplomáticas, em 22 de abril.
1838	Assinatura do primeiro tratado bilateral entre os dois países (Tratado de Amizade, Comércio e Navegação), em 1 de setembro.
1879-1883	Guerra do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia. Ocupação de Lima pelo exército chileno em 1881. Brasil manteve-se neutro durante o conflito.
1884-1886	Brasil é escolhido para presidir, com voto de desempate, os tribunais arbitrais que julgaram as reclamações dos países neutros na Guerra do Pacífico contra o Chile.
1915	Assinatura do Pacto ABC, entre Argentina, Brasil e Chile (oficialmente chamado Pacto de Não-Agressão, Consulta e Arbitragem) que não foi referendado pelo parlamento chileno.
1922	Elevação das legações dos dois países a categoria de embaixadas.
1964-1973	Expressivo número de militantes de esquerda brasileiros buscam asilo no Chile durante o regime militar no Brasil
1996	Ingresso do Chile no MERCOSUL na qualidade de Estado associado, em junho.
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile. presidentes de Brasil, Chile e Bolívia comprometem-se com a inauguração do corredor interoceânico Santos–Corumbá– Santa Cruz de la Sierra– Arica/Iquique, em encontro trilateral em La Paz (abril)
2007	Encontro Brasil–Chile–Bolívia, em La Paz, para discutir o corredor rodoviário bioceânico Santos–Arica (dezembro)
2009	Visita da presidente Michelle Bachelet a São Paulo (julho)
2010	Instalação da Comissão Bilateral Brasil–Chile e assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre, por ocasião de visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Santiago (fevereiro)
2010	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago para prestar solidariedade no contexto do terremoto que atingiu o Chile em 27 de fevereiro (março)
2010	Realização da I Reunião da Comissão Bilateral Brasil–Chile, em Brasília, por ocasião de visita do chanceler chileno, Alfredo Moreno, e assinatura de ajustes complementares nas áreas de saúde, desenvolvimento social e esportes (agosto)



2011	<u>Realização da II Reunião da Comissão Bilateral Brasil–Chile, em Santiago, por ocasião de visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e assinatura de atos nas áreas de televisão digital, cultural e educacional (abril)</u>
2012	<u>Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Alfredo Moreno (abril)</u>
2012	<u>Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Alfredo Moreno (outubro)</u>
2013	<u>Visita da presidente Dilma Rousseff ao Chile e encontro com o presidente Sebastian Piñera, em reunião à margem da I Cúpula CELAC. Assinatura do Acordo de Cooperação Antártica (janeiro)</u>
2014	Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Santiago (março)
2014	Visita da presidente Dilma Rousseff ao Chile para participar das cerimônias de posse da presidente Michelle Bachelet (março)
2014	<u>Visita do chanceler chileno, Heraldo Muñoz, a Brasília (abril)</u>
2014	<u>Visita do ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado a Santiago (maio)</u>
2014	Visitas da presidente Michelle Bachelet a Brasília: em junho, para encontro com a presidente Dilma Rousseff no contexto da Copa do Mundo de Futebol; e em julho, para participação nas Cúpulas BRICS-América do Sul e CELAC-China
2015	<u>Viagem do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a Santiago, onde mantém reunião de trabalho com a presidente Michele Bachelet, o chanceler Heraldo Muñoz e outras autoridades do governo chileno (abril)</u>
2016	<u>Visita da presidente Dilma Rousseff a Santiago (fevereiro)</u>



ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação no D.O.U.
1.	Tratado de Arbitramento	18/5/1899	7/3/1906	15/4/1906
2.	Tratado de Extradicação	8/9/1935	9/8/1937	20/8/1937
3.	Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos	25/4/1974	8/1/1975	21/1/1975
4.	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	26/7/1990	8/6/1992	15/7/1992
5.	Acordo entre o Governo da República Federativa Brasil e o Governo da República do Chile Básico de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica	26/7/1990	28/9/1992	16/10/1992
6.	Acordo sobre Cooperação Turística entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	26/3/1993	28/5/1998	29/7/1998



7.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	26/3/1993	13/9/1995	11/9/1995
8.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile em Matéria de Sanidade Agropecuária	25/3/1996	1/8/1997	16/4/1998
9.	Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Chile sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	25/3/1996	7/3/1997	27/2/1997
10.	Tratado sobre Transferência de Presos Condenados entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	29/4/1998	18/3/1999	29/3/1999
11.	Emenda, por troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 04/07/1947, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	3/12/1998	22/6/2004	15/10/2004



12.	Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 04/07/1947, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	3/12/1998	Em ratificação	-
13.	Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	3/4/2001	24/7/2003	3/12/2003
14.	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear	20/3/2002	27/5/2006	22/6/2006
15.	Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	26/4/2007	1/9/2009	2/9/2010
16.	Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa	3/12/2007	30/12/2009	23/12/2010
17.	Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	30/7/2009	5/8/2011	9/5/2016



18.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação da Televisão Digital no Chile”	23/9/2011	Tramitação no MRE	-
19.	Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	26/1/2013	Tramitação Ministérios/ Casa Civil	-
20.	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	23/11/2015	Tramitação Congresso Nacional	-



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

BRASIL - CHILE

Balança Comercial



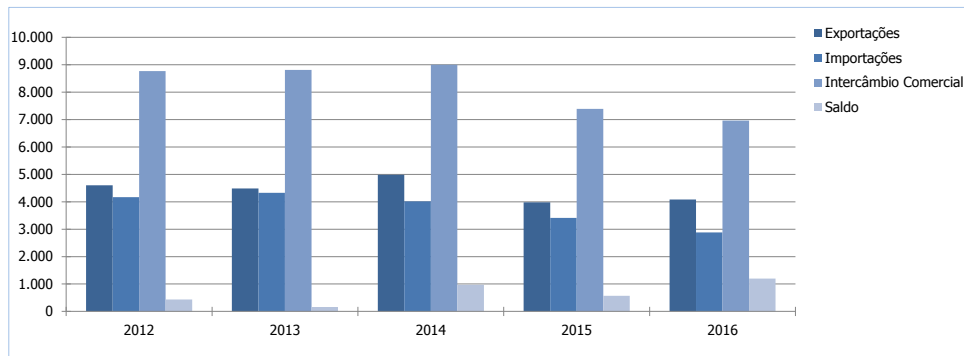
Fevereiro de 2017



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Chile
US\$ milhões

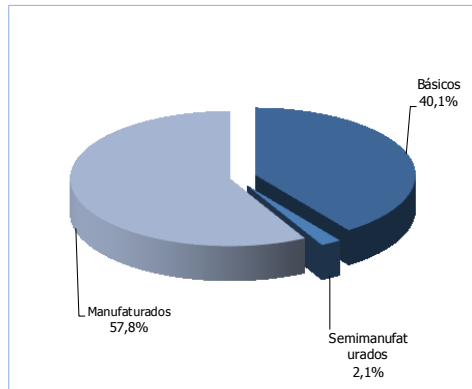
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2012	4.602	-15,1%	1,90%	4.166	-8,4%	1,87%	8.769	-12,0%	1,88%	436
2013	4.484	-2,6%	1,85%	4.325	3,8%	1,80%	8.809	0,5%	1,83%	159
2014	4.984	11,2%	2,21%	4.013	-7,2%	1,75%	8.998	2,1%	1,98%	971
2015	3.978	-20,2%	2,08%	3.411	-21,1%	1,99%	7.389	-16,1%	2,04%	568
2016	4.081	-18,1%	2,20%	2.882	-15,5%	2,10%	6.963	-5,8%	2,16%	1.199
2016 (jan)	326	--	2,90%	159	--	1,54%	485	--	2,25%	167
2017 (jan)	364	11,5%	2,44%	343	116,4%	2,82%	707	45,9%	2,60%	20
Var. % 2012-2016		-11,3%			-30,8%			-20,6%		n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Dezembro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



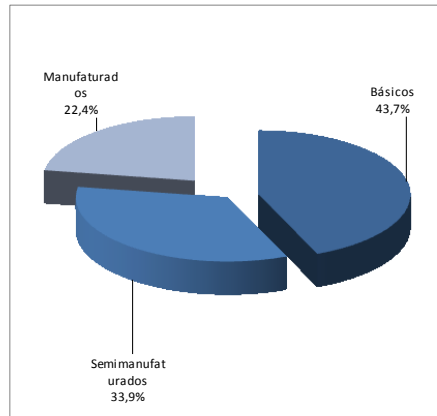
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2015

Exportações



As exportações brasileiras para o Chile são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 57,8% do total em 2015. Os produtos básicos representaram 40,1% e os semimanufaturados 2,1%.

Importações



Os produtos básicos predominaram na pauta das importações brasileiras originárias do Chile. Em 2015 somaram 43,7% do total. Seguiram-se os semimanufaturados, com 33,9%, e os manufaturados com 22,4%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Novembro de 2016.

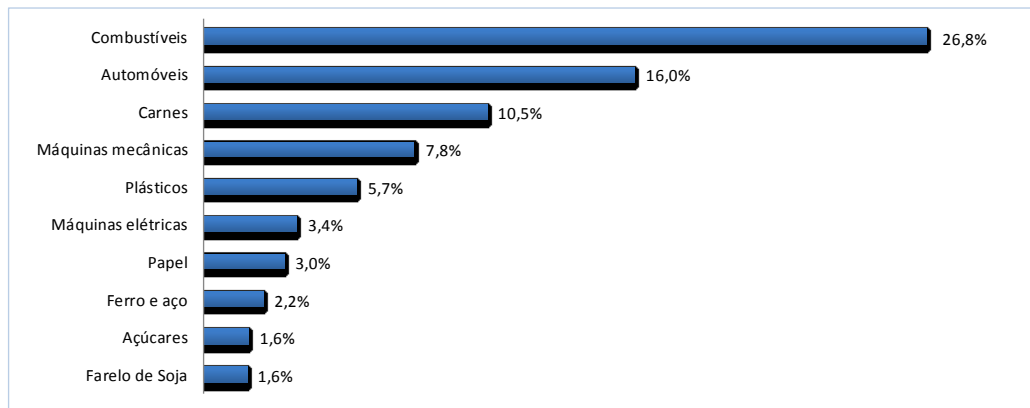


Composição das exportações brasileiras para o Chile
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	2.128	42,7%	1.125	28,3%	1.094	26,8%
Automóveis	567	11,4%	570	14,3%	652	16,0%
Carnes	357	7,2%	349	8,8%	429	10,5%
Máquinas mecânicas	318	6,4%	287	7,2%	318	7,8%
Plásticos	243	4,9%	227	5,7%	231	5,7%
Máquinas elétricas	131	2,6%	131	3,3%	140	3,4%
Papel	114	2,3%	134	3,4%	121	3,0%
Ferro e aço	99	2,0%	101	2,5%	90	2,2%
Açúcares	50	1,0%	41	1,0%	67	1,6%
Farelo de Soja	51	1,0%	92	2,3%	64	1,6%
Subtotal	4.057	81,4%	3.056	76,8%	3.205	78,5%
Outros	927	18,6%	922	23,2%	876	21,5%
Total	4.984	100,0%	3.978	100,0%	4.081	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Dezembro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016



Em 2016, os principais grupos de produtos mais exportados para o Chile foram: combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleos lubrificantes e óleos de vaselina ou de parafina) perfazendo 26,8% da pauta de exportações, seguidos de automóveis (tratores rodoviários para semi-reboques, carrocerias para automóveis, chassis com motor para automóveis de passageiros) com 16,0%; carnes (carne bovina desossada, pedaços e miudezas comestíveis de frango, carne de peru, carne suína) com 10,5%; máquinas mecânicas (pás mecânicas, partes de máquinas para trabalhar minérios, carregadoras e pás-carregadoras, partes de turborreatores ou de turbopropulsores) com 7,8%; plásticos, com 5,7%.

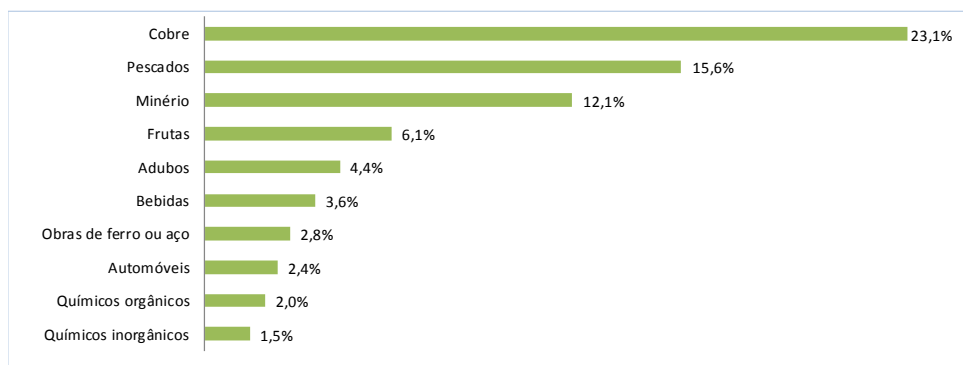


Composição das importações brasileiras originárias do Chile
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cobre	1.217	30,3%	1.063	31,2%	787	23,1%
Pescados	828	20,6%	747	21,9%	534	15,6%
Minério	560	14,0%	472	13,8%	411	12,1%
Frutas	215	5,4%	187	5,5%	209	6,1%
Adubos	254	6,3%	155	4,5%	151	4,4%
Bebidas	114	2,8%	109	3,2%	124	3,6%
Obras de ferro ou aço	74	1,8%	72	2,1%	96	2,8%
Automóveis	86	2,1%	91	2,7%	82	2,4%
Químicos orgânicos	92	2,3%	95	2,8%	68	2,0%
Químicos inorgânicos	67	1,7%	48	1,4%	51	1,5%
Subtotal	3.507	87,4%	3.038	89,1%	2.513	73,7%
Outros	506	12,6%	373	10,9%	898	26,3%
Total	4.013	100,0%	3.411	100,0%	3.411	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Dezembro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Cobre foi o principal item da pauta das importações brasileiras originárias do Chile. Em 2016, o cobre (cátodos de cobre refinado, cobre não refinado, fios de cobre refinado, barras de ligas de cobre-zinco) representaram 23,1% do total importado; seguido dos pescados (salmão e outras carnes de peixes) com 15,6%; minérios (sulfetos de minérios de cobre, minérios de molibdênio) com 12,1%; frutas (uvas, nozes, maçãs, amêndoas, ameixas, kiwis) com 6,1%; e adubos (cloretos de potássio, nitratos de potássio, adubos e fertilizantes) com 4,4%.



Brasil-Chile: 10 principais produtos comercializados, SH 8
US\$ milhões

Exportações brasileiras	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	2.124	42,6%	1.211	30,4%	1.089	27,4%
Carne bovina desossada frescas ou refrigeradas	258	5,2%	256	6,4%	258	6,5%
Tratores rodoviários para semi-reboques	70	1,4%	105	2,6%	100	2,5%
Automóveis com motor explosão, 1500<cm3<= 3000, até 6 pa	19	0,4%	33	0,8%	85	2,1%
Carrocerias para automóveis de passageiros	127	2,5%	89	2,2%	75	1,9%
Chassis com motor diesel e cabina, caga > 20 ton	58	1,2%	75	1,9%	74	1,9%
Chassis com motor para transporte de pessoas >= 10	106	2,1%	77	1,9%	71	1,8%
Outros açúcares de cana	45	0,9%	38	1,0%	65	1,6%
Pedaços e miudezas comestíveis de frango	48	1,0%	52	1,3%	52	1,3%
Chassis com motor diesel e cabina, carga entre 5 e 20 tons	38	0,8%	43	1,1%	51	1,3%
Subtotal	2.895	58,1%	1.978	49,7%	1.920	48,3%
Outros	2.089	41,9%	2.000	50,3%	2.059	51,7%
Total	4.984	100,0%	3.978	100,0%	3.978	100,0%

Importações brasileiras	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cátodos de cobre refinado	990	24,7%	709	20,8%	645	18,9%
Salmão-do-atlântico e salmão-do-danúbio, fresco ou refrigerado	429	10,7%	376	11,0%	432	12,7%
Sulfetos de minério de cobre	774	19,3%	718	21,0%	382	11,2%
Outros vinhos, mostos de uvas, fermentados	113	2,8%	108	3,2%	123	3,6%
Outros cloretos de potássio	189	4,7%	97	2,8%	111	3,3%
Fios de cobre refinado	159	4,0%	81	2,4%	78	2,3%
Álcool metílico	47	1,2%	50	1,5%	76	2,2%
Maças frescas	35	0,9%	28	0,8%	73	2,1%
Outras caixas de marchas	61	1,5%	54	1,6%	69	2,0%
Cobre não refinado	43	1,1%	256	7,5%	55	1,6%
Subtotal	2.842	70,8%	2.476	72,6%	2.044	59,9%
Outros	1.171	29,2%	935	27,4%	1.367	40,1%
Total	4.013	100,0%	3.411	100,0%	3.411	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Dezembro de 2016.



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Combustíveis	159	48,9%	97	26,7%	Combustíveis 26,7%
Automóveis	24	7,5%	61	16,7%	Automóveis 16,7%
Carnes	26	8,1%	34	9,5%	Carnes 9,5%
Máquinas mecânicas	15	4,7%	23	6,3%	Máquinas mecânicas 6,3%
Farelo de soja	2	0,7%	20	5,5%	Farelo de soja 5,5%
Plásticos	19	5,9%	17	4,8%	Plásticos 4,8%
Máquinas elétricas	11	3,3%	11	2,9%	Máquinas elétricas 2,9%
Papel e cartão	7	2,3%	10	2,8%	Papel e cartão 2,8%
Produtos químicos orgânicos	4	1,1%	9	2,5%	Produtos químicos orgânicos 2,5%
Ferro e aço	4	1,1%	6	1,7%	Ferro e aço 1,7%
Subtotal	272	83,4%	288	79,3%	
Outros	54	16,6%	75	20,7%	
Total	326	100,0%	364	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 6 (jan)	Part. % no total	2 0 1 7 (jan)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Minérios	1	0,8%	108	31,5%	Minérios 31,5%
Cobre e suas obras	59	37,4%	79	23,1%	Cobre e suas obras 23,1%
Pescados	39	24,6%	55	15,9%	Pescados 15,9%
Adubos	2	1,0%	20	5,7%	Adubos 5,7%
Químicos orgânicos	5	3,3%	12	3,5%	Químicos orgânicos 3,5%
Bebidas	8	4,8%	12	3,4%	Bebidas 3,4%
Frutas	8	5,1%	9	2,7%	Frutas 2,7%
Automóveis	4	2,4%	7	1,9%	Automóveis 1,9%
Químicos inorgânicos	3	2,2%	4	1,3%	Químicos inorgânicos 1,3%
Plástico	2	1,6%	4	1,2%	Plástico 1,2%
Subtotal	132	83,1%	310	90,2%	
Outros produtos	27	16,9%	34	9,8%	
Total	159	100,0%	343	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Dezembro de 2016.

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

CHILE- Comércio Global

Balança Comercial



Fevereiro de 2017



A discrepância nos dados estatísticos de comércio do Brasil e dos parceiros comerciais explica-se pelo uso de fontes distintas e diferentes metodologias de cálculo. No caso do Brasil a fonte utilizada é o AliceWeb/MDIC e no caso dos parceiros a fonte é o TradeMap do ITC/Unctad.

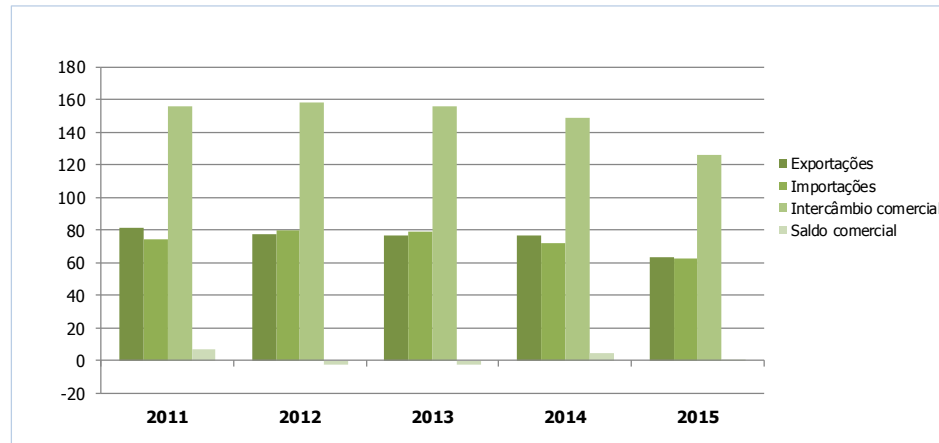


**Evolução do comércio exterior do Chile
US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2011	81,4	14,5%	74,7	26,2%	156,1	19,8%	6,7
2012	78,0	-4,3%	80,1	7,2%	158,0	1,2%	-2,1
2013	76,7	-1,6%	79,2	-1,1%	155,9	-1,4%	-2,5
2014	76,6	-0,1%	72,3	-8,6%	149,0	-4,4%	4,3
2015	63,4	-17,3%	63,0	-12,9%	126,4	-15,2%	0,3
2016(jan-set)	42,5	9,4%	39,2	17,7%	81,8	13,4%	3,3
Var. % 2011-2015	-22,2%		-15,6%		-19,0%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



O comércio exterior do Chile apresentou queda de 19% entre 2011 e 2015, passando de US\$ 156,1 bilhões para US\$ 126,4 bilhões. As exportações sofreram retração de 22,2%, causada principalmente pela diminuição nas vendas de cobre refinado, minérios de cobre, uvas frescas, pasta química de madeira, ouro em bruto, minério de molibdênio. Já as importações sofreram queda de 15,6% no período, devido ao desaquecimento nas compras de petróleo refinado, automóveis de passageiros, óleo bruto de petróleo. No ranking do TradeMap em 2015, o Chile figurou como o 41º mercado mundial, sendo o 41º exportador e o 43º importador. O saldo da balança comercial alternou superávits e déficits no período, totalizando saldo negativo de US\$ 322 milhões em 2015.

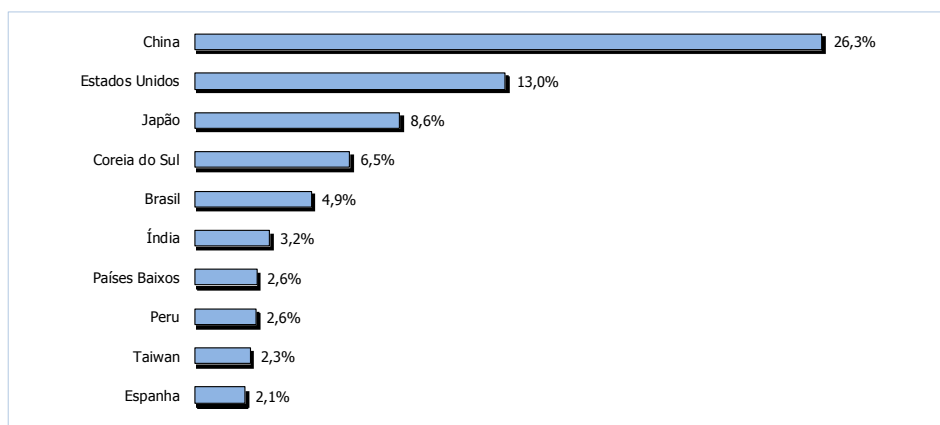


Direção das exportações do Chile
US\$ bilhões

Chile	2 0 1 5	Part.% no total	2016 (jan-set)	Part.% no total
China	16,67	26,3%	11,7	27,5%
Estados Unidos	8,26	13,0%	6,1	14,4%
Japão	5,46	8,6%	3,5	8,2%
Coreia do Sul	4,13	6,5%	3,1	7,3%
Brasil	3,11	4,9%	2,1	4,9%
Índia	2,00	3,2%	1,0	2,4%
Países Baixos	1,66	2,6%	1,1	2,6%
Peru	1,64	2,6%	1,1	2,6%
Taiwan	1,48	2,3%	--	--
Espanha	1,35	2,1%	1,0	2,4%
Subtotal	45,76	72,2%	30,70	72,2%
Outros Chile	17,60	27,8%	11,80	27,8%
Total	63,36	100,0%	42,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.

10 principais destinos das exportações - 2015



As vendas do Chile são direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 50,3% do total em 2015; seguidos dos vizinhos do continente americano com 32,8%; da União Europeia com 13,8% e da África com 0,5%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas chilenas com 26,3% do total. Seguiram-se: Estados Unidos (13,0%); Japão (8,6%); Coreia do Sul (6,5%); Brasil (4,9%) e Índia (3,2%).

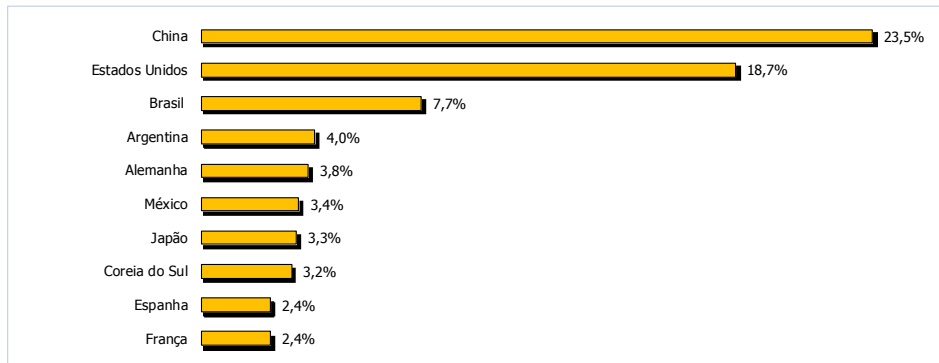


Origem das importações do Chile
US\$ bilhões

Chilees	2 0 1 5	Part.% no total	2016 (jan-set)	Part.% no total
China	14,80	23,5%	9,18	23,4%
Estados Unidos	11,78	18,7%	7,08	18,1%
Brasil	4,86	7,7%	3,32	8,5%
Argentina	2,52	4,0%	1,85	4,7%
Alemanha	2,37	3,8%	1,60	4,1%
México	2,16	3,4%	1,35	3,4%
Japão	2,11	3,3%	1,15	2,9%
Coreia do Sul	2,00	3,2%	1,17	3,0%
Espanha	1,534	2,4%	1,16	--
França	1,533	2,4%	0,81	2,1%
Subtotal	45,66	72,4%	28,67	70,2%
Outros Chilees	17,38	27,6%	10,53	26,9%
Total	63,04	100,0%	39,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.

10 principais origens das importações - 2015



Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens ao Chile, com 23,5% do total. Seguiram-se: Estados Unidos (18,7%); Brasil (7,7%); Argentina (4,0%); Alemanha (3,8%); México (3,4%); Japão (3,3%); e Coreia do Sul (3,2%).

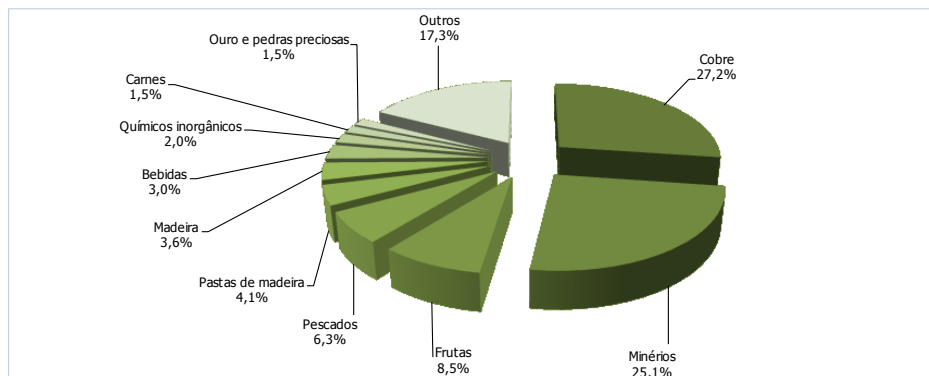


Composição das exportações do Chile
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total	2016 (jan-set)	Part.% no total
Cobre	17,26	27,2%	11,37	26,8%
Minérios	15,90	25,1%	9,41	22,1%
Frutas	5,38	8,5%	3,98	9,4%
Pescados	4,01	6,3%	3,07	7,2%
Pastas de madeira	2,58	4,1%	1,82	4,3%
Madeira	2,25	3,6%	1,69	4,0%
Bebidas	1,88	3,0%	1,37	3,2%
Químicos inorgânicos	1,24	2,0%	1,12	2,6%
Carnes	0,98	1,5%	0,68	--
Ouro e pedras preciosas	0,95	1,5%	0,66	1,6%
Subtotal	52,42	82,7%	35,17	81,2%
Outros	10,94	17,3%	7,33	17,2%
Total	63,36	100,0%	42,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.

10 principais grupos de produtos exportados - 2015



Na pauta das exportações do Chile predominam os bens com baixo valor agregado. Em 2015, cobre (cobre refinado) foi o principal item exportado e representou 27,2% do total, seguido de minérios (minério de cobre) com 25,1%; frutas (uvas, framboesas, amoras, damasco) com 8,5%; pescados (filé de pescado - salmão - moluscos, crustáceos) com 6,3%; pasta de madeira com 4,1%; e madeira (madeira serrada, chapada) com 3,6%.

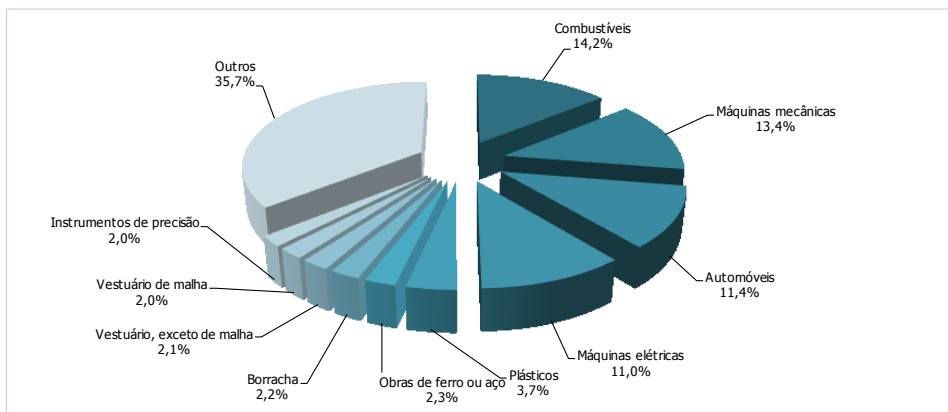


Composição das importações do Chile
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total	2016 (jan-set)	Part.% no total
Combustíveis	8,93	14,2%	5,27	13,4%
Máquinas mecânicas	8,44	13,4%	5,02	12,8%
Automóveis	7,17	11,4%	4,16	10,6%
Máquinas elétricas	6,92	11,0%	4,81	12,3%
Plásticos	2,34	3,7%	1,55	4,0%
Obras de ferro ou aço	1,48	2,3%	0,68	1,7%
Borracha	1,41	2,2%	0,66	1,7%
Vestuário, exceto de malha	1,33	2,1%	0,76	1,9%
Vestuário de malha	1,27	2,0%	0,77	--
Instrumentos de precisão	1,23	2,0%	0,87	2,2%
Subtotal	40,52	64,3%	24,55	60,7%
Outros	22,52	35,7%	14,65	37,4%
Total	63,04	100,0%	39,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.

10 principais grupos de produtos importados - 2015



Combustíveis foram o principal item da pauta de importação do Chile. Em 2015 os combustíveis (petróleo refinado, petróleo em bruto, gás de petróleo e hulhas) representaram 14,2% do total, seguidos de máquinas mecânicas (computadores, centrífugas, bolldozes e angloдозers, impressoras, bombas para líquidos) com 13,4%; automóveis (automóveis de passageiros, caminhões, partes para tratores e caminhões) com 11,4%; máquinas elétricas (aparelhos para telefonia, aparelhos de TV, motores e geradores, transformadores elétricos) com 11,0%; e plásticos (polímeros de etileno, placas, lâminas e tiras) com 3,7%.



Principais indicadores socioeconômicos do Chile

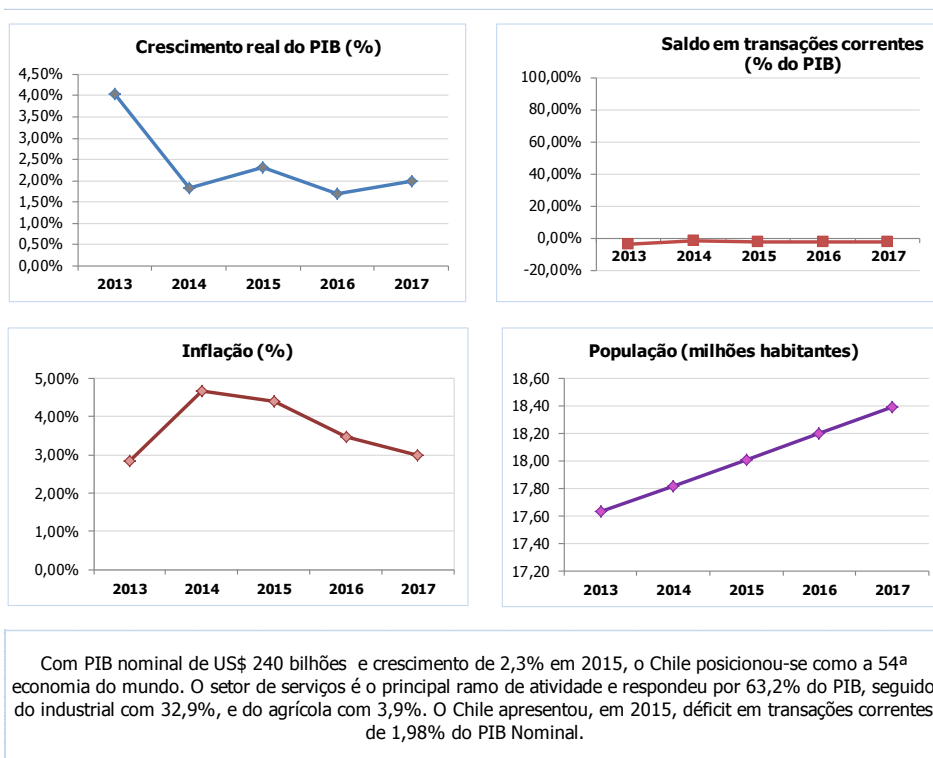
Indicador	2013	2014	2015	2016⁽¹⁾	2017⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,03%	1,83%	2,30%	1,70%	1,99%
PIB nominal (US\$ bilhões)	277,07	258,71	240,23	234,90	242,64
PIB nominal "per capita" (US\$)	15.714	14.519	13.341	12.910	13.196
PIB PPP (US\$ bilhões)	395,83	410,29	423,29	436,14	454,34
PIB PPP "per capita" (US\$)	22.450	23.025	23.507	23.969	24.710
População (milhões habitantes)	17,63	17,82	18,01	18,20	18,39
Desemprego (%)	5,93%	6,39%	6,21%	6,97%	7,64%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,83%	4,66%	4,41%	3,46%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,72%	-1,28%	-1,98%	-1,94%	-2,43%
Dívida externa (US\$ bilhões)	132,32	149,65	156,17	160,55	162,40
Câmbio (Ps / US\$) ⁽²⁾	523,76	607,38	707,34	655,26	676,30
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			3,9%		
Indústria			32,9%		
Serviços			63,2%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report November 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.





Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2017

Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

AUTORIA: Senador Ricardo Ferraço

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 2017.**

Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Fica sustada a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que aprovou os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea canephora L.*), produzidos no Vietnã.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Maior produtor e exportador de café do mundo e segundo maior consumidor do produto, o Brasil está prestes a abrir um sério precedente: a importação de grãos de café robusta, da variedade conilon, produzidos no Vietnã.

Seguindo a orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 15 de fevereiro de 2017, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) aprovou, por unanimidade, a redução de 10% para 2% do imposto de importação para o café robusta. A medida é válida para a entrada no país de até 1 milhão de sacas de 60 kg (ou 250 mil toneladas mensais), entre os meses de fevereiro e maio de 2017. Foi autorizada também a aplicação da alíquota máxima 35% a toda importação de café verde que exceder a cota determinada. Anteriormente, a alíquota para importação de qualquer tipo de café era de 10%.

A autorização da entrada de grãos vietnamitas, produzidos com alto impacto ambiental, é um forte golpe em todo o setor cafeicultor nacional. Os produtores nacionais investem sistematicamente na sustentabilidade socioambiental de suas lavouras, obedecendo a rígidas exigências trabalhistas e fitossanitárias, o que





aumenta o seu custo de produção, deixando-os em desvantagem em relação aos demais países produtores.

Para viabilizar a entrada do café do Vietnã, foi publicado no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2017 a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, elencando as medidas de mitigação de **risco fitossanitário** do café importando daquele país, resultado da **Análise de Risco de Pragas (ARP)** elaborada pelo MAPA. Assim dispõe o ato que ora se impugna:

**“SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934; no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo no 21000.006968/2009-66, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea canephora* L.) produzidos no Vietnã, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 2º Os envios de grãos especificados no art. 1º desta Instrução Normativa deverão estar acompanhados de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Vietnã, com a seguinte Declaração Adicional (DA):

DA 2: "O envio foi fumigado com (especificar: produto, dose ou concentração, temperatura e tempo de exposição) para o controle do inseto *Trogoderma granarium*, sob supervisão oficial".

Parágrafo único. Alternativamente à DA 2, poderá ser declarada a DA 8: "*Trogoderma granarium* é quarentenário para o Vietnã e consta da lista de pragas quarentenárias".

Art. 3º As partidas importadas de que trata o art. 2º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF) e, no caso de interceptação de praga, serão adotados os procedimentos constantes do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único. Em caso de interceptação de praga quarentenária ou praga sem registro de ocorrência no Brasil, a ONPF do Vietnã será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações de grãos de café até a revisão da Análise de Risco de Pragas.





Art. 4º No caso de descumprimento das exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa, o produto não será internalizado.

Art. 5º A ONPF do Vietnã deverá comunicar a ONPF do Brasil qualquer alteração na condição fitossanitária da cultura do café, nas regiões produtoras que exportam para o Brasil.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (sic)”

E é aqui que reside a grande ameaça à cafeicultura nacional. Isso porque o risco de importar café de países ou regiões onde ocorrem pragas ainda ausentes no país poderá introduzir sérios problemas fitossanitários que comprometerão a economia de estados produtores e sua população que depende do agronegócio café.

Vale destacar que a defesa fitossanitária no Brasil começou a ser estruturada em 1934, com o Decreto 24.114, que proíbe a importação, exportação ou comércio de produtos vegetais que veiculem patógenos ou pragas.

A ARP é um instrumento oficialmente utilizado para salvaguardar o agronegócio nacional das possíveis introduções de pragas no Brasil que podem causar danos à cadeia produtiva, nos custos de controle e erradicação das pragas e perda do acesso ou manutenção de mercados internacionais. Trata-se de um procedimento reconhecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), adotado pelos países signatários da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), bem como do Comitê de Sanidade Vegetal (Cosave), que reúne Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai. O Brasil como signatário da CIPV adota as diretrizes e recomendações da Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias – NIMF11 (Análise de Risco para Pragas Quarentenárias).

Segundo estudo entregue pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), a propagação de pragas quarentenárias por interferência humana é um problema recorrente no Brasil. Desde as décadas de 1980 e 1990, pragas têm causado prejuízos avassaladores à agricultura brasileira. Uma das mais relevantes e frequentemente citada foi o bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis*), praga exótica originária do México, que atravessou fronteiras, chegou ao Brasil em 1983, disseminou-se rapidamente pelas áreas produtoras de algodão, e causou grandes perdas à produção dessa cultura, em razão do despreparo dos produtores para enfrentar tamanho desafio (MARTIN NETO et al., 2016).





É importante também ressaltar o impacto que foi para agricultura o surgimento, em 2001, da ferrugem da soja, causada pelo organismo quarentenário *Phakopsora pachyrhizi* e considerada atualmente uma das doenças mais severas da cultura da soja. Relatos indicam perdas de produtividade de até 90%, em diferentes regiões do mundo (HARTMAN et al., 2005). No Brasil, a ferrugem da soja causou significativos prejuízos econômicos, sociais e ambientais. Estima-se que o custo de controle da doença é de cerca de US\$ 2 bilhões por ano, principalmente pelo uso de uma média de três aplicações de fungicida, em quase 100% de toda área de soja no Brasil (GODOY, 2012)

O cafeeiro é uma planta hospedeira de inúmeras doenças e pragas, sendo que muitas ainda estão ausentes no Brasil. Mas, se introduzidas, passam a ser uma grande ameaça para o agronegócio café no país.

As pragas que recebem a denominação de quarentenárias são aquelas de natureza vegetal e/ou animal que mesmo estando sob controle constante representam uma ameaça concreta a economia agrícola do país ou de uma região importadora. As Quarentenárias A1, são entendidas como aquelas ausentes no País, porém com características de serem potenciais causadoras de importantes danos econômicos se introduzidas.

Para o MAPA, a denominação praga refere-se a microrganismos, insetos, ácaros e plantas invasoras. A Portaria DAS nº 181, de 5 de outubro de 1998, D. O. U. de 8 de outubro de 1998, resolve no Art. 1º Estabelecer a lista de Pragas Quarentenárias A1, A2 e as Não Quarentenárias Regulamentadas, que demandam atenção especial de todos os integrantes do sistema de defesa fitossanitária do País, destacando as de alto risco potencial para as quais fica estabelecido o Alerta Máximo. No § 1º Caracteriza-se como Alerta Máximo o conjunto ações que devem ser implementadas no sentido de prevenção, contenção ou controle destas pragas.

Portanto, o próprio MAPA reconhece o alto risco de autorizar a importação de commodities. Tanto que instituiu o sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), coordenado pela sua Secretaria de Defesa Agropecuária, com o objetivo de regulamentar a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos. (MARTIN NETO et al., 2016).

Fica clara, a partir da leitura da Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, que há preocupação do Ministério com a entrada no país de pelo menos uma praga quarentenária: o inseto *Trogoderma granarium*. É o que dispõe o art. 2º, do referido ato do Poder Executivo. Trata-se de uma das pragas mais destrutivas de grãos e sementes do mundo. O inseto integra o rol das 100 piores espécies das quais se tem conhecimento, pois a infestação causada por ele é difícil





de controlar devido à sua habilidade de sobreviver por longos períodos sem alimento, bem como sua resistência a diversos inseticidas.

Apesar do reconhecido esforço da pesquisa e da gestão pública no combate a pragas quarentenárias, o Brasil continua sendo assolado, ainda nos dias de hoje, por ameaças fitossanitárias de alta relevância, que causam perdas consideráveis ao agronegócio. Autorizar a importação do café verde vindo do Vietnã nos colocará em perigo de difícil dimensão.

PRAGAS QUARENTENÁRIAS DO CAFÉ

Coffee Berry Disease (CBD)

A doença conhecida como Coffee Berry Disease (CBD), causada pelo fungo *Colletotrichum kahawae* J. M. Waller & P. D. Bridge, é endêmica na África onde causa consideráveis perdas na produtividade superiores a 75%, quando não adequadamente manejada (RUTHERFORD; PHIRI, 2006; VENTURA et al., 2016).

A doença foi relatada pela primeira vez em 1922, no Quênia, e a sua ocorrência posteriormente foi confirmada em praticamente todos os países africanos produtores de café. No continente americano, apesar das condições climáticas favoráveis, a doença ainda não foi confirmada, exigindo, assim, cuidados quarentenários em relação à entrada de material vegetal de café proveniente da África, onde as epidemias são severas (VENTURA et al., 2016).

Os sintomas do CBD em frutos verdes são lesões negras deprimidas, que podem ocorrer em qualquer parte do fruto, coalescê-lo e cobri-lo totalmente, na superfície do qual, em condições de alta umidade, desenvolvem-se massas de conídios de coloração rosada. Os frutos doentes podem cair prematuramente ou ficar mumificados nos ramos.

A infecção dos grãos ocorre em qualquer fase do desenvolvimento, mas é mais claramente diagnosticada nos frutos jovens. Em alguns casos, nos frutos verdes, podem formar-se lesões corticoides (*scab*), que podem ou não apresentar acérvulos do fungo. Os grãos são destruídos e acabam ficando chocos e sem valor comercial. Nestes grãos, no entanto, existe a presença do fungo que pode ser facilmente disseminado para outras regiões e países durante a comercialização do produto.

No Vietnam, *C. gloeosporioides*, *C. actutatum*, *C. capsici*, *C. boninense* e alguns isolados de espécies de *Colletotrichum* ainda não identificadas têm sido





encontradas associadas com a infecção de frutos, causando perdas significativas em algumas regiões produtoras de café.

Não existem evidências da presença de *C. kahawae* no Vietnã, mas a doença presente no país e causada pelos isolados vietnamitas ainda não identificados merece uma atenção especial pelos danos causados nas lavouras (NGUYEN, 2010). A alta variabilidade genética nas populações de *Colletotrichum* deve ser considerada no estudo desta doença e na análise de risco no caso da importação de café.

Coffee Wilt Disease (CWD)

A doença Coffee Wilt Disease (CWD), também conhecida por traqueomicose ou murcha de *Fusarium* do cafeeiro, afeta as espécies *Coffea arabica* e *Coffea canéfora* bem como outras espécies do gênero *Coffea* na África. Foi notificada em 1927, na República Centro-Africana em *Coffea excelsa* e, posteriormente, entre 1937 e 1939, disseminou-se em *C. canephora* e *C. liberica*, nas plantações de Camarões, Guiné, Costa do Marfim e República Democrática do Congo, onde mais de 40% das plantações foram infectadas, e causando a morte das plantas.

Frutos de plantas infectadas frequentemente apresentam uma pré maturação e se incluídos no produto de comercialização podem ser fontes de inóculo para novas regiões (VENTURA et al., 2016). A severidade da doença chegou a 90% nas plantações do Congo e, mais recentemente, em Uganda (1993) e na região do Lago Vitória, na Tanzânia.

Brocas dos Ramos e Tronco do Cafeeiro

Várias espécies de besouros dos gêneros *Monochamus*, *Xylosandrus* e *Xylotrechus* têm sido relatados em vários países da África e Ásia causando elevadas perdas nas plantas e consequente redução da produtividade que pode chegar em média a 20-30%, quando não existem estratégias de manejo ou o uso de fungicidas.

A espécie *Monochamus leuconotus* (conhecido inicialmente como *Anthoresleuconotus*) é citado também como broca branca dos ramos do cafeeiro. Esta praga é endêmica na África e tem sido relatada em Angola, Burundi, Cameroon, Democratic Republic of Congo, Ethiopia, Kenya, Malawi, Mozambique, Rwanda, South Africa, Tanzania, Zambia, Uganda and Zimbabwe. No Sudeste Africano as perdas na produção nas lavouras de café são superiores a



25%, chegando em algumas regiões a afetar mais de 80% das lavouras (RUTHERFORD; PHIRI, 2006).

Os ovos destas pragas poderão vir aderidos à sacaria com o café importado e no Brasil, encontrando condições favoráveis podem eclodir e originar a infestação da praga que não tendo aqui os seus inimigos naturais teria um potencial de dispersão muito elevado e sendo pragas polípagas poderão atacar muitas outras espécies arbustivas e arbóreas, cultivadas e silvestres no Brasil.

Cochonilhas

São insetos pequenos (*Coccoidea*) considerados como pragas importantes para o cafeeiro na África e Ásia, conhecidas como *scales* and *mealybugs*, que sugam a seiva e onde se destacam espécies de alguns gêneros como o *Planococcus* (*P. citri*, *P. kenyae* and *P. lilacinus*). As perdas econômicas destas pragas incluem os custos do controle que globalmente são estimados ser de aproximadamente US\$ 5 bilhões por ano (RUTHERFORD; PHIRI, 2006).

OUTRAS PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES E DE ALTO RISCO

Algumas pragas quarentenárias ainda ausentes no Brasil devem ser consideradas como prioritárias para o monitoramento do serviço de vigilância fitossanitária nas fronteiras e realização da análise de risco em importações de produtos agrícolas.

Striga

São plantas pertencentes à família *Orobanchaceae*, que apresentam várias espécies das quais se destaca a *Striga gesnerioides*, planta exclusivamente parasita, que produz folhas amareladas ou verde-pálidas.

As espécies de *Striga* todas parasitas ou semi-parasitas, que somente se estabelecem na presença de uma planta hospedeira. A germinação depende de um período de condicionamento úmido e da exposição a estimulante de germinação liberados pelas raízes das plantas hospedeiras. A temperatura para germinação parece ser um fator pouco crítico dentro do intervalo de 23 a 33°C. A germinação leva, em média, de 1 a 3 dias. A *Striga* penetra através do sistema radicular da planta hospedeira, causando efeitos como a redução na fotossíntese pela planta hospedeira, gemas abertas e remoção de metabólitos da planta hospedeira. As sementes são diminutas e podem ser transportadas com solo, restos culturais ou pelo vento. O impacto econômico da espécie *S. gesnerioides* em países da África pode chegar a 30-50% quando parasita plantas suscetíveis como o milho e que frequentemente é consorciado com o café.





A *Striga* produz muitas sementes, pequenas e leves, que são facilmente dispersadas pelo vento podendo depositar-se em vários substratos, incluindo sacaria usada para transporte do café em áreas onde existe a sua infestação. A dispersão pode ocorrer também através de água da chuva (enxurradas), aderidas no solo em sapatos, animais ou máquinas agrícolas.

Monilíase do cacauero

É uma doença causada pelo fungo *Moniliophthora roreri* que pode reduzir em até 80% a produção de cacau. Até 2010, afetava apenas as lavouras situadas à Oeste da Cordilheira dos Andes, mas já foi encontrada em plantações de cacau do lado Leste, estando presente na América do Sul na Venezuela, Colômbia e Peru, estes dois países produtores de café. Para especialistas, a monilíase é ainda mais agressiva do que a vassoura-de-bruxa, que quase devastou as lavouras brasileiras.

Mal-do-Panamá raça TR4

As Bananeiras são cultivadas em praticamente todas as regiões tropicais do mundo representando importante fonte de renda para as populações. Em muitos países o seu cultivo é consorciado com o café e patógenos exóticos poderão vir aderidos aos produtos de importação como a sacaria. Destacam-se aqui a temida doença causada pelo *Fusarium oxysporum f. sp. cubense* raça 4 (TR4) e a raça subtropical ST4, que infecta todas as variedades de banana comerciais, inclusive as resistentes às raças 1 e 2.

O fungo pode produzir clamidósporos que são estruturas de resistência que podem sobreviver aos tratamentos de desinfestação com fungicidas e até mesmo a fumigação.

Murcha de Xanthomonas da Bananeira

É uma nova e altamente devastadora doença da bananeira de ocorrência em alguns países da África, causada pela bactéria *Xanthomonas campestris pv. musacearum*. A bactéria infecta todas as cultivares chegando a 100% de perdas nas plantações (TUSHEMERWE et al., 2003). A transmissão da doença ocorre através dos insetos que carregam nas patas as células bacterianas, por pássaros, morcegos e as ferramentas usadas nas lavouras ao cortarem plantas doentes.

Ora, a importação de café de países e regiões onde ocorrem estas pragas quarentenárias que são ausentes no Brasil pode acidentalmente trazer aderido aos grãos ou na sacaria, importantes fontes de inoculo de novas pragas e doenças que



venham a comprometer não só o café, mas também outras culturas de grande importância econômica.

Dessa forma, importar café da África, Ásia ou mesmo da América do Sul onde existem pragas quarentenárias ainda ausentes no Brasil, é colocar o País em uma situação vulnerável e extremamente crítica que poderá comprometer o desenvolvimento nacional.

O Brasil é uma referência em café de qualidade e o Espírito Santo é exemplo. Há aproximadamente 15 anos, os produtores capixabas aceitaram o desafio de trabalhar com o conceito da qualidade dos grãos, com visão de sustentabilidade e, hoje, temos um café mais saboroso, que está consolidado e apreciado no mundo.

Vale ressaltar ainda que se comprometermos os cafezais atingirmos em cheio um setor do agronegócio de grande importância para nosso país. Este segmento é responsável pela geração de 8,4 milhões de empregos e, além disto, uma parcela significativa dos cafés do Brasil é produzida pela monocultura de pequena escala, desenvolvida em mais de 196 mil estabelecimentos da agricultura familiar, distribuídos em 1.468 municípios brasileiros.

Com a intensificação do comércio internacional vem o risco de entrada, estabelecimento e disseminação de patógenos exóticos ou de importância econômica para o cafeeiro, tornando vulnerável o agronegócio café no Brasil. E é por isso que a recomendação do MAPA merece ser revista e as decisões subsequentes precisam ser impugnadas.

Diante do exposto, espero contar com o apoio de meus ilustres pares para aprovação do presente projeto que pede o imediato cancelamento da Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova requisitos fitossanitários para importação de grãos de café produzidos no Vietnã.

Sala das Sessões, em 2017.

Senador **RICARDO FERRAÇO**



SF/17059.74/193-85



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 24.114, de 12 de Abril de 1934 - 24114/34
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1934;24114>
- Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994 - 1355/94
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1994;1355>
- Decreto nº 5.759, de 17 de Abril de 2006 - 5759/06
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2006;5759>
- Decreto nº 8.852, de 20 de Setembro de 2016 - 8852/16
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2016;8852>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2017

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e pesar à família do menor JOÃO VICTOR DE SOUZA CARVALHO, de apenas 13 anos de idade, que faleceu no último dia 26 de fevereiro, após ser vítima de perseguição e agressão por seguranças de uma unidade da Lanchonete Habbib's.

AUTORIA: Senadora Gleisi Hoffmann

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Requerimento nº , 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e pesar à família do menor JOÃO VICTOR DE SOUZA CARVALHO, de apenas 13 anos de idade, que faleceu no último dia 26 de fevereiro, após ser vítima de perseguição e agressão por seguranças de uma unidade da Lanchonete Habbib's que fica na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo, conforme noticiado pela imprensa, porque pedia lanche na porta do estabelecimento.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 26 de fevereiro, em pleno domingo de carnaval, o país tomou conhecimento de mais uma tragédia urbana, que demonstra, de forma absolutamente alarmante, a indiferença de parte da sociedade com as crianças no Brasil, sobretudo, com as crianças mais carentes.

Após ter sido perseguido por funcionários de uma loja da Rede Habib's da Vila Nova Cachoeirinha, zona norte de São Paulo, faleceu em decorrência de uma parada cardiovascular respiratória o menino João Victor Carvalho, de apenas 13 anos de idade, que pedia lanche na porta do estabelecimento.

Familiares de João Victor Souza de Carvalho afirmam que ele foi agredido por funcionários antes da perseguição o que teria motivado a sua morte, acusação que é corroborada pelo depoimento de uma



SF/17912.17822-14





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

testemunha, a Sra. Sílvia Helena Croti, que chega a apontar quem seriam os agressores da vítima.

Há versões distintas apresentadas por funcionários do Habib's e pela direção da loja, sendo que numa delas o menino teria tão somente sofrido um mal súbito depois de fugir dos seguranças da loja, e na outra a agressão teria sido feita por um cliente.

Porém, independentemente das versões, nada pode ser dito para negar as abomináveis imagens de um vídeo que mostra um menino frágil, totalmente desacordado, sendo arrastado por dois homens e largado numa calçada, como se não fosse um ser humano, ou melhor, como se não fosse uma criança que merecesse da sociedade cuidado e respeito.

É inaceitável que a vida de uma criança de apenas 13 anos seja interrompida desta forma tão dramática sem que haja uma pronta reação desta Casa e de toda a sociedade. É fundamental que as investigações sejam conduzidas de forma criteriosa e que eventuais culpados sejam punidos exemplarmente. Não podemos, em hipótese alguma tolerar qualquer negligência nas apurações que deixem a família da vítima desta tragédia sem respostas e sem justiça.

Aproveito para lamentar profundamente a conduta da lanchonete da Rede Habib's que sob a ótica de quaisquer das versões apresentadas demonstrou sua absoluta incapacidade e insensibilidade de lidar com uma criança apenas. Um menino franzino de 13 anos de idade, que ao fim e ao cabo foi escorraçado, perseguido e agredido, como se fosse algo a ser afastado da vista de seus clientes. Como é possível aceitar um tratamento tão desumano?! O que fez a rede para a família do menino? Qual o auxílio e socorro prestados?

É hora de muita reflexão sobre esta absurda tragédia, para que este tipo de tratamento que vitimou o menino João Victor Carvalho de Souza não se repita.



SF/17912.17822-14





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

O Senado Federal tem de estar atento a esta tragédia, comprometido em acompanhar seus desdobramentos e combater veemente a sua repetição. Por isso apresento este voto de solidariedade e pesar aos familiares do menino João Victor Carvalho de Souza, esperando contar com o apoio de todos os meus pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 6 de março de 2017.

Senadora GLEISI HOFFMANN





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2017

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República informações referentes à veiculação oficial da propaganda sobre a reforma da previdência.

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero seja solicitado, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, a prestação das seguintes informações:

- a) qual o montante da despesa efetuada para veicular a propaganda sobre a reforma da previdência;
- b) quais foram os órgãos, meios e veículos de informação e de imprensa contratados e os respectivos valores;
- c) conforme o planejamento de mídia do Governo Federal, quais os critérios utilizados para essa contratação – inclusive se houve licitação – e o objetivo pretendido em cada caso.

JUSTIFICAÇÃO

A população brasileira está assistindo, em todos os meios de comunicação do País, a veiculação intensa de propaganda do Governo Federal no sentido de defender a Reforma da Previdência que foi enviada ao Congresso Nacional.

Ora, especialmente nesse momento em que o Poder Executivo adota uma política radical de corte do gasto público, inclusive com a instituição, pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, do chamado *Novo Regime Fiscal*, impõe-se a esta Casa fiscalizar e avaliar essa despesa.



SF/17646.65237-30





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Faz-se, assim, necessário obter informações detalhadas sobre esse tema para que possamos cumprir a missão institucional de fiscalização que cabe ao Poder Legislativo.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**



Término de prazos



Encerrou-se no dia 2 de março o prazo, sem interposição do recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CCJ, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 24 de fevereiro o prazo, sem interposição do recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 401 e 472, de 2012, que tramitam em conjunto; e do Projeto de Resolução nº 3, de 2017.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CCJ, o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012, vai à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012, rejeitado, vai ao Arquivo.

O Projeto de Resolução nº 3, de 2017, vai à promulgação.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 21

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	21
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,113)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Regina Sousa (35)</p> <p>Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93)</p> <p>Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17</p> <p>Líder José Agripino - DEM (32,51)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Atáides Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (102)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (106)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,13,115)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (45,101)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107)</p> <p>Líder do PSD - 5 Lasier Martins (94,96,117)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (14)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (99)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>	<p>PMDB - 21</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103)</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (33,80)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,113)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

*** Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**.. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Ricardo Moreira Maia

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,11)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽²⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6.
VAGO	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Majoria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	
Maioria (PMDB)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	
VAGO		4.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
VAGO		1.	
VAGO		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of. nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senador Eunício Oliveira (CE)	
PT	
VAGO ⁽²⁾	
PSDB	
Senador Tasso Jereissati (CE)	
PSB	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)	
PDT	
Senador Acir Gurgacz (RO)	
PR	
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾	
PSD	
Senador Otto Alencar (BA)	
DEM	
Senador José Agripino (RN)	
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	
PTB	
VAGO ^(4,6)	
PPS	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PRB	
VAGO ^(1,8,9,10,11)	
REDE	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (1,4,5,6,9)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senador	Garibaldi Alves Filho (RN)
PT	
Senador	Lindbergh Farias (RJ)
PSDB	
Senador	Cássio Cunha Lima (PB)
PSB	
Senadora	Lídice da Mata (BA)
PDT	
Senador	Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR	
Senador	Magno Malta (ES)
PSD	
Senador	Otto Alencar (BA)
DEM	
Senador	José Agripino (RN)
PP	
Senadora	Ana Amélia (RS)
PTB	
Senador	Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS	
Senador	José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB	
Senadora	Vanessa Grazziotin (AM)
PSC	
Senador	Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB	
VAGO	(2,4,5,6)
PSOL	
Senador	Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS	
PMDB	
	Senadora Simone Tebet (MS)
PT	
	Senador Paulo Paim (RS)
PSDB	
	Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB	
	Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT	
	Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR	
	Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD	
	Senador Otto Alencar (BA)
DEM	
	VAGO ⁽³⁾
PP	
	Senadora Ana Amélia (RS)
PTB	
	Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS	
	Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB	
	VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
VAGO ^(4,5,6,7)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

